

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

RODRIANA DIAS COELHO COSTA

**UM MAPEAMENTO DA FUNÇÃO SUJEITO NUMA  
PERSPECTIVA TIPOLOGICO-GRAMATICAL**

GOIÂNIA  
2014

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Rodriana Dias Coelho Costa		
E-mail:	<a href="mailto:rodrianaccosta@gmail.com">rodrianaccosta@gmail.com</a>		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Bolsista		
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla:	CNPq
País:	Brasil	UF:	CNPJ:
Título:	UM MAPEAMENTO DA FUNÇÃO SUJEITO NUMA PERSPECTIVA TIPOLOGICO-GRAMATICAL.		
Palavras-chave:	Sujeito, funcionalismo, tipologia linguística.		
Título em outra língua:	A FUNCTION MAPPING IN A SUBJECT PERSPECTIVA TYPOLOGICAL - GRAMMAR .		
Palavras-chave em outra língua:	Subject, functionalism, linguistic typology.		
Área de concentração:	Estudos Linguísticos		
Data defesa: (04/12/2014)			
Programa de Pós-Graduação:	Letras e Linguística		
Orientador (a):	Vânia Cristina Casseb-Galvão		
E-mail:	<a href="mailto:vcasseb2@terra.com.br">vcasseb2@terra.com.br</a>		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

RODRIANA DIAS COELHO COSTA

## **UM MAPEAMENTO DA FUNÇÃO SUJEITO NUMA PERSPECTIVA TIPOLOGICO-GRAMATICAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

**Área de concentração:** Estudos Linguísticos.

**Linha de pesquisa:** Descrição de línguas indígenas e demais línguas naturais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão.

GOIÂNIA  
2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Costa, Rodriana Dias Coelho  
UM MAPEAMENTO DA FUNÇÃO SUJEITO NUMA PERSPECTIVA  
TIPOLOGICO-GRAMATICAL [manuscrito] / Rodriana Dias Coelho  
Costa. - 2014.  
132 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade  
de Letras (FL) , Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística,  
Goiânia, 2014.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, símbolos, algoritmos, lista de figuras.

1. Sujeito. 2. funcionalismo. 3. tipologia linguística. I. Casseb-Galvão,  
Dra. Vânia Cristina, orient. II. Título.

RODRIANA DIAS COELHO COSTA

**UM MAPEAMENTO DA FUNÇÃO SUJEITO NUMA  
PERSPECTIVA TIPOLOGICO-GRAMATICAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística avaliada em 04 de dezembro de 2014 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos membros: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão (Presidente da banca), Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo - FL/UFRN, Profa. Dra. Mônica Veloso Borges - FL/UFG e Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho – FL/UFG (Suplente).

Goiânia  
2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a **Deus** por me capacitar com sabedoria e paciência, colocando em meu caminho pessoas maravilhosas que contribuíram direta e indiretamente para que fosse possível a concretização deste trabalho.

Aos **meus pais**, pela vida e por me proporcionar uma educação.

Ao **meu esposo** e aos **meus filhos**, que me apoiaram incansavelmente em todos os momentos e, sobretudo, por acreditarem em meu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** pela saúde do corpo, pelo equilíbrio necessário e por consolar-me nos momentos de aflição e ansiedade.

Aos meus pais, **Eurípedes** e **Nilva**, por terem me ensinado no caminho da honestidade a valorizar a vida por meio da simplicidade das coisas.

Ao meu marido, **Evaldo**, pela dedicação, amor e cuidado e por desempenhar vários papéis nessa caminhada. Agradeço pelas palavras de consolo e de incentivo, e pela amizade sincera e pela sua infinita compreensão.

Aos meus filhos, **Felipe** e **Evaldo Junior**, pela compreensão, paciência, silêncio mais que necessário, amor e carinho.

À professora **Vânia Cristina Casseb Galvão**, pela dedicação em suas orientações sempre criteriosas e seguras prestadas na elaboração deste trabalho. Por me incentivar pacientemente no desenvolvimento de minhas ideias e, principalmente, pela confiança depositada em mim.

Às professoras, **Mônica Veloso Borges**, **Sílvia Lucia Bigonjal Braggio** e ao professor **Sinval Martins de Sousa Filho** pela leitura criteriosa e sugestões relevantes.

Ao **Leosmar** pela ajuda com o *Abstract*, pela atenção regada a uma gentileza ímpar.

Às minhas amigas **Mirian Cerqueira**, **Ana Lurdes** e **Sofia** pela amizade sincera, carinho e apoio alimentados por longas e rápidas conversas.

À minha querida amiga, **Márcia**, pelas orações, apoio e amizade e ao meu amigo **Marino Zago** pela amizade e companheirismo.

À minha amiga, **Larissa Zago**, pela amizade e carinho.

À minha prima, “irmã” e amiga, **Juliana Coelho** e ao **Rodrigo**, pela amizade, disposição e apoio oferecidos durante a elaboração deste trabalho.

Ao meu sogro, **Manoel** e a minha sogra, **Terezinha**, a quem devo respeito e gratidão, pelo carinho e confiança.

Aos meus irmãos, **José Welinton Coelho** e **Edibertom Coelho**, pelo apoio e amor fraternal.

A todos os meus **colegas** e **professores** da Faculdade de Letras, pelo compartilhamento de conhecimento e amizade.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

**“Uma língua em suas formas fundamentais é a expressão  
simbólica de instituições humanas”.**  
Edward Sapir

## RESUMO

Este estudo centra-se numa pesquisa bibliográfica acerca da função sintática sujeito, seu tratamento pelos principais aportes teóricos linguísticos contemporâneos e sua descrição tipológica. Para isso, recorreremos a alguns representantes da Gramática Tradicional, que evoca a função sujeito em sua realização prototípica, não marcada, passando pela Gramática Gerativa, e, refinando os reflexos a partir da abordagem Tipológico-Funcional, que reconhece a ocorrência do sujeito em sua diversidade de realização e sua relação com os demais subsistemas das línguas. Privilegiamos na análise uma visão pelo viés funcionalista, uma vez que a nossa hipótese é que existem aspectos nas diversas abordagens linguísticas que se integram para a formação de um corpo epistemológico que define a função sujeito. Assim, selecionamos para compor os dados deste estudo alguns trabalhos descritivos de línguas românicas (Espanhol, Francês e Italiano), não românicas (Inglês, Islandês, Warlpiri) e indígenas brasileiras (Apãniekrá (Macro-Jê), Akwê-Xerente (Jê), Avá-Canoeiro e Kamaiurá (Tupi-Guarani)). O sujeito como função sintática ou gramatical toma diferentes proporções dentro da discussão, uma vez que a abordagem funcional considera que a estrutura oracional parte do nível discursivo-pragmático, ou seja, o sujeito é analisado de acordo com as intenções cognitivas e funcionais do falante numa situação natural de fala. A visão de mundo é outro elemento fundamental para a análise da função sujeito, uma vez que a abordagem funcional considera que a experiência de mundo do falante é função da atualização da língua em uso. As abordagens supracitadas apresentam algumas divergências teóricas, mas todas reconhecem uma estrutura oracional básica, que parte da organização das relações no nível da frase, ou seja, reconhecem que a frase é projetada a partir de uma estrutura argumental e, conseqüentemente, concebem a função sujeito em sua natureza sintática.

**Palavras-chave:** Sujeito, funcionalismo, tipologia linguística.

## ABSTRACT

This study focuses on a literature search about the *subject* syntactic function. It is objective of this study describe its treatment by main contemporary linguistic theoretical current and its typological description. For that, we turned to some Traditional Grammar representatives who evoke the function of subject in their unmarked prototypical realization passing through the Generative Grammar and refining the reflections starting from the Typological-Functional approach that recognizes the occurrence of the subject in its diversity of achievement and its relationship with other subsystems of languages. We gave special attention to the analysis by a functionalist bias, view since our hypothesis is that there are aspects in different language approaches that integrate in order to form an epistemological function body that defines the subject. Thus, we selected some descriptive studies of Romance languages (Spanish, French and Italian), No-Romance languages (English, Icelandic, Warlpiri) and Brazilian Indigenous languages (Apãniekrá (Macro-Jê), Akwê-Xerente (Jê), Avá-Canoeiro and Kamaiurá (Tupi-Guarani) to compose the data of this study. The subject as syntactic or grammatical function takes different proportions in the discussion, since the functional approach considers that the oracional structure begins from the pragmatic-discursive level, it means, the subject is analysed according to the speaker's cognitive and functional intentions in a natural speech situation. Worldview is another fundamental key to the analysis of the syntactic *subject*, since the functional approach considers that the speaker's world experience is function of the updating of language in use. The above-mentioned approaches present some theoretical differences, but all of them recognize a basic oracional structure that begins from the organization of relations in the sentence level, it means, they recognize that the phrase is projected from an argument structure and, thus, they conceive the subject function in his syntactic nature.

**Keywords:** Subject, functionalism, linguistic typology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – TEORIAS LINGUÍSTICO-GRAMATICAIIS DOMINANTES NOS SÉCULOS XX E XXI</b> .....	18
1.1 BASES CONCEPTUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA TEORIA GERATIVA .....	18
1.2 BASES CONCEPTUAIS E EPISTEMOLÓGICAS FUNCIONALISTAS.....	23
1.2.1 O Funcionalismo postulado por Halliday.....	25
1.2.2 O Funcionalismo de Dik.....	28
1.3 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS PARÂMETROS DE CORRELAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL .....	32
<b>CAPÍTULO II – A FUNÇÃO SUJEITO EM DIFERENTES PARADIGMAS, COM ÊNFASE NA ABORDAGEM FUNCIONALISTA</b> .....	35
2.1 A FUNÇÃO SUJEITO NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL .....	35
2.2 A CONSTITUIÇÃO ORACIONAL BÁSICA POSTULADA PELA TEORIA GERATIVA E A FUNÇÃO SUJEITO.....	38
2.3 A ESTRUTURA ORACIONAL BÁSICA E A FUNÇÃO SUJEITO NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA FUNCIONAL .....	50
2.3.1 A função sujeito na perspectiva funcionalista .....	52
2.3.1.1 A função sujeito no nível sintático .....	54
2.3.1.1.1 O preenchimento da função sujeito .....	56
2.3.1.1.2 Concordância sujeito-verbo .....	59
2.3.1.1.3 A posição do sujeito na ordem de palavras .....	60
2.3.2 A função sujeito no nível semântico .....	63
2.3.3 A função sujeito no nível discursivo-pragmático .....	65
<b>CAPÍTULO III - ESTUDOS TIPOLÓGICOS DO SUJEITO EM UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA</b> .....	69
3.1 ALGUNS PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS DA ABORDAGEM TIPOLÓGICA ...	69
3.1.1 Marcação de caso: línguas ergativo-absolutivas, nominativo-acusativas e ativo-estativas .....	74
3.1.1.1 Marcação morfológica de caso .....	75
3.1.1.2 Estabelecimento da concordância .....	76
3.1.1.3 Ordem de palavras .....	78
3.2 UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SUJEITO NA PERSPECTIVA TIPOLÓGICA ....	78
3.3 UM BREVE RECORTE DA ORIGEM DO SISTEMA SINTÁTICO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS .....	80

3.3.1 A função sujeito nas línguas românicas .....	81
3.3.1.1 Língua espanhola .....	82
3.3.1.2 Língua francesa .....	84
3.3.1.3 Língua italiana .....	87
3.4 A MANIFESTAÇÃO DO SUJEITO EM ALGUMAS LÍNGUAS NÃO ROMÂNICAS	88
3.4.1 A função sujeito no inglês .....	90
3.4.2 A função sujeito na língua islandesa .....	92
3.4.3 A função sujeito na língua Warlpiri .....	94
3.5 A REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SUJEITO EM ALGUMAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS .....	96
3.5.1 A função sujeito na língua Canela Apãniekrá .....	96
3.5.1.1 Ordem de palavra na língua Apãniekrá .....	98
3.5.1.2 Predicado nominal e algumas relações sintáticas .....	99
3.5.1.3 O estabelecimento da concordância na língua Apãniekrá .....	102
3.5.1.4 Hierarquia de pessoa na língua Apãniekrá .....	103
3.5.2 A realização da função sujeito na língua Akwẽ -Xerente .....	104
3.5.2.1 Ordem de palavras no Akwẽ-Xerente .....	104
3.5.2.2 A organização sintática .....	105
3.5.2.3 O estabelecimento da concordância .....	108
3.5.3 A realização da função sujeito na língua Avá-Canoeiro .....	110
3.5.3.1 Hierarquia de referência na língua Avá-Canoeiro .....	112
3.5.4 A função sujeito na Língua Kamaiurá .....	113
3.5.4.1 Organizações sintáticas .....	114
3.6 O QUE AS LÍNGUAS ROMÂNICAS, AS NÃO ROMÂNICAS E AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS RELEVAM SOBRE A FUNÇÃO SUJEITO? .....	116
<b>CONCLUSÕES</b> .....	124
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126

## FIGURAS E QUADROS

### FIGURAS

FIGURA 01. Modelo de interação verbal .....	29
FIGURA 02. Estruturas profundas e de superfície .....	40
FIGURA 03. Representação da Estrutura Profunda .....	40
FIGURA 04. Estrutura hierárquica na organização oracional básica .....	46
FIGURA 05. Cena discursiva .....	82

### QUADROS

QUADRO 01. Distinção entre sujeito, tema e agente estabelecida por Halliday .....	53
QUADRO 02. Classificação das línguas segundo Sapir .....	73
QUADRO 03. Ordem de constituintes nucleares .....	98
QUADRO 04. Línguas, sujeito e marcação de caso .....	120
QUADRO 05. Sujeito Vs Tipos de língua .....	120
QUADRO 06. A função sujeito e seus reflexos nas configurações semântica e pragmático-discursiva das línguas.....	121

## ABREVIATURAS E SÍMBOLOS UTILIZADOS

A	Agente
A	Sujeito da sentença transitiva
Adj.	Adjetivo
Acc.	Acusativo
ABLA	Ablativo
Abs.	Absolutivo
Acus	Acusativo
ASP	Aspecto
BEN	Benefactivo
CAUS.	Causativo
CLAS	Classificador
CN	Caso nuclear
COM	Comitativo
CONJ	Conjunção
COP.	Cópula
DAT.	Dativo
DIR.	Direcional ou Diretiva
DP	( <i>Determiner Phrase</i> , em inglês) Sintagma determinante
DS	Estrutura profunda
DU.	Dual
ENF.	Enfático
ERG.	Ergativo
Ev.	Evidencial
Excl.	Exclusivo
Fut.	Futuro
GG	Gramática Gerativa
GC	Gramática Cognitiva
HAB	Habitual (tempo)
I	( <i>Inflection</i> , em inglês) Flexão
IMP.	Imperfectivo (aspecto)
Incl.	Inclusivo
IP	( <i>Inflectional Phrase</i> , em inglês) Sintagma Flexional
IRRE	Irrealis
LF	( <i>Logical Form</i> , em inglês) Forma Lógica
LOC	Locativo
MAL.	Malefactivo
MOV.	Movimento
N	Nome
NEG	Negação
NLU	Uso da Língua Natural

NMZ	Nominalizador
Nom.	Nominativo
NONPAST-	Não passado
NP	( <i>Noun Phrase</i> , em inglês) Sintagma Nominal
N.Pes.	Nome pessoal ou nome próprio
NSG	Não singular (corresponde ao dual/plural)
O	Objeto da oração transitiva
Obj.	Objeto
P	Preposição
Part	Partícula
PARTT	Partitivo
PAS	Passado (tempo)
PAS.INT	Passado interrogativo
PAST	Passado
PB	Português Brasileiro
PD	Passado Distante
PERF	Perfectivo (aspecto)
PF	( <i>Phonetic Form</i> , em inglês) Forma fonética
PIH	Prefixo de indeterminação humana
Pl.	Plural
POS	Posposição
Poss	Possessivo
POSP.	Posposição
PR	Prefixo Relacional
Pref.pess.	Prefixo Pessoal
PRG	Progressivo
Prog.	Progressivo
Pron	Pronome
Pron-ind	Pronome indefinido ou indeterminado
R	Relacional
REAL	Realis (modo)
REFER	Referenciante
Rel	Prefixo relacional
S	Sujeito da sentença intransitiva
Sa	Sujeito de verbos intransitivos ativos
SAdj.	Sintagma adjetival
Sg.	Singular
SN	Sintagma Nominal
So	Sujeito de verbos intransitivos descritivos
Spec.	Especificador
SS	Estrutura Superficial
Subj.	Sujeito
V	Verbo
VL	Vogal de ligação

VP	( <i>Verb Phrase</i> , em inglês) Sintagma Verbal
1	1ª pessoa
2	2ª pessoa
3	3ª pessoa
II	Marcador de pessoa série II, referente aos pronomes independentes, como clíticos.
=	Fronteira de Clítico
<i>lit.</i>	Tradução literal
R2	Prefixo relacional (R1, R2, R3, R4)

## INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se na investigação linguística da função sintática sujeito, a fim de tentar compreender como tal função é apresentada nos principais aportes teóricos linguístico-gramaticais dos séculos XX e XXI, em especial na perspectiva funcionalista da linguagem. Esse objetivo se justifica pela falta de uma linha definida do que vem a ser essa função, como ela se manifesta interlinguisticamente e como é realizada nas línguas de modo geral.

Consideramos o sujeito uma função sintática, ou seja, um elemento que atua no nível das combinações sintagmáticas e cuja seleção e escolha no nível discursivo-pragmático vai se refletir nos demais níveis (sintático, semântico, pragmático-discursivo) linguísticos, que, por sua vez, são organizados hierarquicamente na concretização do ato comunicativo estabelecido na interação, ou seja, é uma função da estrutura oracional básica, esta que é, prototipicamente, constituída pelo predicado e seus argumentos, sendo que um deles é o sujeito, manifestos na estrutura oracional subjacente, e que se estabelece na interação verbal.

Perini (2010, p. 290) afirma que as funções se definem no contexto em que ocorrem, mas as classes gramaticais se definem fora de contexto. Para exemplificar tal afirmação, o autor faz e responde as seguintes perguntas: (i) a que classe pertence a palavra *gato*? (ii) e qual é a sua função sintática?

Na primeira, na terminologia tradicional, *gato* seria um substantivo, ou um nominal para a teoria linguística. Mas, a segunda não tem uma resposta possível, porque depende do contexto em que a palavra *gato* está inserida, podendo desempenhar diversas funções sintáticas; como sujeito, objeto direto, predicativo do sujeito, núcleo de um SN e complemento de preposição. Portanto, uma função se caracteriza pela inserção do item em determinado entorno gramatical.

Uma pesquisa bibliográfica inicial revelou uma gama de direcionamentos sobre essa função sintática, com poucos trabalhos apresentando uma proposta descritiva que contemple as especificidades do sujeito, não raramente confundido com a função semântica de agente, informacional de tema e com a função pragmática de tópico.

A confusão entre essas três entidades linguísticas, na língua portuguesa, causa discussões de caráter conceitual, terminológico e descritivo, visto que tais equívocos têm relação com a falta de consideração de noções como prototipicidade e marcação, uma vez que

prototipicamente as funções tema, agente e sujeito, numa sentença declarativa, são expressas lexicalmente, na estrutura formal, pelo mesmo elemento linguístico e dizem respeito ao mesmo elemento referencial.

Desse modo, surgiu a necessidade de um estudo que verticalizasse a análise dessa função e que oferecesse uma base epistemológica para estudos descritivos sistematizados, considerando os principais aportes teóricos linguístico-gramaticais do século XX e do XXI. Portanto, a motivação para a realização deste estudo justifica-se pela necessidade e a importância de mapear e apresentar a função sujeito por meio da constituição de uma base epistemológica que possa fomentar estudos posteriores, inclusive a sua aplicação ao ensino, haja vista que oferece subsídios para uma reflexão de caráter sociodiscursivo sobre tal função.

Este trabalho foi guiado pelas seguintes perguntas de pesquisa:

1. O que os estudos linguísticos gramaticais revelam a respeito da função sujeito?
2. De que maneira as línguas prototipicamente realizam essa função?

Portanto, considerando que, em uma perspectiva funcionalista da linguagem, os níveis de constituição linguística interagem e cooperam para o sucesso de um ato discursivo, que o nível sintático é responsável pela organização estrutural e pelo arranjo dos elementos linguísticos que realizam esse ato, e, sendo a função sujeito uma das responsáveis pela organização oracional básica, o pressuposto é que diferentes concepções de linguagem permeiam os estudos sobre o sujeito, as quais, provavelmente, são raramente colocadas em diálogo.

Logo, a hipótese desta pesquisa de cunho teórico e tipológico é a seguinte: os diferentes estudos sobre o sujeito se complementam em alguns aspectos e podem ser articulados de tal maneira que formam um corpo epistemológico que auxilia no entendimento dessa função e de sua complexidade.

Nesse sentido, a função sujeito é apresentada a partir de estudos descritivos já realizados. Assim, forneceram dados para esta pesquisa estudos sobre algumas línguas românicas (Espanhol, Francês e Italiano), não românicas (Inglês, Islandês, Warlpiri) e indígenas brasileiras (Avá-Canoeiro, Kamaiurá (Tupi-Guarani), Apaniekrá (Macro-Jê) e Akwê-Xerente (Jê)). Justifica-se a escolha pelas línguas apresentadas neste estudo por serem línguas que manifestam a função sujeito de maneiras distintas, mas ao mesmo tempo que convergem em alguns aspectos, o que fomenta uma discussão comparativa e tipológico-

funcional relevante aos estudos linguísticos. Além disso, possibilitam uma visão ampla da realização dessa função, uma vez que são línguas de famílias e tipologias diversas.

O interesse em atentar para a função sintática sujeito e seus reflexos na configuração semântica e discursivo-pragmática das línguas levou à escolha por um enfoque de viés funcionalista, especialmente a partir de estudos tipológicos. Logo, o estudo aqui realizado pretende contribuir para estudos posteriores sobre a função sujeito, oferecendo uma gama de direcionamentos que pode fomentar estudos descritivos, bem como da linguística aplicada ao ensino.

Sabe-se que é de grande importância a discussão e a problematização da função sujeito numa organização oracional, visto que é necessária uma reflexão linguística que possa revelar uma transposição que reflita as experiências linguísticas do falante, e os aspectos pragmáticos da dimensão social.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o texto de dissertação está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos alguns princípios epistemológicos das perspectivas formalista e funcionalista, representados pelas Gramáticas Gerativa e Funcionalista, consideradas os aportes teóricos cruciais para a constituição de um panorama dos estudos linguísticos, a partir dos modelos gramaticais funcionalistas de Halliday (1985), Dik (1989, 1997), Neves (1997), e do modelo gerativista postulado por Chomsky (1981), e por outros autores como Mito *et al.* (2007) e Kenedy (2013).

As abordagens formalista e funcionalista são apresentadas, tendo como parâmetros de correlação: (i) as concepções de língua e linguagem; (ii) a relação forma e função, (iii) a unidade básica de análise, (iv) o correlato psicológico, e (v) a relação entre os níveis de constituição linguística. Esses parâmetros estão baseados em Dik (1978) e foram propostos para distinguir essas abordagens da língua, ou seja, entre os paradigmas (formal e funcional), visando estabelecer critérios válidos para sustentar o pensamento funcionalista da linguagem.

Dik (1978) considera o sistema linguístico a partir de regras que governam a constituição do sistema (elementos formais), bem como as regras que governam os padrões inerentes à interação verbal (elemento pragmático), estabelecendo, assim, a relação entre o sistema e seu uso. Portanto, as expressões linguísticas devem ser compreendidas a partir de seu funcionamento integrado a um contexto situacional de comunicação.

Vale ressaltar que, mesmo as abordagens formalista e a funcionalista apresentando algumas divergências teóricas, ambas reconhecem uma estrutura oracional básica, que parte da organização das relações no nível da frase, ou seja, reconhecem que a frase é projetada a

partir de uma estrutura argumental e, conseqüentemente, ambas reconhecem a função sujeito como básica à constituição oracional.

No segundo capítulo, discutimos algumas abordagens sobre as noções de sujeito, uma vez que a sua definição ainda é considerada “problemática” se observada sua manifestação na língua em uso. Tem-se que a língua em contexto de uso possui suas peculiaridades e dinamismo, e está em constante modificação, princípios que impulsionam o desenvolvimento dessa discussão. A função sintática sujeito desperta várias controvérsias dentro dos estudos funcionalistas, e, é, portanto, essa problemática que tentaremos verticalizar nessa discussão.

A função sujeito caracterizada pelas prescrições da Gramática Tradicional será também apresentada, por se tratar de um aporte epistemológico de grande divulgação (CUNHA e CINTRA, 1997; AZEREDO, 2012), e que ainda alimenta grande parte do conhecimento gramatical no Brasil. A noção de função do sujeito propagada pela GT se torna mais difusa pelo contexto de ensino aprendizagem adotado pela instituição escolar, a qual é responsável por grande parte da formação gramatical em “língua materna”. Justifica-se a abordagem da GT neste estudo, pois nela o sujeito é apresentado em sua realização prototípica, e, a partir da qual os estudos funcionalistas levantam questionamentos.

A função sujeito também é vista sob a perspectiva funcionalista, voltada para o uso da língua inserida num ambiente social, o qual propicia ao falante condição para as escolhas lexicais expressas naturalmente, e que pode ocasionar a manifestação do sujeito não prototípico.

No terceiro capítulo, apresentamos um estudo tipológico sobre a função sujeito em algumas línguas românicas, línguas não românicas e algumas línguas indígenas brasileiras, a fim de verticalizar o estudo sobre o fenômeno sujeito nas mais diversas possibilidades e manifestações linguísticas.

A perspectiva tipológico-funcional tende a oferecer subsídios para a construção de um panorama sobre a função sujeito, considerando os critérios linguísticos de análise que fomentam as discussões apresentadas por autores que veem a partir da noção de universalidade um viés para delinear a função sujeito nas línguas. Para a realização do estudo nessa perspectiva, nos baseamos especialmente nos pressupostos dos estudos tipológicos de Dixon (1994), Givón (2001; 2012), Comrie (1989) dentre outros.

O sujeito como função sintática ou gramatical toma diferentes proporções nessa discussão, uma vez que tal abordagem considera a estrutura oracional parte do nível discursivo-pragmático, ou seja, o sujeito é analisado de acordo com as intenções cognitivas e funcionais do falante numa situação natural de fala. A visão de mundo é outro elemento

fundamental para a análise da função sujeito, uma vez que a abordagem funcional considera a experiência de mundo do falante na língua em uso.

De maneira geral, este estudo busca mostrar as várias possibilidades que as línguas naturais proporcionam para a conceptualização da função sujeito, uma vez que a visão funcionalista descarta a ideia de *traços discretos*. Nesse sentido, uma determinada categoria gramatical pode desempenhar várias funções dependendo do contexto situacional e cultural de comunicação, não sendo “engessada” em somente uma função gramatical predeterminada, mas sua realização é fortemente motivada por fatores discursivo-pragmáticos.

## CAPÍTULO I

# TEORIAS LINGUÍSTICO-GRAMATICAIS DOMINANTES NOS SÉCULOS XX E XXI

Neste capítulo abordamos as bases epistemológicas nas perspectivas formalista e funcionalista, representadas pelas Gramáticas Gerativa e Funcionalista, aportes teóricos cruciais para a constituição de um panorama dos estudos linguístico-descritivos nos séculos XX e XXI.

Abordamos alguns postulados do modelo gerativista a partir de Chomsky (1981), e outros autores como Galves (2001), Miotto *et al.* (2007) e Kenedy (2013), e as postulações gramaticais funcionalistas de Halliday (1985), Dik (1989, 1997), Neves (1997), entre outros.

O aporte teórico funcionalista parte do princípio de que as expressões linguísticas devem ser compreendidas a partir de seu funcionamento integrado a um contexto situacional de comunicação. Por outro lado, as postulações formalistas concebem a língua como um produto inato da cognição humana, e suas análises se concentram na descrição das sentenças, sem se ater aos contextos situacional e cultural em que são produzidas.

As abordagens supracitadas apresentam algumas divergências, mas ambas reconhecem uma estrutura oracional básica, que parte da organização das relações no nível da frase, ou seja, reconhece que a frase é projetada a partir de uma estrutura argumental e, conseqüentemente, concebem a função sujeito como um elemento dessa estrutura.

### 1.1 BASES CONCEPTUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA TEORIA GERATIVA

Entre os estudos sobre a linguagem humana, entendemos a abordagem Gerativa como a representante do pensamento formalista. Trata-se de um modelo cognitivo, mas que apresenta algumas divergências teóricas, especialmente em relação à concepção de que a língua é inata ou biológica, se comparado à abordagem sócio-funcional-cognitivista, outra vertente teórica que parte da concepção funcionalista da linguagem.

A Gramática Gerativa (doravante GG) surgiu entre as décadas de 1950 e 1960, e foi postulada pelo norte-americano Avram Noam Chomsky, que desenvolveu as ideias iniciais que viriam ser o pressuposto teórico para o estudo formalista das línguas naturais mais relevante da contemporaneidade.

Os pressupostos teóricos da GG partem das ciências cognitivas no sentido de elaborar uma teoria abstrata sobre o funcionamento da linguagem na mente humana, o que demanda um trabalho de abstração, ou seja, é um modelo linguístico centrado nos processos mentais da linguagem, concentrando-se no produto final, que é a produção linguística. Tal perspectiva se fundamenta no aparato biológico humano, de modo que suas postulações estão estritamente ligadas à concepção inatista da linguagem.

No decorrer da primeira metade do século XX, a abordagem inatista foi relevante para o desenvolvimento dos estudos da linguagem, que passaram por diversas modificações.

No desenvolvimento da GG, Chomsky (1981), depois de várias reformulações teóricas a fim de promover melhor adequação descritiva e explicativa, no livro intitulado *Lectures on Government and Binding*, em 1981, postula a *Teoria de Princípios e Parâmetros*, que se insere como parte do resultado da *Teoria Standard Ampliada*. Tal abordagem permite o estudo dos princípios rígidos responsáveis pelas propriedades invariantes nas línguas, bem como a explicação dos princípios flexíveis que estabelecem diferenças entre as línguas naturais.

Desse modo, os pressupostos teóricos do Programa de Investigação da Gramática Gerativa, mais especificamente, da *Teoria de Princípios e Parâmetros* (cf. CHOMSKY, 1981 e obras posteriores), postulam que os seres humanos são dotados biologicamente de uma Faculdade de Linguagem, razão pela qual estão aptos a adquirir uma língua particular.

A linguagem seria, portanto, decorrente de um aparato inato inerente aos seres humanos, que têm uma “pré-condição” (a faculdade de linguagem), para adquirir uma determinada língua natural.

A linguagem pode ser entendida como um processo gerativo de sentenças, estruturado e regido por padrões e regras lógicas de transformação. Estes padrões ou regras lógicas que governam a linguagem constituem uma gramática profunda das línguas naturais. (CANDIOTTO, 2008, p. 3)

A Faculdade de Linguagem é composta por Princípios e Parâmetros, sendo que os Princípios consistem em leis gerais válidas para todas as línguas naturais, não sendo tolerada em nenhuma língua natural a violação desses Princípios, por estar intrinsecamente relacionada

à forma como a mente/cérebro do falante funciona. Os Parâmetros são propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pelas diferenças entre as línguas, e, se uma sentença não atende a uma propriedade paramétrica, pode ser considerada gramatical em uma língua e agramatical em outra (cf. MIOTO *et al.*, 2007).

Logo, é concebida nas línguas a possibilidade da recursividade, num processo de geração de sentenças, ou seja, a recursividade é, no plano teórico da competência linguística, uma propriedade infinita. A geração infinita de sentenças é igualmente legitimada por outras duas propriedades da faculdade da linguagem: a infinitude discreta e a criatividade (cf. CHOMSKY, 2005).

Para explicar a conceito de língua, a GG formula o modelo de dupla dimensão, Língua I e a Língua E<sup>1</sup>. A Língua I é vista como objetiva e se concentra na faculdade cognitiva do falante de maneira individual, em decorrência de um elemento existente na mente do falante que o capacita a conhecer sua própria língua, ou seja, a língua interna, adquirida e usada por um falante-ouvinte ideal. Por outro lado, a Língua E é subjetiva e se estabelece no social, consiste num código linguisticamente compartilhado por um grupo social, isto é, a língua externa, e diz respeito ao modo como o construto é compreendido, independentemente das propriedades do cérebro (cf. KENEDY, 2013).

Nessa concepção, o léxico é a maior fonte de informação linguística necessária para a aquisição e o uso de uma língua I, visto que para a existência da língua é crucial que haja o compartilhamento do léxico e demais construtos linguísticos que se tornam existentes na mente do falante.

O uso da língua E, na aquisição da linguagem, está relacionado às estruturas linguísticas compartilhadas que a criança aprenderá através dos *inputs*, dados linguísticos de uma língua particular, socialmente produzidos, que são restritos e não estruturados. Assim, a aquisição é inata, e, independentemente, do tipo de convívio social e dos dados linguísticos expostos à criança, a linguagem será adquirida. Nesse sentido, a aquisição é vista como um processo de “formatação” da Faculdade da Linguagem através da fixação de parâmetros estabelecidos pela Gramática Universal (doravante GU).

A Gramática Universal (em inglês *Universal Grammar*) representa o estágio de aquisição de uma língua materna, em que os *Princípios e Parâmetros* serão fixados e constituirão as gramáticas das línguas naturais.

---

<sup>1</sup> Chomsky (1981) estabelece a distinção entre Língua I e Língua E, mas o estudo linguístico na perspectiva gerativista deve-se centrar na Língua I.

Trata-se, portanto, de uma proposta mentalista, para a qual o falante de uma língua natural dispõe de uma gramática internalizada, que consiste em um conjunto de regras que rege o conhecimento sobre sua língua materna. Esse saber linguístico está relacionado à *competência* e ao *desempenho* do falante. A *competência* é o conhecimento que permite ao falante reconhecer se uma sentença de sua língua é gramatical ou não. O falante põe em uso a competência para produzir as sentenças de fala e o resultado dessa produção é chamado de *desempenho* (cf. MIOTO *et al.*, 2007, p. 21).

Portanto, a intuição do falante é um instrumento fundamental para os procedimentos de análise que o falante promove de sua própria língua, tendo total autonomia para selecionar estruturas linguísticas que pertencem à sua gramática e rejeitar as que não fazem parte de sua gramática internalizada, ou seja, o correlato psicológico da língua centra-se na *competência*.

Nesse sentido, a abordagem gerativista, guiada pela teoria de *Princípios e Parâmetros*, poderá até ser usada para trabalhar com dados de fala de uma comunidade, mas os contextos social e cultural não serão considerados como um critério de análise, bem como o contexto situacional em que a fala está inserida. Para um linguista gerativista<sup>2</sup>, a língua deve ser descrita e analisada com base em dados (sentenças) e testes introspectivos, selecionando-se, então, critérios de análise linguística de dados associados à estrutura do sistema linguístico. Assim, o linguista poderá desenvolver seu trabalho formulando teorias de maneira conceitual e dialética embasadas em sua própria gramática internalizada.

O aspecto mentalista da GG repousa no reconhecimento de que a cognição humana constitui-se de maneira modular, considerando-se a configuração do cérebro humano, e que há um módulo responsável pela linguagem, ou seja, a mente humana divide-se em módulos especializados na execução de tarefas específicas. Assim, o módulo da linguagem se divide em submódulos que vão desde os níveis da fonologia ao da pragmática. Todos os submódulos estão sempre em interação, portanto, estão em ação na concretização da produção linguística. A sintaxe é o nível que se caracteriza como um submódulo responsável pela organização das estruturas linguísticas.

A proposta de Chomsky foi de grande importância para a postulação da psicologia cognitiva, associando-se ao desenvolvimento dos fundamentos da teoria modular desenvolvida por Jerry A. Fodor (1983), em busca de explicar os processos cognitivos (cf. CANDIOTTO, 2008).

---

<sup>2</sup> Existem ramificações da abordagem gerativista, em que se consideram alguns aspectos variacionistas, mas tais aspectos são restritos à fixação de parâmetro, como: variação dos *Parâmetro do Sujeito Nulo* e *Parâmetro da Ordem*.

Jerry A. Fodor (1983), responsável pelo desenvolvimento dos estudos modulares do cognitivismo sob influência de Chomsky, passou a considerar as funções e a inteligência como produtos naturais<sup>3</sup> da mente, como um conjunto de módulos. Eles buscavam uma explicação plausível, pautando-se não somente em processos psicológicos culturais, mas também em todos os processos psicológicos humanos. Um dos aspectos mais importantes das postulações de Chomsky é o formalismo, ou seja, a análise baseada na sintaxe “pura”.

A principal contribuição de Fodor (1983) para as ciências cognitivas é a apresentação da arquitetura mental em dois níveis e a afirmação da existência de módulos centrais responsáveis pelas atividades cognitivas superiores, como criatividade, reflexão ou imaginação.

Baseado na Teoria Transformacional de Chomsky, Fodor (1983) entende que cada um desses módulos possui uma forma de funcionamento inata, e que ao longo da vida esses módulos se adaptam ao ambiente para a concretização da aquisição de linguagem.

Segundo Kenedy (2013), dizer que a mente é modular significa negar-lhe certa uniformidade, e reconhecer que ela é composta por capacidades especializadas em diferentes tipos de comportamento, dedicados a diferentes tipos de informações. Logo, a linguagem se constitui como um dos módulos da mente. Isso porque ela possui sua própria natureza e o seu funcionamento independente de outros módulos da mente (visão, memória, percepção espacial, raciocínio matemático etc.).

Na análise gerativa, o léxico é um módulo responsável por toda a formação na fase da aquisição lexical, que vai da infância à vida adulta, ou seja, do processo de imaturação ao de maturação. O que ocorre ao longo da vida é uma adaptação dos módulos ao ambiente, possibilitando a aprendizagem da língua.

A concepção formalista de língua adotada pela abordagem Gerativa se concretiza nas afirmações de Chomsky (1981), para quem o papel fundamental da teoria linguística consiste em descrever, com objetividade científica, o conhecimento do falante. As estruturas criadas na mente do falante ocorrem por meio de aplicações de regras inconscientes, as quais se aplicam em sentenças que geram outras sentenças possíveis de ser pronunciadas e compreendidas. Logo, as sentenças que são geradas e reproduzidas pelo falante, devem ser descritas e analisadas de acordo com a sua gramática internalizada, em detrimento do contexto pragmático, no qual a língua exerce sua manifestação.

---

<sup>3</sup> Na visão vygotskyana as funções e a inteligência eram *produtos artificiais* dos processos psicológicos culturalmente imediatos.

## 1.2 BASES CONCEPTUAIS E EPISTEMOLÓGICAS FUNCIONALISTAS

Com o formalismo estruturalista, postulado por Ferdinand de Saussure, em 1916, no *Curso de Linguística Geral*, dá-se início à linguística moderna e ao estudo da língua como um sistema de signos. Segundo Neves (1997), o funcionalismo tem origem na Escola Linguística de Praga (1928), com Jakobson, que propôs a teoria das *Funções da Linguagem*, em oposição a Saussure.

Houve, então, com o decorrer de discussões linguísticas, a participação do filósofo Husserl, e a introdução dos princípios da teoria da Gestalt, que se deu através de seu frequente contato com o psicólogo alemão Karl Bühler. Posteriormente, ocorrem várias movimentações e intervenções do funcionalismo, com outras perspectivas de descrição e análise linguística.

Passa-se a utilizar a noção de função nos sentidos de função/relação estabelecendo a ligação do elemento com o sistema linguístico, constituindo, assim, um todo. A noção de função como relação, tal como proposta por Nichols (1984), citado por Neves (1997), prevê a relação de um elemento estrutural dentro de uma unidade estrutural maior.

Segundo Kenedy e Marttelota (2003), tal concepção não é a marca do funcionalismo dos linguistas de Praga, mas o que caracterizou as análises foi a adoção de uma noção teleológica da linguagem: a língua entendida como um sistema funcional, no sentido de que é utilizada para um determinado fim comunicativo, sendo menos mecanicista e considerando uma visão de interação.

É nesse contexto que é discutida a noção de função dentro das perspectivas teóricas da Linguística. Assim, mesmo na perspectiva funcionalista, existem ramificações.

Desde então, a teoria funcionalista ganha autonomia nos debates linguísticos nos Estados Unidos, na década de 1970, com o trabalho de linguistas como Paul Hopper, Sandra Thompson e Talmy Givón, que disseminam uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. Esse grupo considera a sintaxe não autônoma, como uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso.

Logo, as correntes linguísticas foram concebendo outras vertentes teóricas e constituindo um funcionalismo com vários olhares sobre a língua.

Van Valin (1990), citado por Neves (1997), expõe três tipos de funcionalismo, sendo eles: conservador, extremado e o moderado. O conservador é o funcionalismo que aponta os

problemas de inadequação do estruturalismo ou do formalismo, mas não propõe uma análise da estrutura. O extremado é o funcionalismo que nega a existência da estrutura e considera que as regras se baseiam somente na função. E o moderado é o funcionalismo que não apenas aponta as inadequações, mas propõe uma análise funcionalista da estrutura.

Dentre os tipos de funcionalismo delineados pelo autor, assumimos o tipo de funcionalismo moderado, que, segundo Van Valin (1990) citado por Neves (1997), é representado pelas propostas de Halliday, Dik e os estudos mais recentes de Givón, que não somente detectam inadequações nas abordagens formalistas, como postulam uma análise funcionalista pautada na semântica e na pragmática.

Nas escolas de Londres, em que, através de Halliday, se desenvolveu uma tendência de estudar as línguas de um ponto de vista funcional, Mathiessen (1989) citado por Neves (1997) afirma que a gramática funcional de Halliday está baseada no funcionalismo etnográfico e o contextualismo desenvolvido por Malinowski nos anos 20, além da linguística firthiana da tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf e do funcionalismo da Escola de Praga.

A tendência de analisar a língua de um ponto de vista funcional está também presente no chamado grupo holandês. A postura funcionalista holandesa influenciou a formulação da gramática de Dik (1997), que trabalha com uma concepção teleológica de linguagem, que considera a língua como um instrumento da interação social pelo ser humano, com a intenção de estabelecer uma relação comunicativa para determinados fins.

Neves (2002) afirma que a orientação funcionalista busca as regularidades, as especificações da sistematicidade linguística, uma vez que se examina a produção de sentido em que se equilibra o sistema.

Em termos concisos, o funcionalismo concebe a língua intrínseca às suas funcionalidades. Ela se estabelece no uso, ou seja, nas relações humanas que têm como finalidade a interação verbal estabelecida no social. A gramática funcional, em geral, busca verificar como se processa a comunicação em uma determinada língua em situação de uso, considerando a relação entre sistema e suas funções que permeiam o caráter dinâmico da língua. Assim, a análise linguística está relacionada ao contexto global do discurso e, é a partir dessa relação que se procura correlacionar forma e sentido. Não se admitem traços discretos, uma vez que, na perspectiva funcionalista da linguagem, as categoriais gramaticais podem desempenhar funções variadas dependendo da intenção comunicativa e do contexto discursivo-pragmático.

Para expor a proposta do funcionalismo numa perspectiva de interação, de como a língua funciona, recorreremos aos modelos de Halliday (1985) e Dik (1997).

### 1.2.1 O Funcionalismo postulado por Halliday

O modelo de Gramática Funcional desenvolvido por Halliday é fruto de um processo de reelaborações teóricas que vem se aprimorando há mais de trinta anos. Desde a primeira versão da teoria sistêmico-funcional, revisada e ampliada com uma base paradigmática e finalizada com a inserção da teoria de metafunções, visando aos aspectos funcionais da linguagem.

Halliday (1985) apresenta diferentes formas em que uma língua expressa conceitos básicos quando se considera a sua gramática em termos funcionais, isto é, do ponto de vista de como ela cria e expressa o significado. Nesse contexto, a língua pode se concebida: (i) como texto e como sistema, (ii) como um som e como uma escrita, (iii) como estrutura – sendo configurações de partes, e (iv) como recursos, num sentido de escolhas entre alternativas. Portanto, a língua é entendida como sistêmica-funcional, na perspectiva de que é importante entender como seus itens são encaixados, entendida sempre com referência à sua totalidade, a fim de compreender a natureza e a dinâmica de um sistema semiótico como um todo integrado.

Assim, o autor busca expor, nesse primeiro momento, as dimensões críticas dos princípios da espécie de semiótica que orienta a linguagem, abordando as dimensões da língua e suas principais ordens. Ele parte do sistema para a função, considerando, então, como ponto inicial a dimensão da estrutura, depois o sistema, a estratificação, a instanciação e finaliza com as metafunções. Entretanto, todos esses mecanismos são integrados de forma simultânea no processo comunicativo. A separação dos mecanismos que compõem o processo comunicativo é exposta, aqui, com o intuito de verticalizar essa explicação dada por Halliday.

A *estrutura* é adotada por Halliday (1985) como uma ordem sintagmática, o aspecto composicional da língua. A teoria sistêmica defende que a categoria estabelece as relações composicionais das partes de uma frase. Halliday (1985, p. 21) argumenta que, quando passamos a analisar a gramática, vemos que a estrutura de cada unidade tem uma *configuração orgânica*, de modo que cada item possui uma função distinta em relação ao conjunto (todo) e que algumas unidades podem formar constituintes, sequências interativas que trabalham juntas como uma única peça. Nesse sentido, gramática é a unidade central de processamento da linguagem, onde os significados são constituídos. É natural que os sistemas de som e de escrita, através dos quais esses significados são expressos, reflitam no arranjo estrutural da gramática.

Por outro lado, o *sistema* é visto como ordem paradigmática no sentido firthiano, representada por um sistema de redes e não por um inventário de estruturas. Logo, a estrutura é essencial para a descrição, mas a interpretação se dá por meio da forma externa feita pelas escolhas sistêmicas, que são inconscientes. A língua é um recurso para a marcação de significados que residem nos padrões sistemáticos de escolhas. Assim, a interpretação funcional está relacionada à descrição sistêmica, sendo que cada estrutura caracteriza uma escolha representada num tipo de constituinte. (HALLIDAY, 2004, p. 27)

Outra dimensão abordada por Halliday (1985) sobre a língua é a *estratificação*. Mesmo considerando o fato de que uma língua é um sistema semiótico complexo, com vários níveis, ou estados, ele adota em sua teoria a estratificação em dois níveis: o do conteúdo e o da expressão.

O esquema de *estratificação* postulado por Halliday (1985) consiste na expressão que está entre a fonética e a fonologia, e o conteúdo é inserido entre a lexicogramática e a semântica. Assim, a experiência e a relação interpessoal são transformadas em sentido, num estrato semântico, o sentido é transformado em palavras, num estrato lexicogramático. O uso da língua é uma maneira de organizar as construções das experiências do mundo num processo de interação, constituindo um processo social entre falantes.

Halliday (1985) trata o mecanismo de *instanciação* como uma tentativa de mostrar a língua numa perspectiva de sistema, e a outra perspectiva é a da linguagem como texto concebido num paradigma funcional firthiano baseado na “escolha” (paradigmática) e na “cadeia” (sintagmática) que se realiza no eixo sintagmático.

O sistema de uma língua é “instanciado” na forma de texto. O texto pode ser usado numa situação trivial, bem como em fatos históricos importantes. Sendo assim, o texto é o que se passa à nossa volta, todo o sistema potencial está por trás desses efeitos variáveis. O estrato semântico é a linguagem de interface entre o mundo não linguístico (prototipicamente material) e a interpretação da linguagem. Sistema e texto são, portanto, relacionados através de instanciação. O texto se constitui como a construção de significados.

Halliday (1985, p. 28) apresenta um esquema de relação entre o sistema e o texto, denominado *declínio de instanciação*. Sistema e texto se definem em dois polos de declínio de potencial total e de uma instância particular, considerando que entre esses polos existem padrões intermediários. Esses padrões podem ser vistos a partir do polo *sistema* como subsistemas, ou a partir do polo *instância*, como tipos de instância.

Numa amostra, ao se identificar um tipo de texto, há um movimento ao longo da inclinação de distância do polo de texto para o polo do sistema. Para que isso seja realizado

com eficiência é preciso que os usos sejam compartilhados no ambiente social. O texto e o sistema devem estar inseridos num ambiente social, em que tanto falante quanto ouvinte compartilhem do mesmo campo conceptual, a fim de uma eficácia comunicativa.

Halliday (1985) propõe dois princípios de análise funcional: (1) o texto é a unidade maior, e, (2) a multifuncionalidade dos itens que compõem o texto. Considerando esses dois princípios, é possível observar um aspecto “polissêmico” que é apresentado em variados contextos de fala, em que um mesmo item ou sentença podem expressar significados diversos, ou melhor, uma função específica, relacionada aos aspectos sociais, históricos e culturais influencia na interpretação de significados em uma determinada situação de comunicação.

Portanto, nota-se que a semântica é o nível linguístico que proporciona diversas interpretações no uso das línguas, e a multifuncionalidade é um conjunto de opções da língua, que o falante possui (inconscientemente) para atribuir funções em uma comunicação específica.

Segundo Halliday (1985), a multifuncionalidade prevê: (i) a investigação de várias formas de cumprimentos das funções linguísticas, e (ii) a investigação do funcionamento de itens em diferentes unidades (desde o texto até os sintagmas menores). A multifuncionalidade é o princípio para a interpretação funcional da linguagem.

Halliday (1985) investe nos mecanismos funcionais, ou seja, nas metafunções que integram a manifestação da comunicação. As metafunções postuladas por ele são assim denominadas: a ideacional, interpessoal e textual. Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (2004) deixam transparecer, no decorrer das reformulações de seu modelo teórico, o interesse pelos aspectos funcionais em detrimento dos sistemáticos. Assim, a gramática funcional é vista como uma produção linguística natural em que tudo pode ser explicado em seu uso, através de gerações de falantes responsáveis pela mudança do sistema.

A metafunção ideacional tem como essência a língua enquanto representação da realidade, e relaciona as expressões linguísticas com as experiências extralinguísticas vivenciadas no mundo pelos falantes. No contexto gramatical, uma categoria na organização semântica da frase pode entrar no sistema de transitividade como participante do processo de relações, assumindo, assim, na estrutura do enunciado, uma função sintática.

A metafunção interpessoal concebe a língua enquanto interação. Tal mecanismo funcional implica uma escolha no nível da interação, que “abrange todos os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala” (Halliday, 1973, p. 151). Na situação de interação entre

falante e ouvinte, é que se determinam quais papéis são acionados e quais forças discursivas serão exercidas pelo falante frente ao seu interlocutor.

A metafunção textual está situada no nível da frase, em que se materializa a comunicação, e consiste em estabelecer a organização entre a informação *nova* e a informação *dada*. Logo, procura acionar o campo semântico em que se busca recuperar uma informação pelo contexto.

Em suma, Halliday acredita que a língua é um sistema semântico que se refere a todo o sistema de significado expresso na comunicação. Assim, todos os mecanismos gramaticais estão unidos, constituindo um todo integrado. Todas as interpretações são embasadas no funcional, ou seja, é por meio da multifuncionalidade que se analisa o funcionamento dos itens do sistema gramatical e investiga as diferentes funções da linguagem, a fim de verificar como se dão as funções básicas da linguagem em relação ao ambiente social e o processo de interação.

As postulações de metafunções de Halliday (1973; 1985) fomentam o modelo de interação verbal de Dik (1989, 1997) e, conseqüentemente, sua proposta da estrutura oracional em camadas, baseada no Uso da Língua Natural (NLS).

### 1.2.2 O Funcionalismo de Dik

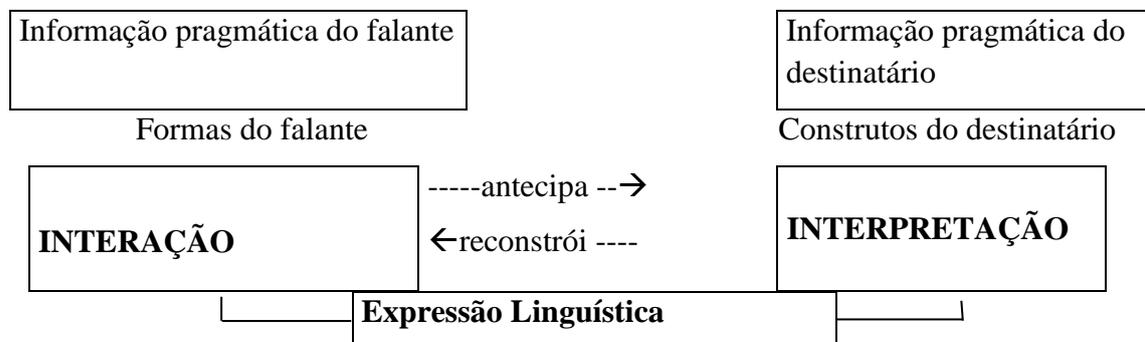
Dik (1997, p. 1) postula o modelo embasado no uso da língua natural (NLS) e nas capacidades linguísticas. Tais capacidades estão presentes no uso comunicativo da língua e estão incorporadas ao modelo (NLS) de Dik (1997), sendo elas: (i) *a capacidade linguística* que consiste na capacidade de interpretar conhecimentos linguísticos de grande complexidade estrutural em várias situações comunicativas; (ii) *capacidade epistêmica* que diz respeito à capacidade de produzir, manter e explorar uma base de conhecimentos organizados, podendo derivar em outras expressões linguísticas bem como recuperá-las e utilizá-las na interpretação de outras expressões da língua; (iii) *capacidade lógica* que diz respeito ao fato de que o NLS é capaz de obter mais conhecimento, por meio de regras de raciocínio monitorado por princípios tanto dedutivo quanto probabilístico, lógico; (iv) *capacidade perceptual* do NLS, que é capaz de perceber seu ambiente, obter conhecimento tanto na produção quanto na interpretação de expressões linguísticas; e (v) *capacidade social* que o NLS sabe o que vai ser dito, mas também como dizê-lo numa determinada situação comunicativa particular, a fim de atingir as necessidades comunicativas.

A língua natural é vista como parte integrada à competência comunicativa do usuário da língua natural (NLS). Assim, o paradigma funcional se constitui pela interação verbal por meio da linguagem em forma de atividade cooperativa estruturada.

Dik (1989) apresenta dois tipos de regras do sistema: as regras que orientam a expressão linguística, no nível sistemático (semântico, sintático, morfológico e fonológico), e as regras que governam os padrões de interação verbal (que se manifestam nos níveis discursivos), em que se realizam as regras pragmáticas.

Esses tipos de regras estão pressupostos no modelo de interação verbal proposto por Dik (1989, 1997).

**Figura 01. Modelo de interação verbal.**



Fonte: Dik (1997, p. 410).

O modelo de interação verbal, apresentado, diz respeito a qualquer tipo de interação verbal, e prevê um falante que possui alguma *intenção comunicativa*, que é parcialmente “codificada” no conteúdo de uma expressão linguística e é interpretada pelo seu destinatário.

O modelo formulado por Dik (1997) se constitui em torno da interação e, por isso, nesse modelo, uma expressão linguística é tida a partir do princípio de mediação entre falante e destinatário. Sendo assim, o modelo de interação não consiste na estrita codificação e decodificação linguística (como no modelo de interação precursor de Jakobson), mas há certa intenção comunicativa, uma vez que o falante quer não apenas transmitir um conteúdo, mas obter uma interpretação pragmática do seu destinatário.

A “codificação” pode ser mais ou menos explícita, o que dependerá do grau de explicitação que é co-determinado pela informação pragmática do falante, considerando o conjunto de conhecimentos compartilhados, entre falante e destinatário, no momento da fala. A informação pragmática diz respeito a uma hipótese do falante em relação à informação pragmática do destinatário, e uma pressuposição de como o destinatário irá interpretar a

expressão linguística. O destinatário tentará reconstruir a intenção do falante em sua interpretação final do conteúdo. Ao fazê-lo, o falante, por sua vez, é auxiliado por sua própria informação pragmática que, por sua vez, contém uma hipótese sobre a informação pragmática do destinatário. Todo esse processo ocorre num contexto situacional de comunicação.

Neves (2002, p. 93) diz que a expressão linguística do falante é uma função da sua intenção, da informação pragmática e da sua antecipação com relação ao que ele faz da interpretação do destinatário, enquanto que a função linguística da expressão do destinatário é da expressão linguística, da informação pragmática do falante, da sua conjectura sobre a intenção comunicativa do falante.

Dik (1997) propõe a divisão da informação pragmática em três tipos: (i) *informações gerais*, (ii) *informação situacional*, (iii) *informação contextual*. Como um modelo geral de comunicação verbal, é, obviamente, também relevante para a produção e a interpretação do discurso.

Nesse sentido, qualquer discurso é produzido a partir dele e projetado na informação pragmática dos interlocutores, e nenhum discurso é interpretável em função de seu conteúdo intrínseco isolado. Mesmo que certos tipos de discurso possam ser menos dependentes, qualquer discurso depende, no seu desenvolvimento, da informação contextual e do enorme corpo de conhecimento geral que o falante e o destinatário têm em compartilhamento.

Dik (1997, p. 411), tendo em vista a importância da informação pragmática na produção e na interpretação do discurso, apresenta, de maneira um pouco mais específica, os diferentes tipos de conhecimentos contidos numa informação pragmática, classificando-os em dois modos: os conhecimentos de longo prazo e os de curto prazo.

Conhecimento de longo prazo se caracteriza como o conhecimento “compartilhado” que o falante e o destinatário possuem antes de participarem de um evento comunicativo. Tal conhecimento possui dois aspectos: linguístico e não linguístico.

No aspecto linguístico, o conhecimento lexical é que propicia discernimento dos predicados da língua, sua semântica e suas propriedades morfossintáticas, e sua mútua inter-relação. O gramatical é o conhecimento de regras e princípios os quais definem a estrutura gramatical subjacente, e as regras e os princípios através dos quais a estrutura subjacente pode ser expressa; e o pragmático é o conhecimento das regras e princípios (máximas, convenções), que governam o uso da expressão linguística na interação verbal.

O conhecimento não linguístico é formado pelos conhecimentos referencial, episódico e o geral. Assim, o conhecimento referencial diz respeito às entidades tais como: pessoas, coisas, lugares etc.; o conhecimento episódico se refere aos estados-de-coisas como: ação,

processo, posição e estados, que entidade tem sido ou será envolvida no evento comunicativo e o conhecimento geral é o conhecimento sobre as regras e princípios gerais, como leis e tendências que governam o mundo.

O conhecimento de curto prazo é derivado dos eventos comunicativos e de situações nas quais eles ocorrem. O situacional é o conhecimento que pode ser percebido e inferido na situação de comunicação, incluindo os parâmetros fundamentais do “centro dêitico” do evento comunicativo. O textual é o conhecimento derivado da informação verbal transmitida pelo evento comunicativo, como, o (i) Referencial, que é o conhecimento relativo a entidades, como já mencionado, (discursos individuais, tópicos), (ii) Episódico é o conhecimento relacionado a estados-de-coisas, tais como essas entidades são envolvidas e descritas no texto e o (iii) Geral é o conhecimento de regras e princípios que regem o mundo.

Dik (1997, p. 4) salienta que a teoria da linguagem não deveria expor regras e princípios de construções de expressões linguísticas centradas em si mesmas, mas deve tentar, sobretudo, explicar essas regras e princípios em termos baseados em suas funcionalidades, do modo como são usadas.

Embora uma teoria de expressões linguísticas não seja igual a uma teoria de interação verbal, é natural que se exija e seja concebida de maneira que possa ser mais facilmente incorporada a uma teoria pragmática mais ampla de interação verbal.

O modelo de camadas proposto por Dik (1989), segundo o qual a estruturação da frase se constitui pelo predicado verbal ou nominal, que designa propriedades ou relações. Os termos de uma frase referem-se a entidades entendidas como funções sintáticas, semânticas e pragmáticas. Quando um predicado é aplicado com relação a um conjunto de termos, forma-se a predicação. Esta, por sua vez, designa um estado-de-coisas, “que é algo que pode ocorrer num mundo real ou imaginário, ser localizado no tempo e no espaço, ter certa duração, ser percebido de alguma maneira” (DIK, 1989, p. 46-47). O modelo se constitui a partir da predicação, na qual a análise de itens lexicais é realizada, e todos os predicados são semanticamente interpretados inseridos numa análise de propriedades formais e funcionais.

Dik (1989; 1997) apresenta três tipos de adequação do enunciado: a pragmática, a psicológica e a tipológica. Uma gramática funcional deve ser conceituada como sendo inserida dentro de uma teoria pragmática mais ampla de interação verbal. Em última análise, essas adequações têm de ser capazes de se integrar em um modelo de uso da língua.

Assim, as adequações são expostas da seguinte forma: a adequação pragmática de uma gramática funcional é maior na medida em que ela se encaixa mais facilmente como uma teoria ampla e pragmática. Assim, revela as propriedades das expressões linguísticas que são

relevantes para a maneira, como são usadas por um falante, a fim de evocar alguma interpretação pretendida pelo ouvinte no ato definido pela situação de fala.

A adequação psicológica deve se relacionar com os modelos psicológicos de competência linguística e de comportamento linguístico, e deve estar prevista nos modelos de produção e compreensão. Logo, reflete sobre a compatibilidade entre o que a teoria diz sobre a língua e os mecanismos psicológicos envolvidos no processamento da língua natural.

E, por último, a adequação tipológica, que visa compreender a capacidade de fornecer as gramáticas para línguas de qualquer tipo, e, ao mesmo tempo, expor, de uma forma sistemática, as semelhanças e diferenças entre as línguas.

A proposta funcionalista de Dik (1997) está centrada no uso da língua natural num contexto e situação de interação, considerando os níveis pragmático e discursivo como aparatos que fomentam e norteiam a discussão da relação interativa do falante e seu interlocutor, num contexto teórico em que a língua é vista como instrumento de interação caracterizada pela sua dinamicidade e funcionalidade.

A Gramática funcional concebe a língua natural como um instrumento social da linguagem, sendo que sua principal função está relacionada ao estabelecimento da comunicação, que consiste na relação entre falante e destinatário numa situação de interação. Igual modo, a aquisição linguística ocorre por meio do fator genético inato em junção com o fator de ambiente social que habilita a criança a adquirir a língua natural. A criança, através de *inputs* de dados linguísticos extensos e altamente estruturados, desenvolvidos em contextos naturais de comunicação, adquire uma língua materna.

### 1.3 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS PARÂMETROS DE CORRELAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL

Anteriormente, apresentamos as abordagens formal e funcional representadas pela Gramática Gerativa e pela Gramática Funcionalista. Nesse sentido, procuramos apresentar essas concepções, a fim de se estabelecer pontos de divergências em relação a alguns parâmetros de distinção desses paradigmas.

Halliday (1985) estabelece uma relação entre as abordagens formalista e funcionalista e conclui que a formalista é de orientação sintagmática e interpreta a língua como um conjunto de estruturas que se estabelecem como relações regulares, e dá ênfase aos traços universais. Por outro lado, a abordagem funcionalista é de orientação paradigmática e analisa

a língua como estruturas que são interpretadas através das relações comunicativas e dá ênfase às variações entre línguas distintas.

Segundo Dik (1978, p. 81), parâmetros de correlação e/ou distinção entre funcionalismo e formalismo podem ser assim apresentados: o paradigma funcional define a língua concebendo-a como instrumento de comunicação, tendo como principal função a comunicação. O correlato psicológico centra-se na competência comunicativa, em que se encontra a habilidade de interagir socialmente com a língua. O sistema faz-se no uso e a interação verbal está intrinsecamente ligada ao ambiente social e ao contexto intencional em que se insere o falante. No contexto situacional, a descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num determinado contexto e situação de fala. A aquisição da linguagem faz-se através do *input* extenso e estruturado de dados de uma situação de fala natural. Os universais linguísticos são explicados em funções de restrições: comunicativa, biológicas ou psicológicas e contextuais. Em suma, para o funcionalismo, a sintaxe não é autônoma, e a pragmática é vista como um quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. Assim, as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Por outro lado, o paradigma formal concebe a língua como um conjunto de orações em que a sua principal função é a expressão do pensamento. Assim, o correlato psicológico é a competência linguística, que se concentra na capacidade de produzir e julgar as sentenças de uma língua, baseada na gramática internalizada do falante. Quanto ao sistema e uso, o estudo da competência tem prioridade sobre o desempenho. No contexto situacional, as orações da língua devem ser descritas independentemente do contexto cultural, e a aquisição da linguagem se faz com uso de propriedades inatas, com base no *input* restrito e não estruturado. Os universais linguísticos são propriedades inatas do organismo humano. Assim, as abordagens formalistas consideram a relação entre os níveis de análise que se constituem na sintaxe autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades partem da sintaxe.

Na abordagem gerativa, em específico, o principal aspecto de distinção seria a consideração de uma “gramática profunda”, diferentemente da funcionalista que considera que os enunciados não são estabelecidos numa estrutura profunda, através de derivações, mas nas escolhas que o falante realiza para atingir a intenção comunicativa.

A diferença mais relevante entre as duas abordagens parece estar centrada na perspectiva da natureza da língua adotada por cada teoria. O Formalismo se concentra mais nas estruturas em detrimento das interações sociais, a língua centrada nela mesma. Por outro

lado, o Funcionalismo procura destacar que são as funções que dependem do contexto e da situação social (materialização por meio da interação linguística) em que forem produzidas.

Castilho (2012) ressalta que, com todas as divergências, as abordagens formalista e funcionalista se assemelham no reconhecimento das categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, tendo como ênfase um enfoque diferente. Assim, afirma Castilho (2012, p. 21):

o funcionalismo não é uma abordagem monolítica; ao contrário, se reúne um conjunto de subteorias que coincidem na postulação de que a língua tem funções cognitivas e sociais que desempenham um papel central na determinação das estruturas e dos sistemas que organizam uma gramática.

Entendemos que é esse caráter “multifacetado” da abordagem funcionalista que está a serviço de fomentar a análise da língua em sua concretude de dinamicidade e funcionalidade, a qual precisa considerar fatores importantes como os níveis sintáticos, bem como o discursivo-pragmático e semântico-cognitivo, a fim de tentar descrever uma língua e alcançar a complexidade das gramáticas em uso pelos falantes.

## CAPÍTULO II

### **A FUNÇÃO SUJEITO EM DIFERENTES PARADIGMAS, COM ÊNFASE NA ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

Neste capítulo, apresentamos alguns princípios de organização gramatical e a função sujeito em diferentes abordagens, na busca pela constituição de um conjunto de conhecimentos relevantes que forneçam subsídios para um mapeamento epistemológico desse importante fenômeno de organização linguística.

As discussões atuais sobre a função sujeito partem de estudos com forte rigor científico descritivista, mas apresentamos inicialmente algumas prescrições da Gramática Tradicional (GT), por se tratar de um aporte epistemológico de grande divulgação e aceitação pelo público em geral, a partir de estudos de autores como Cunha e Cintra (1997) e Azeredo (2012), e que têm construído ao longo do tempo um conhecimento formal, do qual as grandes abordagens descritivistas partem para contrapor e construir suas postulações. Em seguida, recorreremos aos pressupostos teóricos da abordagem da Gramática Gerativa (GG), propostos por Chomsky (1981), e com base em outros autores como Galves (2001), Miotto *et al.*, (2007) e Kenedy (2013). Ao final, nos centramos na abordagem funcionalista da linguagem, em suas diversas tendências, como ponto de apoio para as discussões propostas, a partir de autores como Pontes (1986), Neves (1991; 1997), García (1996), Dik (1997), Halliday (1985), Halliday e Matthiessen (2004), entre outros.

#### 2.1 A FUNÇÃO SUJEITO NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A abordagem da função sujeito na perspectiva da GT tende a reduzir sua identificação e abrangência na organização oracional, por ser uma abordagem que procura, através da prescrição, apresentar de modo simplificado como a língua se organiza, restringindo-a a uma lista de regras, e tendo como exceção tudo o que não se enquadra ao que está prescrito. Apesar de ser o aporte epistemológico mais divulgado no estudo de língua sobre prescrições

gramaticais, ainda há pontos de divergência entre os gramáticos tradicionalistas a respeito da natureza do sujeito.

A Gramática Tradicional traz a função sujeito considerando suas funções em detrimento de uma definição satisfatória do sujeito no plano da organização oracional na língua portuguesa. Sendo assim, a função de sujeito pode ser identificada pela: (i) posição que ocupa na sentença; (ii) o ser que pratica a ação; (iii) o elemento que estabelece concordância com o verbo; e (iv) o termo sobre o qual se faz uma declaração (cf. CUNHA e CINTRA, 1997).

Azeredo (2012), numa visão tradicionalista, identifica a função sujeito como sendo aquela pertencente a uma construção de sintagma nominal, partindo do pressuposto de que uma oração é composta por um sintagma nominal (SN), que pode desempenhar a função sujeito, e por um sintagma verbal (SV), que pode desempenhar a função de predicado. Assim, a função sujeito pode ser exercida por um substantivo ou pronome substantivo, e, conseqüentemente, a função de predicado será exercida pelo verbo.

Azeredo (2012, p. 223) faz algumas considerações sobre a função sujeito e afirma que “é um equívoco identificar sujeito com o ‘agente do verbo’ e o objeto direto com formas ativa e passiva de uma oração, em que os termos têm a função sintática alterada, mas mantêm a respectiva função semântica”. Tal afirmação está pautada no fato de existirem formas ativa e passiva, em que a posição estrutural é modificada, mas prevalece o valor semântico da oração, como se observa em (01).

- (01) a. *Marcelo* descascou o abacaxi.  
 b. O abacaxi foi descascado por *Marcelo*.

(AZEREDO, 2012, p. 223)

A comparação é feita para justificar que as funções sintáticas são conferidas a palavras e sintagmas que ocupam uma determinada posição na estrutura sintática, mas, uma vez alteradas, mantêm as respectivas funções semânticas.

Outro equívoco postulado pelo autor está relacionado com a afirmação de que “o sujeito é o termo sobre o qual se declara algo”, uma vez que tal definição é válida somente para a noção textual de tópico, que nem sempre corresponde ao sujeito da oração, conforme demonstrado em (02).

- (02) O corpo do pardalzinho, *Sacha* enterrou no jardim.

(AZEREDO, 2012, p. 224)

Na sentença em (02) há, segundo Azeredo (2012), um deslocamento do objeto direto para a primeira posição, uma vez que o sujeito é Sacha, e não “o termo sobre o qual foi declarado algo”, que se caracteriza como um objeto deslocado.

Na gramática de Azeredo (2012), a função sujeito é definida pela sua realização formal. Por isso, o sujeito pode ser simples, quando representado por um núcleo substantivo ou pronome substantivo, ou composto, quando constituído por dois ou mais núcleos representados por substantivos ou pronome substantivo. Ele não nega que o sujeito possa desempenhar as funções de agente e de paciente, mas a realização estrutural, segundo o autor, é fator importante na distinção da função sujeito.

A Gramática Tradicional classifica o sujeito em tipos, os quais estão relacionados a sua identificação na sentença, bem como pela sua omissão, mecanismo bem aceito pela GT em contexto de escrita, a fim de eliminar as repetições desnecessárias. Portanto, a GT apresenta algumas postulações que estão relacionadas à certa permissão para o seu uso na escrita, quando necessário, considerando que em algumas situações o sujeito omitido pode ser recuperado pela desinência verbal ou pelo contexto.

Azeredo (2012, p. 224) aborda três tipos de omissão do sujeito gramatical: (i) a **elipse do sujeito**, quando o lugar sintático do sujeito está vazio e a existência sintática é identificada pela flexão verbal; (ii) o **cancelamento do sujeito sintático**, que consiste no não preenchimento do sujeito, que neste caso não apresenta marca desinencial, mas isso não impede que o interlocutor identifique a quem ou a quem ele se refere; (iii) o **sujeito indeterminado**, que é o não preenchimento do sujeito devido à impossibilidade de estabelecer qualquer correspondência entre sujeito da oração e algum item léxico da língua.

A omissão do sujeito, de maneira geral, é definida pela GT como sujeito oculto, elíptico, subentendido, indeterminado etc., seguindo, portanto, as postulações da Nomenclatura Gramatical Brasileira. A GT possui como princípio a normatização da língua. Sendo assim, é considerada prescritiva no sentido de padronizar normas que deveriam ser usadas pelos falantes na comunicação oral, mas, por outro lado, cumpre o seu papel na regularização das normas convencionais de escrita.

Nesse sentido, a função de sujeito ainda é bastante discutida entre os teóricos da Gramática Tradicional. No entanto, mesmo com afirmações que variam a respeito dessa função, os gramáticos têm compartilhado terminologias que definem um sujeito prototípico. Assim, García (1996) conceitua o sujeito prototípico postulado pela GT como sendo aquele que é agente, tópico e também concorda com o verbo.

Em suma, temos que concordar que a exposição anterior parece limitada, mas não seria produtivo, e até irrelevante, mencionar todos os autores consultados, uma vez que verificamos, a partir das leituras de Nicola e Infante (1994), Cunha e Cintra (1997), Azeredo (2012) que, no geral, há um compartilhamento de ideias que se convergem quanto à noção da função sujeito. Nesse sentido, procuramos mostrar, a partir das gramáticas supracitadas, pontos específicos de divergências, mas, que, no geral, definem o sujeito prototípico, ou seja, aquele que seria mais recorrente em português.

A problemática da perspectiva teórica sobre a função sujeito na GT está no fato de que seu estudo está centrado na sua identificação, mas não define suas propriedades sintáticas, nem seus correlatos semânticos ou discursivos.

Para agregar informações sobre a definição do sujeito como função do domínio gramatical, buscaremos apoio na Teoria Gerativa, uma vez que, apesar da complexidade que lhe é inerente, está claro que se trata de uma função pertencente à organização oracional básica.

## 2.2 A CONSTITUIÇÃO ORACIONAL BÁSICA POSTULADA PELA TEORIA GERATIVA E A FUNÇÃO SUJEITO

Kenedy (2013), Galves (2001), Raposo (1992), Miotto *et al.* (2007), dentre outros autores, têm apresentado a Teoria Gerativa e suas postulações para exposição teórica da estrutura oracional e, conseqüentemente, a abordagem da função sujeito na sentença. Nesse sentido, pretendemos abordar a função sujeito, a fim de apresentar o pensamento gerativista sobre tal função.

Nesse modelo, a oração básica se constitui a partir da estrutura NP1 V NP2<sup>4</sup>. Assim, no nível da oração, o predicador é o verbo, o elemento central, ou seja, especifica o número de argumentos ou os NPs exigidos pelo verbo para saturar a relação predicativa. Os argumentos correspondem ao sujeito e aos complementos subcategorizados pelo predicador (cf. RAPOSO, 1992).

Para discorrer sobre a organização argumental da Gramática Gerativa, faz-se necessário abordar os núcleos que compõem a estrutura argumental. Kenedy (2013) apresenta

---

<sup>4</sup> NP (do inglês *Noun Phrase*) corresponde a SN (Sintagma Nominal em Português).

o *Léxico* como um componente da língua I que se caracteriza como uma espécie de “dicionário mental” estocado na mente humana e acessado pelo Sistema Computacional durante a produção linguística.

O Léxico possui traços categoriais e os núcleos lexicais são definidos pela combinação dos traços<sup>5</sup>: nominal [N] e verbal [V], que, por sua vez, são associados a graus + ou -. Assim, por exemplo, um item lexical como *ver* possui traços formais de categoria V e será o predicador que selecionará dois argumentos, enquanto que o item lexical *visão* possui traços formais de categoria N.

O Léxico do português provê os núcleos de categorias lexicais N (nome), A (adjetivo), V (verbo), P (preposição) que são representados em sintagmas codificados em NP, AP, VP, PP. Os valores e as informações que se encontram codificados no léxico são identificados como traços, portanto, eles podem ser fonológicos, sintáticos e semânticos (cf. MIOTO *et al.*, 2007).

As categorias lexicais apresentam a propriedade de selecionar semanticamente e de atuar como predicadores. Desse modo, é preciso que haja uma combinação de propriedades semanticamente compatíveis. Por exemplo, em uma sentença “*João bebeu leite*”, o núcleo lexical, o verbo *beber*, terá como argumento *João*, quem bebe, e o *leite* que é bebido, ou seja, um núcleo lexical tende a selecionar os seus argumentos de modo que possuam propriedades semânticas compartilhadas. Logo, o *João* só poderá beber algo que seja líquido. Por outro lado, os núcleos funcionais são incapazes de selecionar argumentos, pois, tem como principal objetivo, identificar apenas a categoria à qual pertence o seu complemento, sendo uma função eminentemente gramatical.

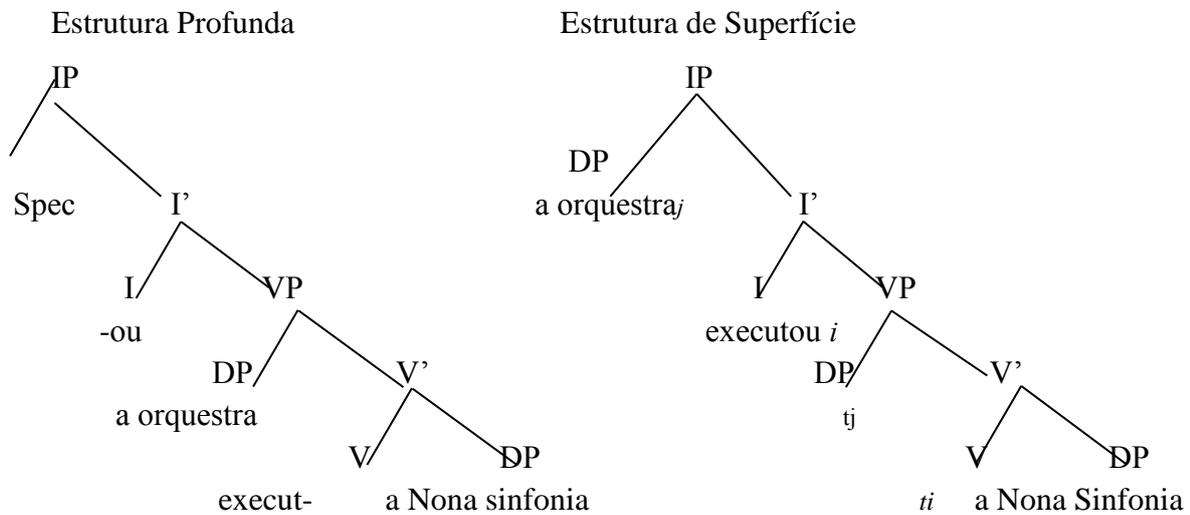
Mioto *et al.* (2007) considera que, numa estrutura em que o VP (sintagma verbal) é a projeção máxima de V, e se V tem argumentos, esses tendem a ser incluídos na sua projeção máxima. Nesse sentido, as estruturas arbóreas são um recurso para representar as estruturas sintáticas das sentenças de uma determinada língua natural.

A representação da estrutura arbórea da sintaxe é responsável pela exposição das estruturas (Profunda ou de Superfície), em que os predicadores selecionam seus argumentos no nível da organização oracional, visto que nessas estruturas pode-se observar o movimento que ocorre nas produções linguísticas.

(03) A orquestra executou a Nona Sinfonia.

---

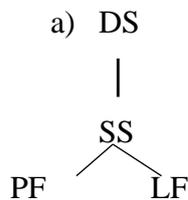
<sup>5</sup> V verbo= [+V, -N]; N nome = [-V,+N]; A adjetivo= [+V, +N]; P preposição= [-V,-N]

**Figura 02. Estruturas profundas e de superfície.**

Fonte: Mioto *et al.* (2007, p. 69)

Para analisar a organização sintática dos constituintes na sentença, na abordagem gerativa, parte-se do esquema arbóreo como na (Figura 02), que mostra o nível em que a sentença vai ser representada, como já mencionado. Nesse sentido, a sentença pode ser exposta como uma sequência de sons e um sentido estrutural. A representação abstrata dos sons é PF (Forma fonética – do inglês *Phonetic Form*) e um sentido estrutural que é representação abstrata, é LF (Forma Lógica – do inglês *Logical Form*).

Assim, neste modelo, a sentença se realiza em som PF e seu sentido LF não direto, mas é mediada pela estrutura sintática SS (Estrutura Superficial – em inglês *Surface Structure*):

**Figura 03. Representação da Estrutura Profunda.**

A Figura 03 representa a Estrutura Profunda (DS), em que a Estrutura Superficial (SS) faz a mediação entre as formas fonética e lógica.

Na estrutura argumental, o verbo, também denominado de predicador, que seleciona os argumentos. Por exemplo, o verbo *adoecer* seleciona somente um argumento, alguém que ficou doente. Já o verbo *ver* seleciona dois argumentos: alguém que vê e o que ou quem foi visto e o verbo *dar* seleciona três argumentos: quem dá, algo dado a alguém. Em determinado contexto podem ocorrer as seguintes sentenças:

- (04) a. Locutor: **Você** viu o **João**?  
 b. Receptor: **[0]** Vi **[0]**

(KENEDY, 2013, p. 275)

Segundo as postulações da Gerativa, o verbo *ver* em (04), seleciona dois argumentos, que seriam caracterizados como foneticamente nulos, logo, a sentença não viola as propriedades de seleção do verbo postuladas pelos princípios de seleção dos argumentos. A omissão do sujeito e de outras categorias pode ser justificada pela não realização fonética visível na sentença, isto é, eles podem ser foneticamente nulos, licenciados pela postulação do Parâmetro do Sujeito Nulo.

Raposo (1992) diz que os predicadores podem selecionar de um a quatro ou até cinco argumentos, visto que teoricamente não existe um limite de número de argumentos. Ele cita como exemplo o verbo *atirar*, que pode admitir quatro argumentos.

- (05) O **Luís** atirou a **bola** do **jardim** para a **rua**.

(RAPOSO, 1992, p. 275)

O sujeito, como já mencionado, é uma função sintática que está inserida na estrutura argumental. Nessa perspectiva, ela é definida pela posição que ocupa, que geralmente é à esquerda na estrutura profunda. Na sentença (05), *Luís* ocupa a função sujeito, o verbo *atirar* seleciona os outros argumentos. Portanto, as funções gramaticais são definidas a partir das posições estruturais que as categorias gramaticais (NP, VP, PP, etc.) ocupam na frase<sup>6</sup>.

Desse modo, podemos dizer que o sujeito está relacionado aos argumentos que o verbo seleciona. Os argumentos podem ser externo e interno. O interno pode desempenhar o papel de complemento de um predicado e o argumento externo pode funcionar como seu especificador, posição ocupada protipicamente por um NP sujeito.

Na convencionalização utilizada pela abordagem gerativa, a identificação da função sujeito segue a notação [NP, S] designa a categoria que funciona como sujeito na frase, que

<sup>6</sup> Em relação às línguas que não possuem funções sintáticas fixas, como o latim, por exemplo, deve-se considerar o caso morfológico, em que os morfemas e o caso agregados às palavras sinalizam as funções sintáticas.

significa que o NP (sintagma nominal – do inglês *Noun Phrase*) é imediatamente dominado por S (sujeito); [VP, S] designa predicado de sujeito, o que significa que o VP (sintagma verbal – do inglês *Verb Phrase*) é imediatamente dominado por sujeito (RAPOSO, 1992, p. 80).

O princípio de subcategorização determina que um constituinte imediatamente subcategorizado é dominado pelo VP. No entanto, o sujeito não é subcategorizado, visto que a presença ou ausência da posição do NP sujeito não depende da escolha do verbo. Portanto, o NP sujeito será sempre obrigatório na oração independentemente do tipo de verbo.

García (1996) afirma que, dentro do modelo de regência e ligação da Gramática Gerativa, o mais frequente é considerar que o verbo rege os objetos direto e indireto, no entanto, o verbo não subcategoriza o sujeito embora possa ser destacado pelo posicionamento de papéis temáticos. Os objetos são, nessa perspectiva, argumentos internos regidos pelo núcleo do VP (sintagma verbal), enquanto que o sujeito é considerado o argumento externo regido por concordância através da flexão verbal.

Para explicar como o verbo não seleciona o argumento externo, mas que toda oração terá um sujeito independente do predicador, a teoria lança mão da postulação do modelo de *Extended Projection Principle* (EPP), em português *Princípio da Projeção Estendido*. De acordo com esse princípio, todo predicado tem um sujeito e que o Spec (especificador) é uma posição, à esquerda, sempre presente e conspira para que certos fenômenos se realizem nessa posição na produção da sentença. Se o verbo tem argumento externo, é este que ocupa a posição sujeito, isso devido a implicações da teoria de Caso e a Hierarquia Temática (*AGENTE, CAUSATIVO/EXPERIENCIADOR > TEMA > BENEFECTIVO/LOCATIVO*) (MIOTO *et al.*, 2007, adaptação livre de BAKER, 1997, p. 105).

A teoria do Caso (Caso abstrato) é uma noção mais geral do que a de casos morfológico e semântico. O caso morfológico supõe a existência de um paradigma morfológico associado aos diferentes casos (nominativo, acusativo, ablativo e dativo). O latim é uma língua prodominantemente de marcação de caso morfológico, em que os dois principais são o nominativo e o acusativo. Esses casos dizem respeito às funções de sujeito e de objeto numa sentença.

(06) Puer (0)	Puellam	amat
Menino (Nom.)	menina (Acus)	ama

‘O menino ama a menina’.

(MIOTO *et al.*, 2007, p. 172)

A organização oracional do latim mostra que, geralmente, o verbo finito aparece no final da frase. Assim, na sentença (06), *peur* (menino) é o nominativo, e *puellam* (menina) é o acusativo. Repare que cada função está relacionada a um caso representado por uma desinência morfológica (nominativo (0) e o acusativo (-m)). Desse modo, no latim, não é possível ocorrer um DP (sintagma determinante) sem a atribuição do caso morfológico, sendo que o caso torna o DP visível para a interpretação semântica.

Já o caso semântico é a atribuição semântica (Agente, Tema, Instrumento, Locativo) do argumento na relação estabelecida pelo núcleo lexical do sintagma.

A GG concebe a teoria do Caso abstrato como universal por ser postulada para qualquer língua natural. Nesse sentido, a categoria gramatical de Caso é necessária para a interpretação dos DPs (sintagmas determinantes), como exemplo, [a menina]. Numa sentença, o DP denominado por nominativo pode ser um agente, ou marcado como acusativo pode ser o tema. O Caso é responsável pela identificação dos papéis temáticos (agente, experienciador, tema, etc.), por exemplo, “O menino bateu na menina” vs “A menina bateu no menino”, o DP depende da posição que ocupa para identificar o papel temático e, conseqüentemente, a sua função na sentença.

O princípio que rege a teoria de Caso tem como determinação o filtro de Caso, em que, se numa estrutura há um DP fonologicamente vazio, então tal princípio não se aplica (MIOTO *et al.*, 2007, p. 174-175).

Desse modo, será projetada a posição do sujeito, sendo licenciado com o Caso nominativo representado pelo traço EPP<sup>7</sup>. Logo, este princípio se caracteriza como uma imposição formal do sintagma flexional em que todo o predicado deve licenciar um sujeito em seu especificador.

Entretanto, existem verbos em que o predicador seleciona somente um argumento, e este não será o externo. A hipótese inacusativa aponta que o nome deriva da inabilidade desse tipo de verbo, como *parecer* e demais verbos impessoais, atribuir caso acusativo mesmo tendo o DP como complemento.

Nessa situação, na GG, segundo Mioto *et al.*, (2007, p. 148), “existem verbos que têm argumento interno, mas não têm argumento externo e que se um DP aparece na posição de sujeito de um verbo inacusativo, este DP não é o argumento externo deste verbo”. Portanto, nem sempre o argumento externo será o sujeito na sentença. Há uma distinção entre ser o sujeito da sentença e ser o argumento externo. Em virtude de situações dessa natureza,

---

<sup>7</sup> Independentes das propriedades lexicais, o Caso nominativo associado à função de sujeito sempre deverá ser identificado.

estudos gerativistas atuais não definem o sujeito pela estrutura argumental, mas pela relação de concordância, ou seja, o sujeito é o elemento que controla a concordância e que exige caso nominativo, e, que mantém uma relação indireta com o verbo, mas direta com o sintagma flexional, logo, sua seleção satura o predicado, ou seja, dá o *status* sentencial ao arranjo estabelecido entre predicador e argumentos.

Assim, na sentença “A Kombi cabe muitos alunos”, o sujeito Kombi parte de um adjunto. Na estrutura oracional, todo o processo de movimento ou de projeção é para justificar que, mesmo tendo uma categoria vazia, que pode ocorrer com os verbos de caráter meteorológico, haverá uma posição na sentença para especificar o sujeito. Se um verbo não seleciona nenhum argumento externo, o expletivo<sup>8</sup> (*ec*) pode satisfazer o EPP, considerando um elemento nulo foneticamente, dependendo das propriedades paramétricas da língua.

- (07) a. “**It** rained ”  
 b. “**ec** choveu ”

(MIOTO *et al.*, 2007, p. 145)

O sujeito da sentença (07b) é considerado um argumento sintático sem nenhuma propriedade semântica, ou seja, a posição sujeito será ocupada por um expletivo que não terá uma realização fonética, pois não é selecionado pelo núcleo lexical. No inglês é diferente, visto que o item *It* em (07a) é um argumento sintático que ocupa a posição de sujeito, ocupa uma posição argumental, portanto, é o sujeito da sentença que apresenta propriedades semânticas, realização fonética, e possui realização morfológicamente visível.

As línguas podem apresentar algumas estruturas linguísticas mais recorrentes, que poderão ser consideradas marcadas e não marcadas em uma determinada língua.

Lyons (1968) explica o conceito de marcação por meio da ideia de termos contrastantes. Assim, o primeiro exemplo que o autor seleciona para explicar tal conceito é o contraste de marca de plural *vs* singular de substantivos do inglês, sendo o plural positivamente marcado pelos *s* finais, enquanto que o singular é não marcado. Outra questão em contraste está na relação semântica, ou seja, dois termos que possuem valores de referência semântica em contraste, por exemplo, *cão* e *cadela* são palavras sem marcação, mas se atentar para o contraste do sexo serão identificadas as formas marcada e não marcada, ou seja, *cão* é semanticamente não marcado (ou neutro), uma vez que pode ser aplicada para

---

<sup>8</sup> O expletivo é o elemento que ocupa um lugar sintático, mas que não possui nenhuma propriedade semântica.

machos ou fêmeas, mas *cadela* é a estrutura marcada, uma vez que é restrita às fêmeas e pode ser utilizada em contraste com o termo não marcado.

Assim, a forma não marcada é mais geral, no sentido em que tem uma distribuição mais ampla do que a forma marcada. O conceito de marcação de Lyons (1976) está situado em dois níveis gramaticais: o morfológico e o semântico. A marcação no nível morfológico é representada pela agregação de material morfológico na estrutura marcada, diferentemente da estrutura não marcada que é considerada mais geral. Por outro lado, na marcação no nível semântico há uma agregação de material semântico que atribui um sentido mais particular à estrutura marcada, enquanto que a estrutura não marcada possui um sentido mais comum.

Em contrapartida, Givón (1990), numa abordagem funcional, oferece três critérios para distinguir uma categoria marcada e não marcada, a saber: (i) complexidade cognitiva: a categoria tende a ser cognitivamente mais complexa em termos de esforço mental, demanda mais atenção e tempo de processamento do que a não marcada; (ii) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa ou maior do que sua correspondente não marcada; (iii) distribuição de frequência: a categoria marcada tende a ser menos frequente que a categoria não marcada.

Segundo os pressupostos da Gramática Gerativa, a variabilidade das línguas está relacionada, mais estritamente, à variação de Parâmetro. Dentre os parâmetros, destacamos o *Parâmetro do Sujeito Nulo*, responsável pelos traços que caracterizam as línguas positivamente ou negativamente marcadas com relação ao sujeito. A expressão fonética do sujeito dá-se pela marcação positiva de um parâmetro do *Parâmetro do Sujeito Nulo*, ou *Parâmetro pro-drop*.

Neste contexto, o preenchimento do sujeito consiste em ser positivamente marcado e negativamente marcado com relação ao sujeito nulo. Assim, a marcação estaria condicionada ao preenchimento do sujeito (negativamente marcado) ou ao não preenchimento do sujeito (positivamente marcado).

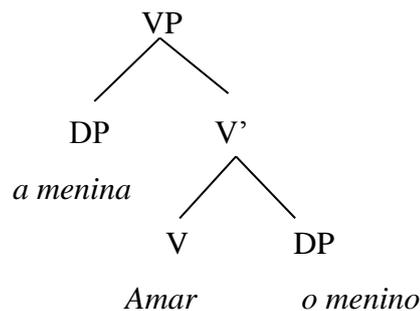
As línguas podem ser, predominantemente, positivas ou negativas quanto à marcação de parâmetro. Por exemplo, o inglês marca negativamente esse parâmetro enquanto que o português o marca positivamente.

Nos estudos gerativistas, a omissão do sujeito e o seu preenchimento morfológicamente visível, por exemplo, estão condicionados estritamente ao contexto estrutural, ou seja, a fixação do parâmetro nulo está relacionada à morfologia flexional e à projeção da posição de sujeito na sentença.

Portanto, numa estrutura arbórea, pressupõe-se que o especificador (argumento externo) de um predicado será o sujeito de um evento descrito pelo predicado, enquanto que o argumento interno será o complemento ou objeto da sentença. Entretanto, se porventura o especificador que se situa à esquerda não possuir nenhum elemento fonético, essa posição permanecerá caracterizada como foneticamente nula, como no exemplo em (04b).

Numa projeção máxima, o núcleo pode selecionar um complemento e o especificador, visto que a relação hierárquica dos constituintes da sentença irá organizar a relação do núcleo com o complemento ou com o especificador. A hierarquia é um princípio de determinação da relação dos constituintes, então se o núcleo X é irmão<sup>9</sup> de X' será subcategorizado o complemento, portanto, o núcleo não subcategoriza o especificador, pois não há uma relação direta de irmandade entre núcleo e especificador.

**Figura 04. Estrutura hierárquica na organização oracional básica.**



Na Figura 04, os nós (*vértices*) irmãos são o DP *a menina* e o V', cujo pai é o VP, e ainda V' é pai dos irmãos *V amar* e do DP *o menino*.

Dessa forma, há o movimento de constituinte para a projeção do sujeito numa estrutura básica ou profunda, sendo esse um processo de derivação de um nível para outro, se caracterizando como o deslocamento de constituinte deixando registrados os vestígios (*t, i*) da posição em que foi gerada na estrutura superficial. Nesse contexto, se o verbo seleciona um argumento externo, este ocupará a posição de sujeito na sentença.

O não preenchimento da posição sujeito é denominado de categoria vazia. É assim intitulada por não haver o preenchimento de uma categoria, ou seja, é um elemento sintático desprovido de traços fonológicos, trata-se de uma categoria puramente sintática.

<sup>9</sup> Na estrutura sintática da GG existe uma relação de hierarquia entre os constituintes, por isso são usadas as noções de paternidade e irmandade.

A categoria vazia<sup>10</sup> se classifica em quatro tipos, podendo ser identificados pelos elementos: (i) *pro* (prozinho), que é referente ao sujeito pronominal nulo; (ii) o *PRO* (prozão), diferentemente de *pro*, não é licenciado com Caso<sup>11</sup>, mas é um argumento externo antecedido por um verbo infinitivo; (iii) a *cópia* é uma categoria vazia que é gerada pelo movimento de um constituinte para a posição argumental, assim se caracteriza como cópia apagada (t) do sintagma movido para posição argumental<sup>12</sup>; (iv) a categoria *variável* também é um tipo de cópia, difere por projetar a cópia de constituinte movido para a posição não argumental (cf. KENEDY, 2013, p. 245).

Galves (2001, p. 38) afirma que, em termos formais, a distinção fundamental entre o *pro* e *PRO*, é que o *pro*, como pronome pleno, é gerado com valor referencial, diferentemente de *PRO* que é gerado sem índice referencial, necessitando de um antecedente para ser interpretado. Nesse sentido, o sujeito não poderá ser *PRO*, uma vez que ele não possui um valor referencial, portanto, ele poderá ser *pro* devido a sua referencialidade inerente, também, ao sujeito.

É importante ressaltar que mesmo a GG defendendo a projeção do sujeito na posição de Especificador, considera a categoria vazia como o não preenchimento fonético no sintagma, sendo assim, o sujeito pode ser morfologicamente preenchido ou não.

Com relação à fixação desse parâmetro, Marins (2009) afirma que há línguas que licenciam o apagamento do sujeito, como é o caso do PE, espanhol e italiano, e que, por isso, são positivamente marcadas em relação ao parâmetro, [+*pro drop*], e outras, como o inglês, em que o sujeito é uma categoria preferencialmente provida de material fonético e, por isso, negativamente marcado em relação ao parâmetro, [-*pro drop*].

Magalhães (2000), em sua pesquisa sobre o sujeito pronominal pleno e nulo em dados de aquisição e escrita do PB, afirma que os resultados de aquisição revelam as características de um sistema não *pro-drop*, enquanto que os dados de escrita revelam um sistema *pro-drop*, possivelmente, um reflexo do ensino formal<sup>13</sup>.

O Português Brasileiro, nessa perspectiva teórica, marcaria positivamente em relação ao parâmetro, uma vez que a língua permite a omissão do sujeito. Estudos sobre o PB tendem a afirmar que a língua em uso está deixando de licenciar o sujeito nulo referencial em decorrência de uma mudança paramétrica.

<sup>10</sup> Quanto aos tipos de categoria vazia, por questão de sistematização, não discutiremos sobre sua tipologia.

<sup>11</sup> Configura-se quando ocorre uma flexão finita, que licencia o Caso nominativo do sujeito na sentença.

<sup>12</sup> Este movimento é o que a gerativa denomina traço EPP, a fim de satisfazer a projeção da identificação do sujeito numa posição de Caso.

<sup>13</sup> A GT admite a omissão do sujeito na escrita por questões de estilística textual, a fim de se evitar as repetições indesejáveis.

Segundo Duarte (1995), o preenchimento do sujeito pronominal estabelece uma relação direta como o fenômeno de simplificação no paradigma flexional do sistema do Português Brasileiro, relacionado a todo o aparato estratégico de preferência<sup>14</sup> do falante, hipótese que se confirma em resultados obtidos em seu estudo da fala carioca na variedade *culta*, tornando-a uma língua positivamente marcada. Assim, tal motivação para ocorrência do uso do sujeito pleno justifica-se através da ocorrência de um empobrecimento da flexão e consequentemente a uma redução no uso do sujeito nulo referencial.

Os estudos de Duarte (1993; 1995), no âmbito sincrônico e diacrônico, trazem resultados que revelam que o sujeito nulo não se reflete no uso da língua como uma mudança concluída. Segundo Duarte (1995, p. 141), “o PB convive com um sistema em agonia, em que ainda se refletem as características *pro-drop* e um sistema em desenvolvimento, em que a “riqueza funcional” perdida já não permite a identificação de *pro*”.

Castilho (2012) afirma que, na literatura diacrônica sobre a elisão do sujeito, sustenta-se a relação da morfologia verbal rica e a omissão do sujeito e, ao contrário, como a morfologia pobre e a retenção do sujeito. Logo, o sujeito morfologicamente realizado estaria relacionado à riqueza do sistema do paradigma flexional da língua. Entretanto, a noção de sujeito, evidentemente, não é universal.

Há muitas línguas, por exemplo, o chinês, em que a organização sintática da oração não é regulada por um sujeito, mas sim pelo tópico. Nessas línguas, a figura da cena é o tópico e não o sujeito (cf. GARCÍA, 1996).

Segundo Duarte (1995, p.135), a omissão do sujeito está relacionada à concordância, como o italiano, em que um *pro* sujeito encontra seu domínio de controle dentro do sintagma flexional, estabelecendo concordância com o sujeito, que é capaz de controlá-lo. No caso de línguas como o inglês, o domínio de controle é o mesmo, mas a concordância não é suficientemente "rica" para controlar *pro*. Já no chinês, o nóculo do sintagma flexional que domina *pro* não pode ser seu domínio de controle porque não há um sujeito acessível, devido à total ausência de flexão verbal.

Nesse sentido, centrar-se somente em fatores de estrutura linguística parece propiciar uma análise limitada da função sujeito, no sentido de que há línguas em que a omissão do sujeito não depende estritamente da riqueza da morfologia flexional, mas de outros fatores que podem estar relacionados a aspectos: estruturais, funcionais e cognitivos.

---

<sup>14</sup> Essa preferência não seria necessariamente uma escolha consciente do falante.

Embora Lyons (1981, p. 6) afirme que Chomsky trouxe uma grande contribuição para os estudos linguísticos, tendo atribuído ênfase ao que denomina dependência estrutural dos processos pelos quais se constroem as sentenças nas línguas naturais, tendo formulado uma teoria geral da gramática que se baseia numa definição particular desta propriedade, a proposta formalista para a análise do sujeito nas línguas naturais parece-nos limitada em decorrência da desconsideração das vicissitudes do discurso.

As postulações de Chomsky ratificam a Gramática Tradicional ao delinear a função sujeito. Assim, o sujeito está relacionado ao papel temático atribuído ao núcleo lexical e principalmente à posição que ocupa, geralmente, à esquerda do predicador. O movimento de constituintes na sentença determina a posição em que o sujeito será gerado, assim, considera-se a posposição do sujeito, bem como a sua derivação frasal.

Nesse sentido, a definição da função sujeito parece ser tranquila para GG. As postulações estruturais das funções sintáticas básicas, como sujeito e complemento, já são pressupostas, constituindo uma regularidade teórica.

Relembrando, a noção sintática de sujeito é, no geral, concebida como argumento externo, mas a GG reconhece que nem sempre o argumento externo será o sujeito, uma vez que existem predicadores que exigem somente o argumento interno.

Por isso, a ordem dos constituintes é um princípio determinante para a identificação do sujeito na sentença, que pode ser analisada na estrutura superficial ou na estrutura profunda, que envolve movimento de constituintes, bem como a sua derivação, o que leva a uma problematização.

Além das postulações básicas, os estudos do sujeito são crescentes na perspectiva gerativista, mais especificamente, em junção com a teoria da Variação Paramétrica, considerando alguns princípios da Teoria Quantitativa, ou seja, trabalhos que se inserem no quadro da Sociolinguística Paramétrica ou Variação Paramétrica (cf. TARALLO, 1987; TARALLO e KATO, 1989; RAMOS, 1992; DUARTE, 1995, entre outros), que associa pressupostos teóricos da Teoria da Variação ou Sociolinguística (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972) e da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), a fim de verificar a ocorrência de fenômenos como o preenchimento morfológicamente visível ou não do sujeito na fala, caracterizando-a como uma variação ou mudança linguística, embasadas numa concepção definida da noção sujeito.

Para completar o mapeamento epistemológico da função sujeito, recorreremos à perspectiva funcionalista da linguagem, considerando que, nessa orientação teórica, ampliam-

se os domínios de constituição linguística relevantes para a sua definição e análise, ou seja, atenta-se para os níveis sintático, semântico e pragmático-discursivo.

### 2.3 A ESTRUTURA ORACIONAL BÁSICA E A FUNÇÃO SUJEITO NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

A função sintática do sujeito é representada na estrutura argumental básica, geralmente evidenciada por um verbo e os argumentos que ele seleciona. Sua estrutura formal prototípica é **SN1 V SN2**, sendo que o SN1 é o sujeito e o SN2 é o objeto. Nesse sentido, a definição da sentença se estabelece na relação entre um predicado e seus argumentos, que, na atualização linguística, ou seja, na frase efetivamente realizada, pode ser esquematizada da seguinte maneira:

Estrutura < **sintaxe** > sentido

A estrutura do uso está relacionada ao sistema, constituindo a sintaxe da língua, relacionada à forma que ajuda a produzir sentido, que, por sua vez, está ligado ao compartilhamento de experiências entre os indivíduos.

O funcionalismo reconhece que a estrutura sintática da frase é projetada a partir da sua estrutura argumental e considera a junção de forma e função<sup>15</sup> com o intuito de compreender como se processa a comunicação em uma determinada língua, considerando o contexto de uso, parte-se do princípio de análise da prototipia para estudar um dado fenômeno linguístico.

Neves (2007) sustenta que a prototipia está relacionada à admissão da relação cognição e gramática, importante para o aparato funcionalista por estabelecer a existência de relações entre as categorias.

A noção de prototipia, adotada pela concepção funcionalista, se define a partir da categorização, visto que se verificam os elementos que compartilham propriedades semelhantes, sendo prototípico o membro mais central que funciona como referência para os membros periféricos.

---

<sup>15</sup> A abordagem funcionalista não concebe a análise de modo biunívoco, mas a forma e a função são assumidas na multifuncionalidade dos itens, que são suportes para a descrição de estruturas sintáticas definidas no ato comunicativo.

A categoria é conceitualizada a partir de um protótipo, elemento que compartilha traços que são recorrentes a uma categoria, e as relações categóricas são definidas a partir do distanciamento ou proximidade do protótipo. O funcionalismo reconhece o sujeito como uma função prototipicamente sintática, com determinadas características semânticas e motivadas pragmaticamente.

Castilho (2012) concebe sintaticamente o sujeito, na língua portuguesa, como: (i) o constituinte que expressa o sintagma nominal (SN); (ii) o elemento que antecede o verbo; (iii) o elemento que determina concordância com o verbo; (iv) o elemento que é pronominalizado por *ele*; e (v) que pode ser elidido.

Nesse sentido, a função sujeito é discutida a partir do seu protótipo, considerando-se a sua natureza sintática, suas atribuições semânticas e sua funcionalidade discursiva. Esse direcionamento se deve ao fato de que a investigação funcionalista busca inserir no estudo da língua os princípios de análise, considerando as propriedades que caracterizam uma função na língua como instrumento de interação social, focalizado na intenção comunicativa do falante e a interpretação do destinatário. Tais propriedades serão abordadas neste estudo com o intuito de mapear a noção de sujeito a partir dos princípios de investigação dos estudos funcionalistas.

Antes, porém, cabe esclarecer como a Gramática Funcional compreende a estrutura oracional básica, a partir de Dik (1989, 1997), que descreve a produção linguística a partir da predicação subjacente, sendo esta, formada por inserção de elementos em uma estrutura do predicado. Para ele, o léxico constitui o *fundo* da língua, que é constituído por predicados básicos e por termos básicos. Esse *fundo* oferece um estoque de esquemas de predicado e de termos para a construção de predicções. O predicado se relaciona com certo número de termos que são essenciais à organização oracional: o sujeito e os complementos.

Assim, uma predicação designa um estado-de-coisas, isto é, a predicação é uma estruturação da codificação linguística e cognitiva produzida e materializada pela comunicação linguística.

A noção de predicação postulada por Dik (1989, 1997) se constitui pela relação entre as entidades que desempenham um papel semântico, mas está pressuposta uma organização argumental, sistêmica que contribui para a realização da interpretação semântica.

A predicação que é a base da estrutura sintática pode ser categorizada em três níveis: predicação nuclear (*nuclear predication*), predicação central (*core predication*) e predicação estendida (*extended predication*) e se conclui na proposição. Dik (1989, 1997) propõe uma

descrição *botton-up* de um modelo de sentença subjacente, iniciada a partir do predicado e de seus argumentos.

O nível de predicação nuclear consiste no preenchimento de termos básicos exigidos pelo predicado, por exemplo, *José gosta de pão* (predicado + argumento). O nível de predicação central é uma predicação nuclear com operadores de predicado e satélites, por exemplo, *José gosta muito de pão de forma* (predicado + operadores de predicado + operadores). O nível da predicação estendida é composto pelos operadores de predicação e satélites. Nele, as funções sintáticas (sujeito e objeto) representam pontos de vista, logo, um exercício do domínio pragmático. Pois, segundo Neves (1991, p. 55);

O modo, que é obrigatório nas orações independentes, representa a organização dos participantes na situação de fala. Por ele, o falante escolhe entre declarar, perguntar, ordenar, pedir, confirmar, pedir informação, persuadir, etc., isto é, por ele o falante define seu papel em relação ao interlocutor e à interlocução. Por outro lado, o falante se insere na situação de fala compondo orações para as quais escolhe um sujeito que pode ser o próprio falante (primeira pessoa), o ouvinte (segunda pessoa) ou nenhum dos interlocutores (não-pessoa, “terceira pessoa”).

A teoria funcional para Dik (1989, 1997) é essencialmente pragmática, visto que possui como objetivo a comunicação em seu aspecto cooperativo, e busca explicá-la a partir da predicação estabelecida na interação verbal, como mostrado no capítulo anterior, organizada em torno de conhecimentos linguísticos e não linguísticos de curto e longo prazos. Logo, um estudo da função sujeito requer o reconhecimento e a análise de diferentes dimensões da organização linguística, inclusive a informacional.

### 2.3.1 A função sujeito na perspectiva funcionalista

Para Neves (1997), o que está implicado no modelo de interação de Dik (1989, 1997) é a integração dos níveis da sintaxe e da semântica, dentro de uma teoria pragmática, que envolve a intervenção: (i) dos papéis envolvidos nos estados-de-coisas designados pelas predicações (funções semânticas); (ii) da perspectiva selecionada para apresentação dos estados-de-coisas na expressão linguística (funções sintáticas); e (iii) do estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo em que eles ocorrem (funções pragmáticas).

Ao tratar do sujeito, Halliday e Matthiessen (2004, p. 56) menciona o fato de que, na segunda metade do século XVII, alguns gramáticos distinguiram os tipos de sujeito como sujeito gramatical, sujeito psicológico e sujeito lógico, nos seguintes termos:

O **Sujeito Psicológico** estava relacionado a “aquilo que é o interesse da mensagem”. Foi chamado psicológico, porque era o que o orador tinha em sua mente para iniciar a produção de uma sentença. O **Sujeito Gramatical** referia “aquilo de que algo é predicado”. Foi chamado gramatical porque, na época, a construção de sujeito e predicado foi pensada como relação gramatical puramente formal, e eram determinadas várias outras características gramaticais, tais como, o substantivo ou pronome funcionando como sujeito, e sua concordância de pessoa e número com o verbo, mas essa relação gramatical não foi pensada para expressar qualquer significado particular. O **Sujeito Lógico** significava o “praticante da ação”. “Era chamado de “lógico”, no sentido de que esse termo significava “ter a ver com as relações entre as coisas”, em oposição às relações gramaticais, que eram as relações entre símbolos”.

Mas, ao considerar a língua em uso e, conseqüentemente, os tipos de variação que nela ocorrem, como a mudança na ordem dos elementos, Halliday diz que não é mais possível uma análise com base nesses três “tipos” de sujeito, pois esses tipos estão relacionados às funções do sujeito e às categorias que representam essas funções nos diversos níveis de constituição linguística.

Logo, o sujeito psicológico é equivalente ao tema, o sujeito gramatical ao sujeito sintático e o sujeito lógico ao agente. Sendo, assim, um mesmo elemento referencial pode ser relacionado as funções de tema, sujeito e agente. Um exemplo prototípico é o seu preenchimento na língua portuguesa em uma sentença declarativa, em que as funções sujeito, tema e agente são exercidas pelo mesmo referente, o que também ocorre em sentenças declarativas no inglês, conforme Halliday (2004, p. 56), no quadro a seguir.

**Quadro 01: Distinção entre sujeito, tema e agente estabelecida por Halliday.**

<b>The duke</b>	gave my aunt this teapot <sup>16</sup>
psychological Subject: Theme grammatical Subject: Subject logical Subject: Actor	

Nessa direção, Casseb-Galvão (2008) discorre sobre a natureza do sujeito e contrapõe-se às prescrições de alguns gramáticos, apontando os equívocos cometidos por definições do sujeito, como “o termo sobre o qual se faz uma declaração”, visto que essa definição o trata como uma entidade de nível informacional da frase, e confunde o sujeito com o Tema.

<sup>16</sup> “O duque deu à minha tia este bule” (nossa tradução).

Dik (1989) afirma que os constituintes que aparecem no início da predicação se caracterizam sintática, semântica e pragmaticamente em três funções distintas: Tema, Foco e Tópico. O Tema é externo à predicação, portanto, não desempenha nenhuma função sintática, diz respeito ao nível pragmático discursivo. O Foco e o Tópico são internos à predicação e podem recair sobre elementos que desempenham funções sintáticas, e até mesmo, a função sujeito.

Para Neves (1991, p. 60) os equívocos recorrentes na definição da função sujeito podem estar relacionados à falta de separação metodológica entre sintaxe e semântica. Assim, o sujeito pode ser relacionado com muita simplicidade ao Agente. Mesmo com o cuidado de especificar, como algumas gramáticas fazem, que o sujeito é agente de verbos na voz ativa, ainda resta o problema de não relacionar o sujeito com outros papéis semânticos, como: beneficiário, objetivo, experienciador e origem, por exemplo. Isso acontece devido ao sujeito se atribuir um estato semântico privilegiado, hierarquicamente, que possui uma posição de superioridade na estrutura oracional, o que faz dele o controlador da concordância e está relacionado à vocação de agente para ocupar a posição de sujeito. Para evitar equívoco quanto à definição da função sujeito, é preciso reconhecer a sua natureza sintática, suas atribuições semânticas e sua funcionalidade discursiva.

O funcionalismo concebe a língua como instrumento de interação, que estabelece relações comunicativas entre os seus usuários (DIK, 1978; 1989) e reconhece a expressão linguística (produto final) como mediadora entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário, reconhece também que os níveis sintático e pragmático estão de forma integrada em prol dos sentidos produzidos pela expressão linguística na interação verbal. Os estudos funcionalistas partem do enunciado e o centro de análise é o texto e não a frase. Portanto, a função sujeito, mesmo sendo uma entidade gramatical, nessa perspectiva, é concebida de acordo com a sua manifestação na interação comunicativa.

Nesse sentido, é preciso verificar as possibilidades da realização e de correlação da função sujeito nos níveis de constituição linguística, a fim de se reconhecer e registrar a sua função sintática ou gramatical, sua funcionalidade discursiva-pragmática e informacional, e atentar para os aspectos semânticos de sua constituição.

#### 2.3.1.1 A função sujeito no nível sintático

As propriedades da função sujeito estão relacionadas aos papéis sintáticos desempenhados na estrutura oracional. O nível sintático caracteriza-se como um nível mais

abstrato por ser o nível da arquitetura, da organização estrutural da frase, que combina os elementos para atualizarem intenções e sentidos.

Para teorizarmos sobre a função sujeito, é necessário considerar a língua como uma organização sistêmico-discursiva, uma vez que ela não se esgota na expressão linguística como produto, mas estabelece dependências entre os níveis de constituição linguística. Para Castilho (2012), o sujeito no nível sintático pode ser representado na sentença de diversas formas:

(08) por uma expressão nominal: a) Luís descobriu a pólvora.

(09) por uma expressão pronominal: b) Eu conheci bastante o povo de lá.

(10) por toda a sentença: c) É possível que eles não venham hoje.

(11) por um zero sintático: d) Hoje [0] te peguei.

(CASTILHO, 2012, p. 289)

Perini (2010, p. 69) identifica a função sujeito como um sintagma nominal (SN) que tem uma relação de compatibilidade com a pessoa e o número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo. Nessas condições, se na oração houver um SN, esse será o sujeito, mas, se houver mais de um SN, então o sujeito será o que antecede o verbo, e ainda, se o SN em questão for um clítico (*me, te, nos, se*), o sujeito será o SN precedente ao clítico.

A estrutura sintática é responsável pela organização da estrutura argumental e é a partir do predicador (função prototipicamente exercida pelo verbo) que se estabelece a relação argumental da sentença. É em torno do predicador que se organiza a predicação, relação entre o predicador e os argumentos que ele seleciona, ou seja, os elementos que vão ocupar as casas abertas pelo verbo para formar a estrutura oracional básica.

O predicador é responsável pela seleção dos argumentos, considerando a valência verbal e a transitividade. Os argumentos de uma sentença transitiva prototípica são o sujeito e o objeto direto.

A transitividade é um mecanismo de ressonância sintática, responsável pela organização semântica da sentença. Conseqüentemente, o verbo manifesta as relações de transitividade que serão responsáveis pela organização da estrutura argumental, que selecionará os seus argumentos a fim de uma interpretação semântica.

De modo geral, no viés funcionalista, entende-se que a transitividade é crucial na seleção dos argumentos que compõem a estrutura argumental, de maneira que um verbo poderá selecionar até três argumentos, assim como poderá não selecionar nenhum argumento.

Diferentemente da noção de estrutura argumental postulada pela teoria gerativa em que há a possibilidade de movimento de constituintes, a fim de sempre projetar a posição do argumento 1, a estrutura argumental na teoria funcionalista é considerada a partir da estrutura oracional subjacente, semelhante à estrutura superficial. Nesse modelo, não há possibilidade de movimentação de constituintes para explicar posições e relações sintáticas, num processo de derivação. Logo, a gramática funcional é orientada para o tratamento das orações de superfície. Trata-se de uma perspectiva integradora da forma e do sentido, pois está atenta para motivações pragmática, semântica e discursiva na língua.

#### 2.3.1.1.1 O preenchimento da função sujeito

Uma propriedade que define a função sujeito no nível sintático é sua capacidade de omissão. García (1996) diz que o sujeito poderá ser identificado pelos morfemas flexionais agregados ao verbo.

Castilho (2012) afirma que, nos estudos diacrônicos sobre a elisão do sujeito, sustenta-se que a relação da morfologia verbal rica é ligada à omissão do sujeito e, ao contrário, que a morfologia pobre é ligada ao preenchimento do sujeito, mas, como já mencionado, essa afirmação não parece ser um critério de análise decisivo, visto que num contexto comunicativo, o sujeito pode ser omitido por razões discursivo-pragmáticas.

Na visão funcionalista, a função sujeito, no nível sintático, será o elemento responsável pelo ato de fala no discurso, e o seu preenchimento estará condicionado, mais precisamente, à intenção comunicativa e à escolha lexical do falante. Essa escolha dependerá da intenção do falante com relação ao modo como ele antecipa a interpretação pragmática da mensagem, e a informação pragmática de seu interlocutor.

A posição prototípica do sujeito na estrutura argumental de orações declarativas é aquela localizada à esquerda do predicador. Assim, tal escolha pode significar que o mesmo elemento formal (e referencial) desempenhe as funções de sujeito, tema e agente, que gera equívocos epistemológicos.

A transitividade tem crucial importância na determinação do sujeito, uma vez que o predicador exige os seus argumentos. Nesse sentido, para o preenchimento do sujeito, é necessário observar a transitividade do verbo, e se ele exige que à casa a esquerda (prototipicamente preenchida pela função sujeito) seja preenchida ou não para efeito de compreensão comunicativa do seu destinatário.

Há verbos que não selecionam sujeitos e, portanto, a casa à esquerda da estrutura argumental ficará vazia, tanto no nível subjacente quanto no nível discursivo. Vejamos os exemplos:

- (12) **Trovejou** a noite toda.  
 (13) **Há** flores nos canteiros.

Na estrutura argumental de verbos como *haver* e *trovejar*, não há a seleção de sujeito, pois não há um acionador do processo no mundo e, por isso, não será estabelecida a concordância, uma vez que, na estrutura hierárquica, o sujeito é o controlador da concordância (cf. CASSEB-GALVÃO, 2008).

Há ainda os verbos que selecionam o argumento (sujeito), mas não especificam o referente, que, dependendo do contexto pragmático, pode ou não ser identificado ou recuperado pelo discurso. Um exemplo típico é a recuperação do referente (o falante, por exemplo, 1ª pessoa), permitida pela flexão verbal e pela anáfora de *eu* mencionado anteriormente em um discurso. Em sentenças, em que a intenção do falante é de não indicar o referente, opta-se pela impessoalização da passiva e omissão de marca lexical do sujeito.

Neves (2007) apresenta uma relação dos verbos que não acionam uma estrutura argumental, ou seja, são verbos que não assumem a posição de predicado, não constituem uma oração. Ela divide esse tipo de verbo em dois grupos – os verbos de ligação e os verbos suportes. E os subgrupos – verbos auxiliares e os modalizadores.

Os verbos de ligação ou copulativos (os verbos *ser* e *estar* são mais prototípicos) constituem o predicado juntamente com o SN que compõe o predicado nominal e atribui ao sujeito, a função predicativa. Os verbos suportes mantêm seu estatuto verbal das categorias gramaticais que se expressam no verbo, mas não constituem sozinhos o núcleo do predicado.

Nesse sentido, há uma estrutura oracional básica e uma preferência de realização dessa estrutura no discurso: o preenchimento ou não de um item dependerá da escolha lexical do falante relacionada às suas necessidades comunicativas num processo inconsciente, ou seja, o falante não pensa em processos, mas os realiza como resultado de sua proficiência linguística. Isso acontece porque num contexto de fala o que está em relevância é a intenção comunicativa. Logo, o sujeito pode ser expresso, substituído por um SN (menino) ou um pronome (ele) ou, quando omitido, tudo em função da intenção e relevância que o falante atribui a essa função no discurso.

Neves (2007, p. 40) afirma que é no nível pragmático que se situa a necessidade de expressar ou não um determinado termo ou complemento na oração, bem como a realização de termos como sintagma nominal, pronome pessoal ou elipse, para especificar a função de sujeito.

A realização do sujeito é devida a razões discursivo-textuais, pois em determinado momento da enunciação, há a necessidade da expressão de um sintagma nominal no enunciado, que pode estar relacionada à configuração de uma entidade como elemento novo. Ainda, segundo Neves (2002), ninguém procede no caso como se estivesse simplesmente diante de um teste de múltipla escolha. Como já dito, a escolha não se trata de um processo consciente, mas da necessidade de se expressar linguisticamente, a fim de que o falante possa ser entendido pelo seu destinatário.

O modo de preenchimento do sujeito tem determinação pragmático-discursiva, mas há certa determinação sistêmica na relação que os verbos estabelecem com seus argumentos. Por isso, o padrão mais usado é denominado “estrutura argumental preferida”.

De acordo com Neves (2007, p. 42), tal estrutura tem se estabelecido, de modo geral, em duas características principais: (i) numa oração transitiva, é mais frequente que o objeto direto seja preenchido como um SN (restrição de sujeitos transitivos lexicais), isso porque a posição de sujeito é, em geral, a informação conhecida (restrição de sujeitos transitivos dados); e (ii) é muito rara a ocorrência de um sintagma nominal simultaneamente ocupando as duas posições, a de sujeito e a de objeto direto, já que raramente se introduzem dois elementos ‘novos’ simultaneamente. Geralmente, a função sujeito se configura como uma informação nova, o que não quer dizer que sempre virá na primeira posição na sentença.

Os pronomes pessoais são sujeitos por excelência. Neves (2007) apresenta um estudo sobre a omissão do pronome sujeito de primeira pessoa no português falado no Brasil e demonstra que não existem determinações rígidas quanto à escolha de preenchimento ou não do sujeito pronominal, mas, sobretudo, existem fatores diversos que contribuem para a omissão ou não do sujeito pronominal. Logo, o preenchimento do sujeito é uma atribuição sintática, mas a sua ocorrência reflete um fator discursivo- pragmático.

Existem dois critérios sintáticos que merecem destaque neste capítulo: a concordância sujeito-verbo e a ordem de palavras, isso por terem relação direta com a manifestação da função prototípica do sujeito, sendo caracterizado pelo elemento que antecede o verbo e o elemento que determina concordância com o verbo.

### 2.3.1.1.2 Concordância sujeito-verbo

O estabelecimento da concordância do sujeito com o verbo é uma propriedade sintática, é uma relação morfossintática de dois elementos, uma propriedade prototípica para identificação do sujeito.

Corbett (2006) define a *Agreement*<sup>17</sup> (concordância) retomando a afirmação de Steele (1978), como sendo um termo que se refere a uma covariação sistemática entre uma propriedade semântica ou formal de um elemento e uma propriedade formal de outra. Corbett (2006) conceitua em três critérios a análise da concordância, considerando a canonicidade e localidade, a partir dos aspectos de **controlador**, **alvo** e **domínio**. Assim, o controlador pode ser representado pelo sintagma nominal (SN), o alvo consiste no *locus* da concordância e, por último, o domínio, que consiste no ambiente sintático, ou seja, na localização do **controlador** e do **alvo**. A covariação sistemática entre semântica e estrutura sintática ajuda na identificação da função sujeito, já que em algumas línguas a concordância é um critério de codificação do sujeito.

Assim, devem-se considerar fatores estruturais que têm grande relevância na realização da concordância, como: ordem dos constituintes, distanciamento dos elementos do sintagma nominal sujeito do verbo, natureza do sintagma [+ animado] e [- animado] e a concordância semântica. Afirma Vieira (2007) que o sujeito de referência animada funciona geralmente como agente da oração, o que favorece a marca de plural no verbo, enquanto o de natureza inanimada não a favorece.

Scherre e Naro (1998, p. 1) postulam que “diferentemente do português de Portugal, o português falado no Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variantes explícitas e variantes zero (**0**) de plural em elementos verbais e nominais”. Como mostram os dados<sup>18</sup> citados por Scherre e Naro (1998):

(14) Concordância verbo/sujeito

... eles GANHAM demais da conta (variante explícita);

... eles GANHA**0** demais (variante zero).

(15) Concordância entre os elementos do sintagma nominal

- o**S** fregues**ES**; a**S** boa**S** aç**ÕES**; essa**S** coisa**S** toda**S** (variantes explícitas);

<sup>17</sup> Alguns teóricos utilizam o termo *concord* paralelamente ao termo *agreement*, mas o autor não acredita que ambos os termos possam ser usados como sinônimos.

<sup>18</sup> Os dados foram extraídos do banco de dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), grupo de pesquisa do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- essa**S** estrada**S** nova**0**; do**0** meu**S** pai**S** (variantes explícitas e variantes zero);
- a**S** codorna**0**; a**S** porta**0** aberta**0** (variantes explícitas e variantes zero).

- (16) Concordância nos predicativos e participios passivos  
 ... as coisas tão muito CARAS, né? ... (variante explícita);  
 ... que as coisa**0** tá**0** CARA**0**, num dá mesmo ... (variante zero);  
 ... os meus filhos foram AMAMENTADOS ... (variante explícita);  
 ... os meus filhos foram ALFABETIZADO**0** ... (variante zero).

Os dados de Scherre e Naro (1998) mostram a relação da concordância sujeito-verbo e sua possível omissão, e ainda, o elemento que determina a concordância é denominado *controlador*.

O elemento cuja forma é determinada por concordância é o *alvo*. O ambiente no qual ocorre concordância sintática é chamado de domínio (CORBETT, 2006). Vale ressaltar que a concordância não é um critério seguro na identificação da função sujeito, uma vez que nem sempre é estabelecida a concordância sujeito-verbo.

Voltaremos à discussão desse mecanismo sintático no próximo capítulo, em que discutiremos as análises dos dados linguísticos considerando os níveis linguísticos.

### 2.3.1.1.3 A posição do sujeito no ordenamento oracional

A organização da estrutura oracional básica e a ordem predominante no português são a SVO (sujeito-verbo-objeto). A transitividade exerce um movimento que modifica o sentido da sentença, que, conseqüentemente, irá depender da ordem que os constituintes ocupam.

(17) João morreu.

(18) Morreram os dois no mesmo dia.

(PEZATTI, 1993, p. 162)

Pezatti (1993) analisa a sentença (17), em que o falante escolhe um evento em processo que tem o SN que ocupa a posição pré-verbal, e exerce a função sintática de sujeito e de tópico no nível informacional. Em (18), o fato ocorrido é dito de forma global, numa única unidade informacional. O SN ocupa a posição pós-verbal, não há tópico, é o sujeito é *dois*. Assim, não ocorre sujeito e tópico simultaneamente. Desse modo, a sentença toda é a expressão do estado de coisas.

Segundo Castilho (2012), a focalização é outro aspecto importante na análise de identificação da função sujeito. Isso tem relação com a posição do elemento na sentença, que

pode afetar toda a sua semântica, pois a focalização pode destacar o verbo e demais elementos do SV, bem como pode privilegiar a função sujeito com relação ao verbo. O sujeito não marcado, prototípico, tem posição anteposta ao verbo e é preenchido foneticamente.

Quanto à ordem VS, Pontes (1986) acredita ser uma ocorrência questionável, por considerar a hipótese de que o SN posposto não possui características da função sujeito na estrutura superficial, mas possui características pertencentes ao objeto.

No processamento cognitivo, a categoria não marcada é mais simples, portanto, ocorre em situações como apontada pelo estudo de Pontes (1986). Na língua em uso, num contexto situacional de interação, as categorias mais frequentes com relação à realização do sujeito serão as não marcadas.

Almeida (2009) compartilha da mesma opinião de Pontes (1986), quanto à semelhança do SN posposto em construções mono-argumentais com o objeto direto, em orações com mais de um argumento. No entanto, Almeida (2009) não concorda com as postulações de Pontes quanto a esses SNs pospostos não serem sujeito, pois seria incoerente com as relações gramaticais da língua portuguesa.

Nesse sentido, são apresentadas as seguintes críticas sobre as hipóteses de Pontes (1986): segundo Almeida (2009), o problema reside na diferença entre o comportamento do objeto direto e o SN posposto na cliticização, em sentenças como *Chegaram os meninos*, que pode ser dita *Chegaram eles*, mas não *Chegaram-no*. Outro problema discutido por Almeida (2009) está na difícil explicação do estabelecimento da concordância em casos como: *Chegaram os menino*. Pontes (1986) justifica tal ocorrência linguística se apoiando na inversão estilística.

A hipótese de Pontes quanto ao fato de um SN posposto não ser sujeito está superada, embora, para Pontes (1986, 1987), as principais características para se identificar a função de sujeito na sentença sejam a posição do SN anteposto ao verbo e o papel semântico de agente.

Na obra mais recente de Perini (2010, p. 109), são estabelecidas algumas generalizações aproximativas da posição do sujeito em relação ao verbo no PB. O autor explica que é possível a ordem verbo-sujeito com verbos que não aceitam objeto. Nesses casos, há uma preferência pela ordem verbo-sujeito em situações como: (i) quando se deseja chamar a atenção especial para o sujeito ou quando o sujeito é representado por muitos itens lexicais (*Acabou o tempo dos cavalheiros educados*); (ii) quando a sentença se inicia com um constituinte de valor adverbial (*Naquele ano morreu minha avó*); (iii) em sequência de verbo causativo mais infinitivo (*O Fred fez o grupo todo entrar*) e; (iv) com o verbo *ser* em

respostas breves compostas por apenas verbo e sujeito (*Quem limpou a parede? Foi a faxineira*).

García (1996) discute a função de sujeito gramatical, caracterizando-o como o elemento em destaque na cena enunciativa, metaforicamente associada a um quadro ou fotografia, constituída por figura e fundo. A figura é o elemento primário que está em destaque e o fundo é secundário. Assim, ele considera que, na sentença, *Luisito bañandose em el Ebro*, o sujeito sintático será *Luisito* e não o *Ebro*, considerando que o sujeito é a figura e sempre estará em destaque. Assim, o relevo informacional, neste contexto, será importante na identificação da função sujeito, devido à atribuição de papel semântico pelo verbo.

Desse modo, García (1996) diz que todos os sujeitos são “bons”, mas ele os classifica em *melhores* (são os sujeitos prototípicos) aqueles que são agente, tema e que concordam com o verbo e os *piores sujeitos* (não prototípicos) são aqueles que fogem a essas características.

García (1996) define o sujeito sintático considerando três níveis sintáticos operantes na estrutura oracional: (i) o nível de regência; (ii) o nível de concordância, e (iii) o nível das relações temáticas. O autor afirma que algumas sentenças consideradas prototípicas em relação ao sujeito sintático são convencionalmente absurdas e imagináveis no cotidiano linguístico do falante, como, por exemplo, “*o menino comeu a maçã*”, que dificilmente ocorrerá na interação.

A afirmação de García (1996) deixa o pressuposto de que as línguas são metafóricas, ou seja, no uso da língua as construções mais recorrentes são aquelas de constituição não prototípica do sujeito.

Num contexto de testagem sobre conhecimentos linguísticos, é mais seguro, ou seja, é linguisticamente mais simples e funcional para o falante, a produção de sentenças prototípicas quando se trata de atribuição de rótulos ou de identificação de categorias, como podemos observar nos estudos de Pontes (1986), em que foi pedido a falantes do português, mais especificamente, professores de língua portuguesa, para darem um exemplo de oração com sujeito. O resultado da pesquisa mostra que todos os participantes deram exemplos prototípicos, como; (1) *João matou Pedro*, (2) *Pedro correu*, (3) *Você está pedindo um exemplo*, (4) *João veio à festa*<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Exemplos extraídos de Pontes (1986, p.124).

### 2.3.1.2 A função sujeito no nível semântico

O sujeito tem um papel temático, geralmente associado a um dos argumentos do predicado, exerce um papel semântico ou papel de participação, que diz respeito à representação das experiências humanas na estrutura da língua.

A valência dos verbos no nível sintático deve-se à composição do núcleo do predicado, realizada segundo a natureza dos papéis semânticos. Estes são desempenhados pelos argumentos, que constroem a relação com o predicado e que, na realização oracional, se apresentam como argumentos do verbo.

As relações semânticas do verbo dentro da estrutura argumental (predicado e argumento) afetam diretamente as relações semânticas do sujeito, visto que o verbo seleciona ou não o argumento 1.

As propriedades semânticas relacionadas à função do sujeito na organização oracional, segundo Castilho (2012), envolvem (i) agentividade; (ii) animacidade; (iii) referencialidade e (iv) determinação.

A agentividade é a propriedade semântica que mais identificaria o sujeito, visto que designa o constituinte da sentença cujo referente promove a ação em determinado contexto. Pontes (1987) afirma que parece ser mais natural que o sujeito seja o agente da ação, embora nem todos os verbos selecionem sujeitos agentes, como aqueles denominados intransitivos. O contexto pragmático também determina se um sujeito é agente ou paciente, como mostra a discussão de Pontes sobre uma frase como:

(19) O **João** arrancou um dente.

(PONTES, 1987, p. 24)

Nessa sentença, o predicado *arrancar* solicita dois argumentos, sendo o argumento 1, o sujeito, *João*, e o argumento 2, o objeto. Na sentença (19), a função sujeito poderá ser agente ou paciente, dependendo do contexto pragmático. A estrutura argumental em si não indica se o sujeito é agente ou paciente, mas se o *João* for um dentista, logo será o agente, mas se *João* se submeteu a um tratamento dentário, então será um sujeito paciente.

A discussão apresentada por Pontes (1986) revela que, ao se verificar somente a estrutura argumental sintática, não é possível a identificação das propriedades semânticas do sujeito. Nesse sentido, a posição que o sujeito ocupa na sentença e o seu estabelecimento de

concordância com o verbo não são suficientes para determinar a sua função semântica, assim não poderá revelar se *João* é um sujeito agente ou paciente.

Por isso, Castilho (2012) defende que nem sempre o constituinte agente é necessariamente codificado como um sujeito. Segundo o autor, os verbos psicológicos, o termo agentivo se configura como complemento, como nos exemplos a seguir:

(20) Este filme não agradou ao **Pedro**.

Em oposição à (21):

(21) O **Pedro** gostou do filme.

(CASTILHO, 2012, p. 296)

O critério semântico analisa como os processos e os argumentos se estabelecem numa organização oracional pelo sistema de transitividade. Assim, o verbo, que ocupa o núcleo da estrutura argumental torna-se crucial na seleção do argumento<sup>1</sup>, ou seja, na seleção da função sujeito.

A função sujeito, em algumas línguas como o espanhol e o português, pode ser, em algumas sentenças, identificada por recursos morfossintáticos como a desinência verbal ou o morfema de flexão verbal. García (1996, p. 123) sustenta que a natureza semântica do sujeito depende do tipo de objeto, mas não o inverso.

O verbo *passar* admite tanto um sujeito animado quanto o inanimado. A natureza semântica do sujeito é mostrada como dependente do verbo, por outro lado, o verbo e o objeto constituem uma unidade mais próxima do SV. Por exemplo, os verbos intransitivos, como *desfrutar*, *saltar*, *romper*, etc., impõem certas condições semânticas à natureza do sujeito. Os exemplos: \* *O rio desfrutou*, \**A bondade saltou* e \**João se rompeu*, constituem sentenças agramaticais no Português, bem como no Espanhol. Os sujeitos das sentenças não possuem propriedades semânticas para desempenhar o papel sugerido pelo verbo. Sendo assim, García (1996) questiona a afirmação de que o sujeito é regido simplesmente pelos morfemas flexionais.

A propriedade de animacidade, por sua vez, está relacionada ao agente, que possui traço animado e/ou humano.

Os pronomes pessoais, prototipicamente, desempenham a função sujeito por serem considerados as pessoas do discurso, constituídas na dimensão da concordância. Os pronomes de 1ª pessoa e 2ª pessoas são dêiticos por remeterem ao falante e ao ouvinte, diferentemente

do pronome de terceira pessoa, que se refere a “de quem se fala” na instância do discurso. Assim, a 1ª pessoa e a 2ª pessoa são mais animadas que a 3ª pessoa. Os traços semânticos podem ser [+ animado] e/ou [- animado], visto que um constituinte humano não necessariamente será [+ animado], quando ele não for o controlador da ação.

Neves (1997) afirma que o sujeito, embora seja uma entidade gramatical sintática, é determinado pela função interacional da linguagem. Assim, a sua escolha implica se ele será o falante, o ouvinte ou outra pessoa no discurso.

Pontes (1986) solicita a falantes comuns do português para identificarem os sujeitos em algumas sentenças, e o resultado corrobora a afirmação de que a agentividade está relacionada à animacidade, pois a maioria dos falantes escolheu sujeito como o elemento que apresentava tais características. Esse fato coincide com a hierarquia de saliência postulada por Lyons (1976), em que as prioridades se concentram nas pessoas mais que nos animais e mais nesses, que nos seres inanimados. Ao fazer essa mesma solicitação a linguistas<sup>20</sup>, estes não demonstraram tanta regularidade na definição do sujeito, provavelmente pelo fato de não se submeterem às prescrições da GT e atentarem para a língua em uso.

A determinacidade é a propriedade, segundo Castilho (2012), mais utilizada na GT para a indeterminação do sujeito, representada no texto por elementos com traços de definitude e pelas seguintes representações da função sujeito indeterminado, válidas no texto como: (i) sujeito expresso por pronomes pessoais (NEVES, 2000, p. 463), (ii) sujeito expresso pelo pronome *se*, (iii) sujeito omitido na 3ª pessoa do plural.

Na abordagem funcionalista da língua, todas essas ocorrências possuem uma explicação pautada no contexto discursivo-pragmático, como a intencionalidade e a retomada do sujeito exigida pela situação comunicativa.

### 2.3.1.3 A função sujeito no nível discursivo-pragmático

Segundo Dik (1989) a língua natural pode ser dividida em funções pragmáticas representadas pelos constituintes extraoracional e interoracional. O interoracional está relacionado ao construto informacional estabelecido no contexto de comunicação. Nesse

<sup>20</sup> Epiphanyo Dias (1959) citado por Pontes (1986) identifica a função sujeito pela posição que ocupa na sentença, e também pela categoria gramatical (sujeito é substantivo e/ou seu equivalente). Lyons (1976, p. 430) define sujeito através do sujeito e predicado sobre a pressuposição de que o núcleo de uma sentença simples é composto de dois constituintes imediatos, em que um é nominal (SN) e outro é verbal (SV). Para identificar o sujeito é preciso considerar o pressuposto de que numa sentença só existe um SV, mas pode haver dois SNs, e que um SN pode ocorrer como parte de um SV. A classe de SV pode ser dividida em transitivo e intransitivo. Esta é a base para distinguir sujeito de objeto. Keenan, citado por García (1976), apresenta um conceito de sujeito numa perspectiva mais universal.

sentido, deve-se avaliar e interpretar a informação pragmática do emissor para o destinatário, estabelecida na interação verbal. Os constituintes interoracionais, com a função de Tópico e Foco, são internos à predicação e estão intrinsecamente relacionados às funções sintáticas de sujeito e de objeto. Os constituintes extraoracionais são formados por constituintes externos à predicação, associados às funcionalidades pragmáticas. Os constituintes extraoracionais servem a uma variedade de funções pragmáticas, tais como (1) monitoramento da interação, (2) comentário do conteúdo da oração e (3) organização do conteúdo da expressão, em relação ao contexto em que ocorre (cf. PEZATTI, 1998, p. 138).

Segundo Pezatti (1998), a atribuição de funções pragmáticas é o mecanismo linguístico que define a característica mais identificadora da linguagem, numa atividade cooperativa entre interlocutores. Esse princípio é um dos motivos pelos quais se justifica o estudo de funções pragmáticas de Tópico, Foco e Tema, que muitas vezes causam confusões epistemológicas.

Para Pezatti (1998, p. 134), o Tópico é, geralmente, tratado como o constituinte deslocado à esquerda, não raramente, confundido com o sujeito, que é uma categoria sintático-semântica e não pragmática. Já o Tema é entendido, ora como o constituinte que ocupa sempre uma posição inicial na sentença, ora como o elemento dado, conhecido, e é externo à predicação, ou seja, se realiza no nível pragmático. O Foco também aparece, às vezes, como a informação nova (DIK, 1989), equivalente ao rema; outras vezes é o comentário (TARALLO e KATO, 1989), opondo-se, nesse caso, ao Tópico.

A função sujeito é fortemente relacionada às funções pragmáticas de Tópico e de Foco. O Tópico é, ainda, a função que apresenta a entidade sobre a qual se faz uma predicação. O Foco é a função que apresenta a informação relevante ou mais importante da predicação à informação pragmática do falante ao seu interlocutor (cf. PEZATTI e CAMACHO, 1997).

Vejamos a organização das funções pragmáticas numa sentença proposta por Dik (1989) citado por Pezatti (1998):

(22) Bebida alcoólica, ele gosta muito, o Pedro.

P2 P1/suj V X P3

(PEZATTI, 1998, p. 136)

A sentença (22) representa as regras de colocação que determinam quais elementos ocuparão a posição (P1), deve-se respeitar os princípios que selecionam tais elementos. Assim, verifica-se, primeiramente, se há algum constituinte (P1) na predicação, como

palavras-Qu, pronomes relativos e conectores subordinativos. Caso não estejam presentes esses constituintes, então podem ser colocados na posição (P1) constituintes com função de Foco ou de Tópico. Aplicadas às regras de (P1), todos os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por S (sujeito), O (objeto), V (verbo) e outros, como x, usado para indicar posições de satélites.

Para (22), Pezatti (1998) faz a seguinte análise: *bebida alcoólica* é o Tema, o pronome *ele* desempenha a função pragmática de Tópico e a sintática de sujeito da predicação se posicionando em P1, e *Pedro* por se referir anaforicamente ao pronome *ele*, é considerado um antitema.

Givón (2012) cita alguns estudos sobre a relação entre a função discursivo-pragmática tópico e a função sintático-gramatical sujeito. Essa questão desperta muitas discussões e controvérsias, pois que muitas vezes sujeito e tópico são confundidos nas sentenças declarativas, pois são expressos pelo mesmo elemento material e dizem respeito ao mesmo referente. Outro problema repousa no fato de que, em algumas línguas, a identificação de sujeito ou do tópico é difícil para o analista. Há línguas que têm mais sujeitos gramaticalizados enquanto outras têm mais tópico e somente um estudo criterioso de registros formal e informal pode ser concludente sobre essa questão (cf. LI; THOMPSON, 1976 citado por GIVÓN, 2012).

A função sujeito está relacionada intrinsecamente com a referencialidade, uma vez que, dentre um conjunto dos referentes possíveis, há um compartilhamento de propriedades indicadas pelo sintagma sujeito que faz referência a algo existente no mundo.

A referencialidade, segundo Dik (1997), pode ser de dois tipos: o *construtivo* e o *identificador*. No construtivo, o falante usa uma expressão a fim de que o seu destinatário ou ouvinte construa um referente para a expressão ouvida e a introduza em seu modelo mental. Por outro lado, o identificador é acionado quando o falante usa uma expressão para que seu destinatário ou ouvinte identifique um referente já disponível na mente, o que ocorrerá se houver uma fonte de identificação.

A função sujeito é uma função sintática, mas no nível pragmático-discursivo sua seleção estabelece relação direta com a referencialidade.

Para Neves (2007, p. 75), o processo de referenciação não se limita à construção e à identificação, mas, sobretudo, “diz respeito à própria constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objeto de discurso”, e como são mantidos. Neves (2007, p. 75) afirma, também, que “a referenciação envolve interação e, conseqüentemente, a intenção” estabelecida no ato comunicativo.

Neste sentido, verifica-se que a função sujeito liga uma expressão linguística aos eventos no mundo. Referenciar é, portanto, um fenômeno de natureza semântica, que se estabelece pragmaticamente.

## CAPÍTULO III

# **ESTUDOS TIPOLÓGICOS DO SUJEITO EM UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

Neste capítulo, tratamos da função sujeito em algumas línguas: românicas, não românicas e indígenas brasileiras. Este estudo é realizado sob o viés tipológico, a fim de apresentar uma visão ampliada desse fenômeno e de suas diversas possibilidades de manifestação.

A perspectiva tipológico-funcional tende a oferecer subsídios para a construção de um panorama sobre a função de sujeito, considerando os critérios de análise que fomentam as discussões apresentadas por autores que concebem as línguas a partir da noção de universalidade e de individualidade, ou seja, a partir da visão de que há propriedades inerentes à maioria das línguas e propriedades que as distinguem.

Nesse sentido, os estudos tipológico-funcionais são fundamentais por oferecer oportunidade de uma perspectiva interlinguística a partir do qual se possa compreender de que maneira as línguas prototipicamente realizam essa função.

A comparação e a análise dessa função sintática em línguas que não estão inseridas na mesma família linguística, por exemplo, são interessantes por mostrar como os falantes de uma determinada língua acionam mecanismos linguísticos para a realização da função sujeito, considerando que essa função pode ser realizada de diferentes maneiras.

Andrews (2007), Comrie (1989), Whaley (1997), bem como os estudos sobre os universais linguísticos de Greenberg (1963) são referências de suma importância para este estudo.

### 3.1 ALGUNS PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS DA ABORDAGEM TIPOLÓGICA

O estudo tipológico se desdobra em comparação e confronto das línguas em busca de estabelecer tipologias e, especialmente, descrever as características inerentes a um grupo de

línguas, bem como suas diferenças e peculiaridades. Mas anterior aos estudos tipológicos, havia na tradição linguística europeia, o estudo denominado Linguística Comparada e Histórica ou Filologia Comparada (cf. ROBINS, 1981).

A Linguística Comparada e Histórica assume tipicamente uma relação genética no estudo das línguas, ou seja, parte da relação de parentesco entre as línguas estudadas. Robins (1981, p. 335) afirma sobre a Linguística Comparada e Histórica que,

é contudo, possível comparar línguas, estudá-las sistematicamente em relação uma com a outra, simplesmente por referência a quaisquer características gerais significantes de forma ou organização estrutural que elas têm em comum em qualquer nível de análise. Tais comparações agrupam as línguas por suas características e assim formam parte da natureza da língua em si.

Por outro lado, os estudos tipológicos ou Tipologia buscam estabelecer comparações entre línguas, a fim de depreender os princípios linguísticos, visando às suas semelhanças e diferenças sem estabelecer uma relação genética, como afirma Robins (1981, p. 336):

A comparação tipológica está baseada em características gerais dos sistemas e estruturas das línguas, e assim forma parte do amplo processo de classificação de qualquer fenômeno observado de acordo com as semelhanças apresentadas de forma e estrutura. Seus grupos linguísticos são estabelecidos independentemente das famílias históricas das línguas e podem em parte concordar com elas ou atravessar seus limites.

A distinção entre a Linguística Comparativa e Histórica e o estudo comparativo Tipológico se pauta nos objetivos a serem alcançados. Assim, ambos estão preocupados em comparar e encontrar traços de semelhança ou diferença nas línguas, mas em diferentes perspectivas. A Linguística Comparativa e Histórica tem como método a comparação e como objetivo a classificação genética das línguas, enquanto que os estudos tipológicos têm como principal objetivo a classificação tipológica e a busca pelos universais linguísticos.

Cronologicamente, há um grande intervalo entre as duas concepções de estudo de línguas, mas, para verticalizar os objetivos deste estudo, fez-se um recorte teórico direcionado à comparação entre a Linguística Comparativa e Histórica que surge em meados dos séculos XVI e XVII, mas com maior progresso no século XX, e o estudo Comparativo Tipológico ou Tipologia que surgiu em 1901, na Escola Linguística de Praga.

Whaley (1997) define Tipologia como o estudo que consiste na classificação das línguas ou componentes da linguagem, baseada nas características formais, sendo que tal classificação está pautada na comparação dos traços formais das línguas naturais inseridas num contexto comunicativo, tendo como finalidade encontrar os universais linguísticos.

Para Greenberg (1963), a Tipologia é uma subdisciplina da Linguística que consiste no estudo de padrões linguísticos encontrados no estudo comparativo, a fim de propor implicações universais.

A noção de universais linguísticos, postulada por Greenberg (1963), decorreu de um estudo de trinta línguas, que ajudou a consolidação dos estudos tipológicos. Logo, são consideradas reivindicações empíricas por se tratar de padrões descritos encontrados e observados em dados linguísticos. Nesse sentido, os universais linguísticos se classificam em universais absolutos e não absolutos, os universais implicacionais e não implicacionais.

Os universais absolutos, segundo Greenberg (1963), representam uma realidade pertencente a todas as línguas naturais, na modalidade oral, como: (i) todas as línguas têm consoantes e vogais, (ii) todas as línguas fazem distinção entre nome e verbo, e (iii) todas as línguas têm um mecanismo para formular perguntas. Por outro lado, os universais não absolutos tendem a não apresentar propriedades que são essenciais a todas as línguas, mas demonstram uma tendência significativa, como: (i) a maioria das línguas tem vogais [i]; (ii) a maioria das línguas tem adjetivo e, (iii) geralmente, as línguas empregam mecanismos para formular pergunta que implica em respostas sim ou não (WHALEY, 1997, p. 32). Entretanto, as postulações de Greenberg (1963) são questionáveis, uma vez que, atualmente, existem trabalhos que contestam o universal segundo o qual em todas as línguas há a distinção entre nome e verbo, por exemplo.

Praça (2007) afirma que em línguas da família Tupi-Guaraní, como o Tapirapé (Praça, 2007) e Kamaiurá (SEKI, 2000, 2001), por exemplo, assim como em outras línguas indígenas, tanto o nome quanto o verbo podem desempenhar a função de predicado ou argumento. Diferentemente do que ocorre numa língua que tem o critério sintático, em que o nome funciona como argumento e o verbo funciona como predicado, nas línguas citadas isso não é relevante, pois não é possível distingui-lo como duas categorias lexicais distintas. Tal afirmação contradiz o universal de Greenberg (1963), uma vez que nem todas as línguas permitem a distinção categórica entre nome e verbo. Entretanto, Praça (2007) afirma ser possível a distinção entre nome e verbo a partir de critérios morfológicos, mas considerando a sua morfologia transcategorial.

A morfologia transcategorial consiste em uma morfologia em que os morfemas são onipresentes em diferentes constituintes, não sendo específicos a uma só classe, que possuem alta produtividade linguística. Ou seja, não existem as classes de nome e verbo separadas, há raízes que desempenham a função nominal ou verbal, de acordo com a morfologia que tiverem. Na língua Tapirapé, por exemplo, segundo Praça (2007), os morfemas

transcategoriais, como o morfema referenciante {-a}, muito produtivo nessa língua, são onipresentes. Praça (2007, p. 39) afirma que, “como principais entradas lexicais, nomes e verbos, são geradas no léxico como predicado, elas necessitam da presença do referido morfema para serem capazes de servir como argumento”. Desse modo, na língua Tapirapé, os nomes marcados com o morfema referenciante {-a} podem se desempenhar, como: sujeito e objeto de verbos transitivos; argumentos únicos intransitivos; complemento de posposição e em orações nominais.

Os universais implicacionais dizem respeito a fenômenos que exigem uma precondição, o que significa, por exemplo, que determinada ocorrência linguística depende de outra. Greenberg (1963) apresenta os seguintes universais implicacionais (citado por WHALEY, 1997, p. 33): as línguas com ordem SOV normalmente são posposicionais, e as línguas de predominância da ordem VSO são sempre preposicionais.

A posposição é, de modo geral, uma classe fechada que segue o nome referencial e pode possuir um sentido adverbial. Ela pode estabelecer várias relações gramaticais, assim como as preposições, a diferença é a posição sintática que ocupa. A posposição na língua Tapirapé (Tupi-Guarani) é exemplificada a seguir, em (23).

(23)	S	V	Nome	Posposição
	xãwâr-a	a-yj	wyrâkâj-a	r-ewiri
	cachorro-REFER	3.II-correr	galinha-REFER	R-POS
	"o cachorro correu atrás da galinha"			

(PRAÇA, 2007, p. 138)

As línguas de predominância da ordem VSO são sempre preposicionais. Whaley (1997) discorda desse universal, uma vez que existem línguas que são preposicionais e não tem a ordem VSO predominante, como o inglês (SVO).

(24)	S	V	O	Prep.	Nome
	He	bought	food	for	the children.
	‘Ele comprou comida para as crianças’.				

Os universais linguísticos são considerados reivindicações empíricas por se tratar de descrições, ou melhor, padrões descritos encontrados e observados em dados linguísticos num contexto de comunicação (WHALEY, 1997).

Para formular as postulações dos universais linguísticos, é necessário considerar a ordem de palavra ou constituinte, o que está intrinsecamente relacionado a classes tipológicas das línguas. O tipo de uma língua é crucial para nortear a sua investigação descritiva.

Assim, torna-se relevante para esta discussão a retomada da classificação tipológica das línguas. Nesse sentido, Sapir (1971) afirma que todas as línguas diferem entre si, mas que é possível agrupá-las em tipos morfológicos.

A classificação tipológica organiza as línguas em grupos do tipo: isolante, aglutinante, flexional, e ainda as polissintéticas. As línguas do tipo isolante não possuem flexão, as informações gramaticais são dadas por palavras invariáveis. As línguas aglutinantes unem afixos comumente invariantes a uma raiz morfológica, de tal forma que pode haver vários morfemas facilmente identificáveis em palavras, ou seja, normalmente um morfema possui um único significado. As línguas flexionais têm como característica principal, os morfemas que são representados por afixos, em que um morfema normalmente tem mais de um significado. As línguas polissintéticas são incorporantes, e fazem grande uso de afixos.

Entretanto, Sapir (1971) afirma que as línguas podem ser predominantemente classificadas nesses tipos, mas podem apresentar características de um tipo e outro, e que “é difícil distribuir todas as línguas conhecidas por esses grupos, que, de mais a mais, não se excluem uns ou outros, uma língua pode ser ao mesmo tempo aglutinativa e flexional, ou até polissintética e isolante” (SAPIR, 1971, p. 101).

Sendo assim, Sapir (1971) classifica os seguintes tipos de língua:

#### **Quadro 02: Classificação das línguas segundo Sapir.**

Línguas de Relação Pura	Tipo A. Simples
	Tipo B. Complexa
Línguas de Relação Mista	Tipo C. Simples
	Tipo D. Complexa

Fonte: Sapir (1971, p. 109).

Tipo A é o grupo de línguas que mantem puras relações sintáticas e não modifica os seus radicais por meio de afixos ou por mudanças internas, sem derivações. O Tipo B é o grupo de línguas que mantem puras as relações sintáticas e podem modificar os seus radicais por meio de afixos e por mudanças internas, permitindo derivações. Ambos os tipos são classificados como “Línguas de Relação Pura”, mas se distinguem pela possibilidade de derivação.

Já o Tipo C é representado por línguas que possuem relações sintáticas expressas como conexão necessária, não sendo inteiramente omissos em significação concreta, mas não

possuem condições para modificar os seus radicais por meio de afixos e por mudanças internas. São línguas mistas sem relação de derivação. O Tipo D é representado por línguas que possuem as relações sintáticas mistas, como em C, também possuem o poder de modificar a significação dos radicais por meio de afixos ou mudanças internas. São línguas mistas com derivação.

É no Tipo D que Sapir (1971) acredita que existe uma mistura complexa de tipos de línguas como as flexionais, um grande número de línguas aglutinativas e algumas polissintéticas.

Assim, as línguas podem apresentar aspectos semelhantes independentemente de sua genética a depender de sua tipologia. Os estudos tipológicos são uma abordagem de suma importância para mapear e levantar universais linguísticos, por terem como finalidade geral a quantificação e a qualificação dos dados linguísticos das línguas do mundo.

### 3.1.1 Marcação de caso: línguas ergativo-absolutivas, nominativo-acusativas e ativo-estativas

As línguas, também, podem ser classificadas a partir da marcação dos casos em ergativo-absolutivas, nominativo-acusativas e ativa-estativas. Essa classificação é importante para a descrição e análise linguística, uma vez que se caracteriza como fomento para identificar as categorias gramaticais, para entender as relações gramaticais, e ainda, nortear a análise.

Dixon (1994) reconhece as funções gramaticais S, A, O como primitivas e universais. A função atribuída a S é de sujeito, o argumento da sentença intransitiva, enquanto que para A é atribuída a função sujeito da sentença transitiva, em que prototipicamente o SN é controlador do estado-de-coisa e o outro SN representado pela função O denota o objeto afetado pelo estado-de-coisa.

Nas línguas nominativo-acusativas, em geral, numa oração transitiva se atribui caso nominativo à função sujeito, enquanto que o caso acusativo é atribuído ao objeto. A marcação nominativo-acusativa é aquela em que o sujeito da oração intransitiva (S) é tratado da mesma maneira que o sujeito da oração transitiva (A), e diferente do objeto da oração transitiva. Línguas como o latim e suas descendentes, as línguas românicas (Português, Francês, Italiano etc.), bem como de outras famílias, como o Inglês, são nominativo-acusativas. Assim, a relação gramatical das línguas acusativas pode ser representada pelo alinhamento  $S = A \neq O$ .

As línguas ergativo-absolutivas (como por exemplo, a língua australiana Dyirbal (Dixon, 1994)) marcam o sujeito das orações intransitivas (S) da mesma maneira que o objeto (O) dos verbos transitivos, diferentemente de (A). A relação gramatical das línguas de sintaxe ergativa pode ser representada pelo alinhamento  $S = O \neq A$ .

Dixon (1994) ressalta, ainda, a existência rara de línguas de alinhamento Tripartido que apresentam marcas morfológicas distintamente sendo alinhadas  $S \neq A \neq O$ , e também de línguas que apresentam uma mistura dos dois principais padrões de alinhamento (ergativo e o acusativo). Assim, uma língua pode ser predominantemente nominativa, mas com cisão ergativa ou o contrário, por exemplo.

O sistema ativo-estativo é um mecanismo de marcação de caso relacionado aos aspectos semânticos, apresentando um contraste entre agente e não agente. Assim, é a natureza semântica do verbo quem vai determinar a sua classificação. Nesse sentido, os SNs podem expressar as funções de sujeitos de verbos intransitivos ativos (Sa) e intransitivos descritivos (So), e ainda, sujeitos de verbos transitivos (A) em línguas ativo-estativas, como o Avá-Canoeiro e o Kamaiurá.

### 3.1.1.1 Marcação morfológica de caso

A marcação morfológica de caso é atribuída à distinção entre as funções S, A, O. As línguas apresentam maneiras distintas para codificar essas funções. Sendo assim, os casos morfológicos podem ser marcados por mecanismo de flexão, outras línguas marcam por partículas e adposições (preposições ou posposições).

(25a) Caso morfológico de flexão na sintaxe ergativa

kuhi	te	ikre	∅	to=	katʃɜr
fogo	ERG	casa	ABS	CAUS=	queimar
'o fogo queimou a casa'					

(25b)

i-te	a-pupun
1-ERG	2.ver
'eu vi você'	

(Alves, 2004, p.108)

Em (25), o SN que desempenha a função S (sujeito intransitivo) e O (objeto da transitiva) são marcados com o mesmo sufixo ∅ (não marcado), enquanto que a função A (sujeito transitivo) marca o ergativo com a partícula ergativa te.

Nas línguas nominativo-acusativas, o nominativo e o acusativo são marcados de formas distintas. No sentido, de que não há uma distinção entre marcas de sujeitos de orações transitivas e intransitivas, ou seja, o sujeito de (A) é marcado da mesma maneira que (S) e diferente do objeto (O). Assim, é atribuída ao nominativo a função de sujeito e ao acusativo a função de objeto.

(26) Caso morfológico de flexão na sintaxe acusativa no latim;

A	O	
a. Domin-us	serv-os	lauda-t.
senhor-SgNOM	servo-Pl. Acc	elogiar-3sgS/A
‘O senhor elogia os servos’		

S	
b. Domin-us	curri-t.
senhor-Sg. Nom.	executar-3sgS/A
‘O senhor é executado’	

(ZÚÑIGA, 2006, p. 8 citado por CARDOSO, 2005)

O latim é uma língua nominativo-acusativa e a sua organização sintática se dá a partir de casos morfológicos. Assim, as funções S e A do SN são tratadas da mesma maneira no caso nominativo, representadas pelo morfema {-us}, que é o caso não marcado. O acusativo é o caso marcado pelo sufixo de 3ª pessoa do plural.

### 3.1.1.2 Estabelecimento da concordância

As relações entre os elementos que compõem a estrutura básica oracional são, geralmente, estabelecidas por cruzamento de referência ou concordância. Assim, Andrews (2007) diz que o cruzamento de referência (em inglês – *Cross-referencing*) são as várias propriedades gramaticais de um SN (como a classe de substantivo-gênero, número, pessoa ou caso) registradas numa classe de palavra que estabelece alguma relação sintática específica com o SN.

Nesse sentido, o estabelecimento da concordância não é restrito a línguas flexionais em que se compartilham morfemas (como visto no português em 2.4.2). Sobretudo, a concordância de um SN não ocorre somente em caso nominativo, mas também em casos como ergativo, absolutivo e dativo, como na língua Warlpiri. A seguir sentenças em Warlpiri que podem indicar posição de constituintes como em (27) e a concordância de SNs absolutivo e ergativo como em (28).

(27) a. Wita kurdu-ngku **ka** maliki wajili-pi-nyi  
 small child-**Erg** **pres** dog (**Abs**) running-attack-Nonpast

‘The small child is chasing the dog’  
 ‘A criança pequena está seguindo o cachorro’

b. Wita **ka** kurdu-ngku maliki wajili-pi-nyi  
 small (**Abs**) **pres** child-**Erg** dog (**Abs**) running-attack-Nonpast

‘The child is chasing the small dog’  
 ‘A criança está seguindo o pequeno cachorro’

(28) Nya-nyi ka-**rna-palangu** wawirri-jarra (ngajulu-rlu)  
 see-Nonpast Pres-1sg(Subj)-3du(obj) kangaroo-du (**Abs**) (1sg-**Erg**)

‘I see two kangaroos’  
 ‘Eu vi dois cangurus’

(ANDREWS, 2007, p. 145)

A posição de *ka* após *Wita kurdu-ngku* em (27a) indica que estas duas palavras formam um constituinte, e que, por conseguinte, elas são tidas como conjunto como um SN apesar da diferença de terminações. Em (27b), *ka* aparece entre *Wita* e *kurdu-ngku*, essas duas palavras não formam um constituinte, de modo que *Wita* tem de ser interpretada com *Maliki*, sendo atribuída à frase outro sentido.

Em (27a,b) a terceira pessoa do singular dos SNs ergativos e absolutivos não recebe nenhuma marcação. Em (28), o clítico *rna* é aqui o cruzamento de uma primeira pessoa singular e *palangu* é um dual de terceira pessoa. Os SNs dual ou plural recebem marcadores não-nulos. Assim, *rna* também seria usado para concordar com uma referência sujeito da intransitiva (S), enquanto um clítico diferente seria usado para objeto (P). O sistema de concordância em Warlpiri é sensível a sujeitos e objetos, e fornece algumas evidências de que os mesmos estão presentes, apesar da marcação de caso.

Swahili é uma língua do grupo bantu do Níger-Congo, é nominativo-acusativa e apresenta uma concordância e possui marcas de S e O expressas no verbo.

(29) a. **tu-** li-anguka  
 ‘**nós** caímos’

b. **m-** li-anguka  
 ‘**vocês** caíram’

c. **m-** li-**tu**-ona  
 ‘**vocês nos** viram’

d. **tu-** li-wa-ona  
 ‘**nós** vimos **vocês**’

(DIXON, 1994, p.42-43)

Em (29), Dixon (1994) apresenta um paradigma flexional da língua Swahili, em que se pode observar que todas as flexões pronominais estão no plural e que {tu} é a referência cruzada entre A, S, O.

Segundo Dixon (1994), a marcação de referência cruzada mostra a correferência entre as funções A, S, O com os núcleos dos SNs. Em línguas com referência apenas parcial há um sistema nominativo (não-marcado) e acusativo (marcado). O autor toma o termo não-marcado como sendo aquele que tem alguma realização de correferência, ao contrário da situação com flexão de caso, em que o termo não-marcado tende para a realização do morfema zero.

Segundo Cardoso (2005), “as diferenças entre os dois tipos de mecanismos gramaticais de marcação de caso – a morfologia de flexão de caso e a referência cruzada – pode ser entendidas pela discrepância no reconhecimento dos constituintes de marcação”.

### 3.1.1.3 Ordem de palavras

Greenberg (1963), numa perspectiva tipológica, identificou sistematicamente os padrões de ordem de palavra com base numa amostra de trinta línguas e descobriu certas correlações entre o aparecimento de distintas proposições e a ordem de palavra. Tal identificação se reflete na posição que o sujeito irá ocupar na sentença e, portanto, leva à conclusão de que a ordem canônica SVO do Português Brasileiro, por exemplo, pode apresentar variações e, por questões discursivas, o preenchimento do sujeito é um fenômeno intrinsecamente ligado à ordem das palavras na cadeia discursiva.

## 3.2 UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SUJEITO NA PERSPECTIVA TIPOLOGICA

As línguas possuem estruturas que são fundamentadas na organização argumental, conforme já apresentado anteriormente, e segundo demonstram estudos de abordagem tipológica, essa estrutura tem maneiras diversas de se apresentar, uma vez que a

universalidade das línguas naturais dispõe de mecanismos distintos para a representação de suas gramáticas e, conseqüentemente, das funções gramaticais, logo, da função sujeito.

A definição da função sujeito está relacionada à transitividade e ao reconhecimento de funções gramaticais básicas expressas por A (sujeito da oração transitiva), S (sujeito da oração intransitiva) e P<sup>21</sup> (objeto da oração transitiva), sendo que A e S expressam função sujeito de maneiras distintas (cf. ANDREWS, 2007).

Andrews (2007) afirma que as relações estruturais, que poderiam ser consideradas estruturas primitivas, desempenham um papel importante no funcionamento dos princípios gramaticais, mas são muitas vezes abstratos em relação à codificação de características ou propriedades semânticas e pragmáticas. Por outro lado, a relação gramatical é mais comumente encontrada e melhor evidenciada na identificação das funções gramaticais.

Desse modo, Andrews (2007) concebe a função sujeito como uma relação gramatical, visto que deve funcionar como um elemento importante em muitos fenômenos gramaticais da língua, de modo que parece ser plausível reconhecê-la como uma estrutura primária. Ele estabelece a existência do sujeito a partir das evidentes características de codificação em cláusulas principais ou básicas, e uma variedade de fenômenos mais complexos, como 'sujeito elíptico', e codificação de recursos em orações subordinadas. Isso sugere que, em propriedades mais abstratas, por vezes, pode haver um sujeito ou não, enquanto que nas sentenças mais simples, o sujeito é mais recorrente.

Dixon (1994, p. 112) afirma que o sujeito é uma categoria universal, não absoluto, uma vez que não é uma categoria fundamental em todas as línguas naturais, mas possui um papel importante na gramática de cada língua. Ela é realizada sintaticamente com base na marcação, seja no acusativo, ergativo ou qualquer mistura dos dois. O sujeito é concebido como funções nos tipos de oração intransitiva e transitiva; e efetivamente envolve um agrupamento de S e A, fora das relações semântico-sintáticas básicas, S, A e O – um agrupamento feito inteiramente por motivos semânticos. Tal agrupamento é considerado núcleo de categorias universais.

A respeito da relação sujeito e morfologia flexional, Givón (1979), ao tratar do processo de sintatização, diz que a língua perde transparência na mensagem enquanto ganha velocidade de processamento, e nesse processo há ganhos e perdas, e, por isso, o surgimento da morfologia compensa essas perdas acrescentando a codificação na construção.

---

<sup>21</sup> Existem autores que atribuem a letra O para se referir a essa mesma função, como Dixon (1994).

A seguir, apresentamos um breve recorte histórico do sistema sintático das línguas românicas, bem como a função sujeito nas línguas românicas e, posteriormente a função sujeito nas línguas não românicas e indígenas.

### 3.3 UM BREVE RECORTE DA ORIGEM DO SISTEMA SINTÁTICO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

As línguas românicas derivam das modalidades de latim circulantes nos tempos áureos de Roma. O latim vulgar era a língua de interação popular e era constituído de vários dialetos enquanto que, o latim clássico ou literário era usado como língua da cultura, da Igreja e da diplomacia.

A formação das línguas românicas está estritamente ligada à variação e às mudanças do latim clássico para o latim vulgar. Na sintaxe, essa variação incrementou mudanças significativas para o sistema gramatical das línguas românicas. No português, por exemplo, as mudanças ocorreram, mais precisamente, na colocação de constituintes da sentença, regência e na concordância, bem como na eliminação do caso, mudança que refletiu nas categorias gramaticais e, conseqüentemente, na constituição da função sujeito.

Segundo Ilari (1992, p. 108), a principal característica do latim vulgar com relação ao latim clássico é a sua analiticidade: a perda dos casos fez que surgisse outro mecanismo para indicar as funções sintáticas, como a ordem de palavras, que se tornou mais fixa e importante na identificação de expressões nominais da oração; a especificação do sujeito e do objeto direto; o uso de preposições se fixou como indicadores de complementos indiretos e das circunstâncias.

Esse processo de mudança (latim clássico > latim vulgar > línguas românicas) interferiu diretamente na constituição do sistema de concordância, de maneira que o estabelecimento da ‘concordância *ad sensum*’, em que há a concordância do verbo no plural com o sujeito coletivo, permeia todo esse processo.

A concordância no latim vulgar não se limitava somente à relação de traços, mas a fatos de co-ocorrência (uma sentença conduzia ao estabelecimento de outra), como é o caso do uso do *suus*. Segundo Ilari (1992, p. 109), “o mais importante é talvez a extensão do uso do *suus*: a língua clássica usava *suus* para indicar co-referência com o sujeito da oração, em oposição aos genitivos de *is* e *ipse*, que eram utilizados para indicar referência distinta”.

Depois de um período de propagação do “latim vulgar”, iniciou-se a sua dialeção, influenciada por vários fatores. Sendo assim, nessa dialeção, a sintaxe foi influenciada pelo latim clássico, como aponta Ilari (1992). Houve uma reação contrária ao estabelecimento da concordância com ‘*ad sensum*’. Assim, como na concordância do adjetivo com o substantivo mais próximo numa série de dois, a anteposição do numeral ordinal e a posposição do numeral cardinal (por exemplo, em português, sexta página vs página seis); a anteposição do adjetivo ao substantivo que qualifica, atribuindo-lhe um sentido moral (por exemplo, grande homem vs homem grande).

Tais exemplos auxiliam na compreensão das manifestações sintáticas das línguas românicas, que mais convergem. As línguas românicas são predominantemente flexionais ou flexivas, e por razões diversas possuem formas muito semelhantes de estabelecer a função sujeito.

As línguas flexionais podem ser analíticas, sintéticas ou polissintéticas. A morfologia flexional é uma característica predominante das línguas flexionais. Nelas as informações expressas por flexão são realizadas por meio de morfemas variáveis.

As semelhanças entre as línguas descendentes do latim, as línguas românicas, podem ser decorrentes da formação histórica, bem como de todo o dinamismo inerente às línguas naturais.

### 3.3.1 A função sujeito nas línguas românicas

As línguas românicas apresentam estruturas sintáticas bem semelhantes entre si. Elas possuem o caso nominativo-acusativo, o que de certa maneira contribui para ser analisadas pelo mesmo viés tipológico.

Os sujeitos pronominais na literatura do latim clássico eram enfáticos e passaram a ser facultativos no latim vulgar. O uso facultativo do sujeito pronominal enfático desencadeou em algumas línguas românicas a obrigatoriedade do pronome sujeito, como no francês, e, em outras línguas a sua omissão, como no português (ILARI, 1992). Esse processo diacrônico corresponde a uma mudança nas línguas descendentes do latim, mas não o caracteriza como responsável pelo preenchimento ou não do sujeito nas demais línguas.

Línguas românicas como português, espanhol, francês e italiano, alvo deste estudo, compartilham aspectos sintáticos que identificam a função sujeito, a partir da marcação de caso nominativo-acusativo, o estabelecimento da concordância do sujeito com o verbo, a

representação do sujeito pronominal, o preenchimento do sujeito etc., assim como a projeção dessa função nos níveis semântico e pragmático.

Os dados apresentados, a seguir, dizem respeito à função sujeito em algumas línguas românicas.

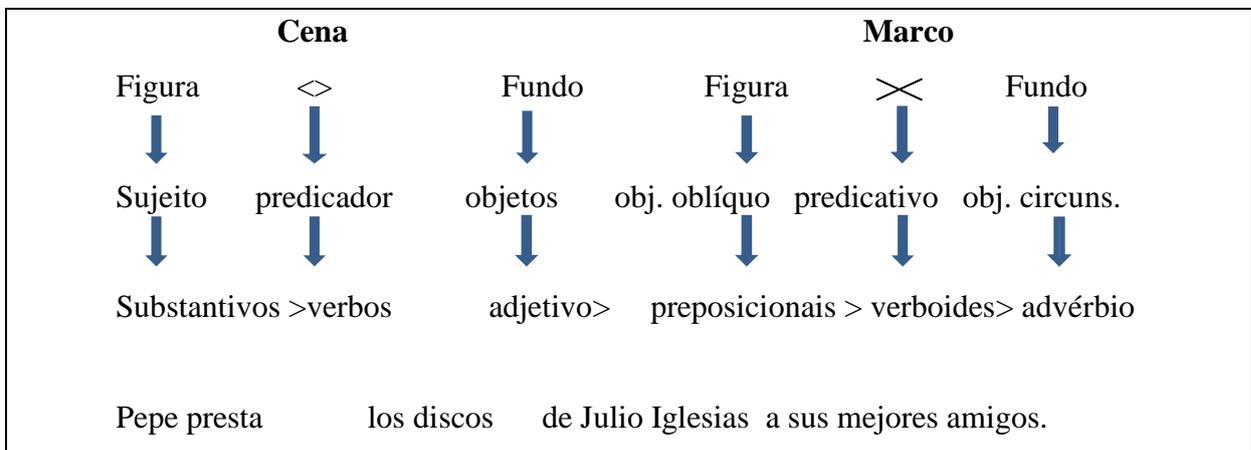
### 3.3.1.1 Língua espanhola

García (1996) aborda a gramática espanhola (Ibérica) numa visão informacional, ou seja, da perspectiva do esquema gestáltico, no qual toda oração verbaliza uma cena do mundo. O esquema gestáltico parte da percepção, capaz de dar forma a uma projeção do mundo mediante a qual conceptualizamos a realidade.

Em Espanhol, a estrutura argumental está representada numa sentença com sujeito e predicado na qual o verbo é prototipicamente o predicador e seleciona os argumentos.

Segundo García (1996), as funções e categorias estão dispostas na língua espanhola da seguinte forma:

**Figura 05. Cena discursiva.**



Fonte: García (1996, p. 119).

Na Figura 05, o autor esquematiza uma cena discursiva dividida em dois momentos: a cena e o marco. Ambos separados por fronteiras que são os símbolos que indicam o predicador da cena e o predicativo do marco. Assim, na primeira linha horizontal nota-se a figura e o fundo da cena, que compõem os elementos obrigatórios da sentença e, na sequência, a figura e o fundo do marco, que compõem os elementos secundários. Na segunda linha estão as funções e na linha abaixo as categoriais gramaticais que compõem a sentença.

García (1996, p. 122) afirma que a função sujeito se constitui como papel primário, tradicionalmente, e se define por três níveis: a ligação (da subordinação entre os elementos da sentença, que tem relação com a valência, com a centralidade do verbo, com a seleção de argumentos); a concordância; e as relações temáticas.

No espanhol, quando é atribuída ao substantivo a função sujeito, não poderão coocorrer índices da função sujeito, como um pronome pessoal, mecanismo aceitável em línguas de tópico-sujeito, por exemplo.

- (30) a. *María vino.*  
 b. \**Maria ella vino.*

(GARCÍA, 1996, p. 126)

O sujeito também pode aparecer incorporado no predicador como um morfema de primeira pessoa do plural, expresso pelo alomorfe {-**mos**}, assim não há necessidade de preencher a fronteira lexical.

- (31) a. *Ayer [0] llegamos tarde alcine.*  
 b. *Ayer **mis primos** y **yo** llegamos tarde al cine.*

(GARCÍA, 1996, p. 125)

As sentenças (31a, b) mostram a possibilidade de elipse da função sujeito em espanhol, semelhante ao que ocorre em português e diferente do francês. A cena descrita favorece uma discussão sobre a regência do sujeito à flexão verbal, pois, nem sempre o sujeito de uma sentença estabelecerá concordância com o verbo, e, conseqüentemente, não será possível identificar o sujeito pelo morfema de flexão.

De modo geral, a língua espanhola compartilha aspectos morfossintáticos com a língua portuguesa, por ser flexional, e a função sujeito, quando omitida, poderá ser identificada pela morfologia de flexão ou pelo contexto pragmático.

O Espanhol marca o caso nominativo-acusativo, pressupondo-se uma língua em que a função sujeito é desempenhada por SN, caracterizando, uma língua de sintaxe acusativa. É também uma língua predominantemente flexional, mas apresenta algumas incorporações do sujeito, como em *casa de tócame Roque*<sup>22</sup>, por exemplo, assim como o sujeito pode ser identificado pela desinência verbal.

<sup>22</sup> É uma expressão idiomática, que equivale à “Casa da mãe Joana” em português (tradução nossa).

Prototipicamente, na língua espanhola o sujeito é concebido como agente, como tema e o elemento que concorda com o verbo. Com base na análise de García (1996), a língua espanhola apresenta sentenças não prototípicas que contradizem todos esses critérios que classificam o sujeito. Nota-se que, como na maioria dos trabalhos sobre o português, para o espanhol também não há uma separação dos critérios de análise a partir dos níveis sintático, semântico e pragmático para a classificação do sujeito. García (1996) questiona as sentenças prototípicas denominando-as como fotos retocadas em estúdio, artificiais que nunca representam o discurso cotidiano.

Quanto às sentenças não prototípicas como em: *ha salido el sol*<sup>23</sup> (não é tema), *Marí la oigo chillar desde aquí*<sup>24</sup> (não estabelece concordância), *mi prima se ha dormindo*<sup>25</sup> (não é agente), García (1996) as aponta como sentenças reais em que o sujeito não se comporta como o prototípico, contrariando, assim os principais critérios de identificação.

Portanto, os critérios de identificação e classificação da função sujeito geram confusões epistemológicas, uma vez que tema é uma função informacional, concordância é uma propriedade gramatical não rígida<sup>26</sup> e agente é uma função semântica. O sujeito é uma função sintática que pode se relacionar com outros níveis linguísticos. Essa discussão é visível quando García (1996) apresenta os “sujeitos piores”, ou seja, os que não são prototípicos e ocorrem no cenário do discurso natural.

### 3.3.1.2 Língua francesa

No francês, a atribuição prototípica do sujeito se dá em relação ao verbo na estrutura oracional, ou seja, o sujeito aparece antecedido ao verbo e estabelece concordância.

No entanto, a função sujeito no francês pode distinguir-se de outras línguas românicas, por se manifestar de diversas maneiras, inclusive a sua posposição ao verbo num contexto específico de comunicação. Considerada uma língua de sujeito pleno, a realização da função sujeito será sempre preenchida, como no inglês.

Pilati (2004), numa perspectiva gerativista, que, em geral, busca justificar a variedade das línguas através da fixação de parâmetros, apresenta dados do francês. Pollock (2000 citado por PILATI, 2004) apresenta três tipos de orações com sujeito pós-verbal, que definem

<sup>23</sup> “Saiu o sol” (tradução nossa).

<sup>24</sup> “Daqui ouço Maria gritar” (tradução nossa).

<sup>25</sup> “Minha prima dormiu” (tradução nossa).

<sup>26</sup> A concordância é um critério gramatical, mas que nem sempre será um critério relevante na identificação da função sujeito, uma vez que dependerá de outros critérios como: o tipo de verbo e o contexto pragmático-discursivo.

as realizações da função sujeito, como: (i) *Inversão do sujeito clítico*: quando o sujeito assume a forma de pronome clítico (32a), (ii) *inversão complexa*: quando um sujeito na posição pré-verbal e um clítico que é correferente ao sujeito ocupam a posição pós-verbal e (32b), (iii) *inversão estilística*: quando há na oração um sujeito acompanhado de um determinante, na posição pós-verbal (32c).

(32) a. Quand va-t-**il** téléphoner?  
‘Quando ele/o vai telefonar?’

b. Quand **cet homme** va-t-**il** téléphoner?  
‘Quando este homem ele vai telefonar?’

c. Quand va-téléphoner **cet homme**?  
‘Quando vai chamar este homem?’

(POLLOCK, 2000 citado por PILATI, 2004, p. 8)

A inversão do sujeito clítico e a inversão complexa, segundo os autores, são iguais e se diferenciam da inversão estilística. A posição do sujeito numa sentença com inversão estilística será sempre a posição mais à direita da oração (32c). Já os sujeitos em sentenças com *inversão do sujeito clítico* e *inversão complexa* ocupam sempre a posição do verbo flexionado da oração e, ainda, elas ocorrem em contextos sintáticos distintos como em (32a, 32b).

As orações com inversão estilística não ocorrem em perguntas que levam a resposta sim/não (33a), já orações com *inversão do sujeito clítico* e *inversão complexa* podem ocorrer (33b, c):

(33) a. \*Va téléphoner **cet homme**?  
b. Va-t-**il** téléphoner?  
c. **Cet homme** va-t-**il** téléphoner?

(POLLOCK, 2000 citado por PILATI, 2004, p. 9)

As orações com *inversão estilística* podem ocorrer em orações encaixadas (34a), orações com *inversão do sujeito clítico* e a *inversão complexa* não podem (34b, c):

(34) a. Je ne sais pas quand va téléphoner **cet homme**.  
b. \*Je ne sais pas quand va-t-**il** téléphoner.  
c. \*Je ne sais pas quand **Yves** va-t-**il** téléphoner.

(POLLOCK, 2000 citado por PILATI, 2004, p. 9)

As inversões do sujeito na língua francesa, seguindo Kayne e Pollock (2001), citado por Pilati (2004), ocorrem nos seguintes contextos: em orações interrogativas, relativas, exclamativas, clivadas e em orações encaixadas complementos de verbo no subjuntivo.

Pollock (2001), citado por Pilati (2004), apresenta os contextos em que sentenças com a inversão estilística não são licenciadas, tais como: certos tipos de sujeitos com elementos pronominais (35 a), com pronomes fortes que não sejam de 3ª pessoa (35b, c) e os sujeitos indefinidos (35d):

- (35) a. \*Qu'a mangé il?  
'O que comeu ele?'
- b. Qu'a mangé LUI?  
'O que comeu ele? '
- c. \*Qu'as mangé TOI?  
'O que comeste tu?'
- d. ??Qu'a mangé quelqu'un?  
'O que comeu alguém?'

(POLLOCK, 2000 citado por PILATI, 2004, p. 10)

Em predicado da oração se for uma expressão idiomática:

- (36) a. Depuis quelle heure ont faim les enfants?  
'Depois de que hora tiveram fome as crianças'
- b. À quelle pièce donne accès cette clé?  
'A que porta dá acesso aquela chave?'

(POLLOCK, 2000 citado por PILATI, 2004, p. 10)

As orações serão agramaticais se forem expressas sem o elemento *qu-* à esquerda:

- (37) a. \*A téléphoné ton ami.  
'Telefonou seu amigo.'
- b. \*J'ignore si a téléphoné ton ami  
'Eu não sei se telefonou seu amigo.'

(POLLOCK, 2000 citado por PILATI, 2004, p. 11)

O francês se classifica, como língua descendente do latim, como uma língua nominativo-acusativa, de sintaxe acusativa. Verifica-se que a ordem do sujeito, nas sentenças

apresentadas, depende de diferentes situações gramaticais, visto que o sujeito pós-verbal ocorre em contextos específicos.

A realização da função sujeito dá-se sempre por um SN. Entretanto, quanto aos sujeitos pronominais, como foi mostrado em (35 a-d), há uma distinção entre o uso dos pronomes pessoais e clíticos, não sendo, portanto, usados aleatoriamente, o que impossibilita a posposição de um sujeito pronominal de 3ª pessoa.

A língua francesa é uma língua prototipicamente flexional e, portanto, pode estabelecer concordância com o verbo, mas, por ser uma língua de sujeito pleno, tende a não ser possível a recuperação do sujeito pela desinência da flexão verbal.

### 3.3.1.3 Língua italiana

O italiano é uma língua predominantemente de sujeito-nulo, ou seja, licencia a ordem VS, nas orações declarativas. É uma língua de sintaxe acusativa, ou seja, possui como marcação de caso o nominativo-acusativo.

A realização prototípica do sujeito em italiano é também antecedida ao verbo, estabelece concordância, e pode ser representada por um substantivo pronominal.

Belletti (1999) diz que o italiano apresenta algumas sentenças em que a ordem dos constituintes pode ser alterada se se considera a entonação e a presença de advérbios como *completamente*, *bene*. Assim, a autora propõe a seguinte análise sobre a posição da função sujeito:

(38) Os sujeitos pospostos ao verbo podem vir depois de alguns advérbios mais baixos:

- a ?Capirà completamente Maria  
will understand completely Maria
- b ?Capirà bene Maria  
will understand well Maria
- c Capirà tutto Maria  
will understand everything Maria

(39) mas não podem ocorrer acima deles.

- a \*Capirà Maria completamente  
will understand Maria completely
- b \*Capirà Maria bene  
will understand Maria well
- c \*Capirà Maria tutto  
will understand Maria everything

(BELLETTI, 1999, p. 2)

As orações declarativas no italiano apresentam sujeitos pós-verbais em posições funcionais baixas<sup>27</sup>. Segundo Belletti (1999), isso ocorre devido a um tipo de advérbio que ocupa a posição de Spec das projeções funcionais mais baixas na oração.

Belletti (1999) afirma que, em italiano, o sujeito em VS recebe sempre interpretação de informação nova e, por isso, a focalização exerce o papel principal no licenciamento de sujeitos pós-verbais.

Sentenças que apresentam o sujeito VS com focalização poderão atribuir a interpretação de tópico como a informação “velha” e o foco como a informação “nova”:

- (40)
- a Chi è partito / ha parlato ?  
 who has left/has spoken
- b E' partito / ha parlato Gianni  
 has left/has spoken Gianni
- c #Gianni è partito / ha parlato  
 Gianni has left/has spoken
- a. ‘Quem deixou/ tem falado?’  
 b. ‘Deixou/ falou Gianni’  
 c. ‘Gianni deixou/ falou’

(BELLETTI, 1999, p. 3)

Belletti (1999) apresenta três contextos de licenciamento da ordem VOS: respostas à pergunta Qu-, narrações concomitantes e orações com acento contrastivo no sujeito, que apresentam predicados com uma informação dada ou previsível no contexto.

O italiano possui uma organização sintática semelhante às línguas espanhola e francesa, que compartilham o mesmo tipo de marcação morfológica e flexional. No entanto, pode-se observar que elas apresentam algumas divergências referentes à ordem de palavra e que inclui as várias manifestações sutis da função sujeito.

### 3.4 A MANIFESTAÇÃO DO SUJEITO EM ALGUMAS LÍNGUAS NÃO ROMÂNICAS

As línguas podem apresentar diferenças dependendo da sua natureza sintática e de sua origem e, por isso, a identificação da função sujeito como universal pode ficar comprometida.

<sup>27</sup> De acordo com Cinque (1998, citado por BELLETTI, 1999), esses advérbios ocupam Specs das projeções funcionais mais baixas nas sentenças declarativas, o que indica uma forte preferência para a ordem V Adv S sobre a alternativa VS Adv.

Para o mapeamento dessa função, é indispensável a distinção entre as línguas de marcação nominativo-acusativas e ergativo-absolutivas no tratamento dos dados de uma determinada língua.

Segundo Dixon (1994), há uma confusão quanto à identificação do sujeito em línguas ergativas. Isso devido, simplesmente, ao fato de a teoria linguística ter evoluído no contexto das línguas da Europa, que são predominantemente acusativas em todos os níveis. Nas línguas desse tipo, certas propriedades semânticas e gramaticais coincidem para dar sentido à definição da função sujeito.

Para as línguas ergativas, segundo Dixon (1994), os critérios semânticos e gramaticais não coincidem. Ao analisar a noção de sujeito em tais línguas, deve-se decidir qual dos dois tipos prevalece, ou é predominante. Alguns linguistas empregam o critério semântico para definir o sujeito nas línguas ergativas, mas encontram dificuldades em explicar outros processos gramaticais em termos semânticos.

Keenan (1976 citado por GARCÍA, 1996, p. 122), numa abordagem tipológico-funcional, classifica o sujeito prototípico com base em três propriedades principais: (i) *propriedades de codificação* (o sujeito está em caso não marcado; se só há um (SN) que induz a concordância com o verbo, será o sujeito); (ii) *propriedade de comportamento* (os comportamentos sintáticos são válidos para as outras funções que se aplicam também ao sujeito, mas existem comportamentos, como a supressão do (SN) equivalente a orações coordenadas, que só se aplicam ao sujeito); (iii) *propriedades semânticas* (o (SN) sujeito não pode se elidir sem ser recuperado pelo contexto).

Dixon (1994, p. 112) cita alguns estudos que definem o sujeito nas línguas ergativas, como o de Trubetzkoy (1939), para quem, se O (objeto) receber o mesmo caso marcado de S (sujeito intransitivo), então ele deve ser sujeito. Keenan (1976) citado Dixon (1994) seguiu uma linha semelhante de argumentação em tomar o SN absoluto como sujeito, em Dyirbal, por exemplo, em que {∅} caso não marcado, é obrigatório, e é o pivô para a maioria das operações sintáticas, mas o sujeito se relaciona às funções S e O, e não às funções S e A. É o que mostram os dados da língua Dyirbal (Austrália):

- (41) a.  $\eta$ uma-∅                      banaga-n<sup>v</sup> u  
       Pai- Abs.                      voltar-não-futuro  
       ‘O pai voltou’
- b.  $\eta$ uma-∅      yabu-<sup>3</sup>gu      bura-n  
       pai-Abs.        mãe-Erg.        Ver-não-futuro  
       ‘A mãe viu o pai’

(DIXON, 1994, p. 10)

Em (41), o sujeito (S) e o objeto (O) são marcados da mesma maneira e diferente do sujeito (A). Na estrutura intransitiva (41a),  $\varnothing$  marca o SN absoluto, que desempenha a função sujeito na sentença. Por outro lado, na estrutura transitiva (41 b),  $\varnothing$  marca o SN absoluto, mas é o ergativo que desempenha a função sujeito na sentença.

Essa discussão faz-se necessária, por serem expostos a seguir dados descritivos de línguas que, diferentemente das românicas, são línguas que marcam o caso morfológico de diferentes maneiras. Apresentaremos, a seguir, línguas não românicas e línguas indígenas brasileiras.

#### 3.4.1 A função sujeito no inglês

Andrews (2007) parte das relações gramaticais para distinguir as categorias sintáticas que compõem uma sentença. O autor afirma que as relações estruturais desempenham um papel importante para a determinação de princípios gramaticais, mas que são muitas vezes abstratas em relação à codificação de características ou das propriedades semânticas e pragmáticas, ou ambas.

A estrutura argumental básica, nessa abordagem, é deixada em segundo plano, visto que Andrews (2007) considera a codificação abstrata e prefere analisar a língua a partir das relações gramaticais sem previamente rotulá-las. Entretanto, ele parte de uma organização esquemática dos princípios de interpretação considerando os papéis temáticos e a função pragmática, organizando os princípios da estrutura gramatical que determinam a distribuição de funções gramaticais e como eles são expressos por codificação de funcionalidades; com base na estrutura gramatical, princípios de interpretação semântica determinam a atribuição de papéis semânticos, funções pragmáticas e outros aspectos (cf. ANDREWS, 2007). A função sujeito é, portanto, envolvida nestas restrições na forma de frases, é estabelecida pelas relações gramaticais.

O inglês é uma língua de caso nominativo-acusativo, sendo tipologicamente denominada flexional. É considerada uma língua de sujeito pleno, ou seja, não licencia o sujeito nulo. Desse modo, não é possível identificar o sujeito pela desinência da morfologia flexional.

Andrews (2007) apresenta os resultados de alguns trabalhos sobre a omissão do sujeito no inglês que se contrapõem às postulações da abordagem gerativa quanto ao licenciamento do *Parâmetro do Sujeito Nulo* e sua marcação. Tais contradições se realizam uma vez que Andrews (2007) afirma que no inglês admite-se o sujeito nulo em algumas expressões (*While* + gerúndio). Destacam-se ainda as propriedades para identificação da função sujeito. Ele cita como exemplo as sentenças adverbiais inseridas pela conjunção *While* para mostrar que há possibilidade de uma elipse do sujeito no inglês.

- (42) a. The student watched the guard while he killed the prisoner.  
 b. The student watched the guard while killing the prisoner.

(ANDREWS, 2007, p. 169)

Assim, em (42a), *while* é seguido por uma estrutura simples com um sujeito e um verbo pleno, enquanto que em (42b) o sujeito é omitido e o verbo toma a forma de gerúndio (*-ing*) em que não se aplica a concordância. Portanto, Andrews (2007) afirma que é possível a omissão do sujeito nessas construções, e conclui que, quando o verbo é pleno, o sujeito é incluído, e quando o verbo está na forma gerúndio é omitido.

Em Inglês, geralmente, os SNs não são livremente omitidos. Por isso, a possibilidade de omissão na construção *while+gerúndio* é suficiente para argumentar sobre uma relação gramatical, diferentemente do que ocorre em Warlpiri ou outras línguas em que a omissão do SN é generalizada e, em alguns contextos, necessária. Além disso, não deve ser possível descrever a classe de SNs que podem ser omitidos em termos puramente semânticos.

Na análise de Andrews (2007), as línguas têm uma variedade de recursos de codificação nas sentenças simples que distinguem o sujeito da transitiva e o sujeito da intransitiva, bem como outras funções gramaticais.

Vejamos os dados do inglês em que o caso interfere na designação das funções gramaticais, tendo o nominativo (a função sujeito) e o acusativo (função de objeto):

- (43) a. He                   praises    them  
       **NOM. SG**       **SG. Acc.**  **Pl.**  
       ‘Ele o louva’

- b. He                   sleeps  
       **NOM. SG**       **SG.**  
       ‘Ele dorme’

(ANDREWS, 2007, p. 166)

Em inglês, os tipos de sujeito<sup>28</sup> (da oração transitiva e intransitiva) são vistos indistintamente, uma vez que não há ambiguidades, mas são funções gramaticais relacionadas. Segundo Andrews (2007), existem muitas línguas clássicas e também línguas modernas da família europeia que seguem esse padrão de evidência para a relação gramatical de sujeito, tendo como base: a ordem de palavra, a marcação de caso e a concordância.

Em línguas como o grego, por exemplo, sujeitos em sentenças principais comuns não ocupam uma posição definida, mas a função sujeito é, geralmente, estabelecida pelo caso nominativo e a concordância verbal.

### 3.4.2 A função sujeito na língua islandesa

A língua islandesa marca o caso nominativo-acusativo, mas também pode marcar o genitivo, dativo ou acusativo. Quanto à função sujeito, Andrews (2007) afirma que no islandês, o sujeito pode ser identificado pelas características de codificação, tais como: posição pré-verbal (em frases sem topicalização), caso nominativo, e concordância com o verbo:

- (44) a. Við                                      donsúð-um  
           We (**Nom.1Pl.**)                      danced-1Pl.  
           ‘We danced’  
           ‘Nós dançamos’
- b. Deir                                      drápu                                      hunda-na  
           they(**NOM.PI**)                      killed-3Pl                                      dogs-the(**Acc**)  
           ‘They killed the dogs’  
           ‘Eles mataram os cães’

(ANDREWS, 2007, p. 172)

Entretanto, os critérios de codificação apresentados acima não são fixos, uma vez que há grupo de verbos no islandês que levam um SN sujeito na posição pré-verbal, e revelam diferenças em outras características de codificação – o caso pode ser genitivo, dativo ou acusativo e não há concordância verbal.

- (45) a. Dá                                      vantar                                      peninga  
           Them (**Acc.PI**)                      lacks(3SG)                                      money(**Acc**)

<sup>28</sup> Como característico das línguas de sintaxe acusativa, em que S e A são marcados da mesma maneira e diferente de O.

‘They lack money’  
 ‘Eles não tem dinheiro’

b. Mér            líkar            vel            við            henni  
 me(**Dat**)   likes(3sg)   well   with   her (**Dat**)

‘I like her’  
 ‘Eu gosto dela’

(ANDREWS, 2007, p. 173)

O caso dativo, nessas sentenças, fornece evidências de que esses SNs não nominativos são sujeitos apesar da falta de recursos de codificação de caso nominativo e de concordância.

Há um número considerável de verbos que tomam complementos infinitivos introduzidos pelo complementador {ð} e que exigem um sujeito ausente, que é entendido como sujeito correferente da cláusula principal:

(46) a. Ég            vonast            til            að            sja’            hana  
 I(**Nom**)   hope   toward   to   see   her(**Acc**)

b. \*Ég            vonast            til            að            ég            sjá            hana  
 I(**Nom**)   hope   toward   to   I   see   her(**Acc**)

c. \*Ég            vonast            til            ég            að            sjá            hana  
 I(**NOM**)   hope   toward   I   to   see   her(**Acc**)

‘I hope to see her’  
 ‘Eu espero vê-la’

(ANDREWS, 2007, p. 173)

Este exemplo também ilustra que o processo se aplica a outros papéis semânticos além de agentes.

(47) Ég            vonast            til            að            vanta            ekki            peninga  
 I(**NOM**)   hope   towards   to   lack   not   money

‘I hope not to lack money’  
 ‘Eu espero não faltar dinheiro’

(ANDREWS, 2007, p. 173)

Apenas um sujeito, incluindo sujeitos oblíquos, pode controlar a elipse do sujeito de uma cláusula de coordenadas:

(48) Deim líkar maturinn og [s] borð amikið  
 Them(**Dat**) likes the food(**Nom**) and [they] eat a.lot

‘They like the food and eat a lot’  
 ‘Eles gostam dacomida e comem muito’

(ANDREWS, 2007, p. 174)

A língua islandesa, como mostram os dados, possui mecanismos distintos para manifestar a função sujeito. A identificação da função sujeito partiu do princípio das diversas possibilidades de sua omissão. Mesmo que predominantemente o islandês apresente maneiras prototípicas de identificar o sujeito, é apresentada pela sua estrutura a evidência de um sujeito que se estabelece pela relação gramatical e que é preciso verificar e separar os níveis linguísticos a fim de compreender tal função.

### 3.4.3 A função sujeito na língua Warlpiri

O Warlpiri, uma língua australiana de caso ergativo-absolutivo, estudada por Andrews (2007), mostra que a codificação de característica não é suficiente para identificar claramente as relações gramaticais, ou é inconsistente.

(49)a. Ngaju ka-rna-ngku nyuntu-ku wangka-mi  
 I(**Abs**) PRES-1SG(**Subj**)-2SG (**Obj**) you-**Dat** talk-nonpast

‘I am talking to you’  
 ‘Eu estou falando com você’

(ANDREWS, 2007, p. 167)

A sentença (49) ilustra um cruzamento de referência de um dativo, em que a forma dos marcadores não é diretamente determinada pelo SN referencial, mas parece ser estabelecida pela distinção entre sujeito e objeto nas relações gramaticais. Assim, o sujeito é usado para SNs de referência cruzada com a função de sujeito da oração transitiva ou sujeito da oração intransitiva, independentemente de ser caso ergativo ou absoluto.

(50) a. Ngaju ka-rna purla-mi  
 I (**Abs**) PRES-1SG (**Subj**) shout- NONPAST

‘I am shouting’  
 ‘Eu estou gritando’

- b. Nyuntu                    ka-npa                    purla-mi  
 you (SG.**Abs**)            PRES- 2 Sg (**Subj**)       shout- NONPAST  
 ‘you are shouting’  
 ‘Você está gritando’
- c. Ngajulu- rlu            ka-rna                    yankirri                wajilipi-nyi  
 I (**Erg**)                    PRES- 1SG (**Subj**)    emu (**Abs**)            chase- NONPAST  
 ‘I am chasing an emu’  
 ‘Eu estou perseguindo uma ema’

(ANDREWS, 2007, p. 167-168)

A propriedade mais comum de sujeito e, que é útil para identificá-lo, é a sua tendência para ser opcional ou obrigatoriamente omitido em vários tipos de construções gramaticais.

- (51) a. Ngajulu-rlu-rna        yankirri            pantu-rnu,            ngapa            nga-rninja-kurra  
 I-Erg-1SG(**Subj**)        emu(**ABS**)        spear-PAST        water(**Abs**)        drink-INF-while  
 ‘I speared the emu while it (not I) was drinking water’  
 ‘Eu espetei a ema enquanto ela (e não eu) estava bebendo água’

(ANDREWS, 2007, p. 171)

Os resultados dos estudos de Andrews (2007) suscitam uma questão muito relevante quanto à noção de sujeito e a atribuição de caso. Considerando que é também importante que esse fenômeno envolva uma variedade de papéis semânticos. Em muitas línguas, quando as cláusulas são conjugadas, é possível omitir um SN em uma sentença, se for correferencial, e se os SNs têm a mesma relação gramatical em suas respectivas orações, como se verifica no islandês.

A elipse de sujeito fornece evidências de que esses SNs não nominativos são sujeitos, mesmo não tendo as características de codificação de caso nominativo e concordância, aspectos prototípicos da função sujeito. Como foi apresentado nos estudos de Andrews (2007), há variações nas línguas naturais quanto à identificação da função sujeito relacionadas à marcação de caso.

### 3.5 A REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SUJEITO EM ALGUMAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

As línguas indígenas no território brasileiro apresentam uma variedade linguística muito significativa. Estudos (RODRIGUES, 1986, SEKI, 2000) apontam cerca de 180 línguas pertencentes a diferentes famílias e troncos linguísticos.

Seki (2000, p. 6) apresenta alguns aspectos linguísticos que distinguem a gramática de línguas indígenas em relação ao PB, como: (i) a língua Kamaiurá (Família Tupi-Guarani) em que se estabelece a distinção entre a 1ª pessoa do plural, que poderá ser inclusiva (nós incluindo o interlocutor) ou exclusiva (nós excluindo o interlocutor) e categoria de posse nos nomes, podendo ser alienável e inalienável<sup>29</sup>, que se diferenciam nos níveis pelo comportamento morfológico e sintático; (ii) a língua Ikpéng (Família Karib), em que os nomes possuídos são marcados com o sufixo de posse, enquanto que em outras línguas, como o Suyá (Família Jê), a posse alienável é marcada por prefixo; (iii) há línguas, como o Karajá (Família Macro-Jê), em que se distingue a fala masculina da fala feminina; (iv) outras variedades relacionadas ao ato comunicativo, quem fala e de quem se fala, bem como as diferentes ordens de constituintes.

As peculiaridades linguísticas das línguas indígenas brasileiras se manifestam em vários níveis linguísticos da organização gramatical, bem como representam uma riqueza cultural e linguística que instiga linguistas à sua investigação, a fim de propor ações para documentá-las e ajudar na sua conservação.

Em seguida, apresentaremos algumas considerações sobre a função sujeito nas línguas Apãniekrá (Macro-Jê); Akwê- Xerente (Jê); Avá-Canoeiro e Kamaiurá (Tupi-Guarani).

#### 3.5.1 A função sujeito na língua Canela Apãniekrá

A língua Canela Apãniekrá é falada pelos Timbira, grupo composto pelas comunidades Apãniekrá, Ramkokamekrá, Krahô, Parkatejê, Pykobyê, Krêjê e Krikatí, que se

---

<sup>29</sup> A categoria de posse se classifica, semanticamente, em: nomes inalienavelmente possuídos, que em sua forma normal vêm sempre acompanhados de prefixos relacionais; nomes alienavelmente possuídos que podem ocorrer ou não com prefixos relacionais; e os nomes não possuídos que não admitem prefixos relacionais. Ainda, a categoria de posse pode ser definida em duas principais subclasses de nomes: nomes inalienáveis e alienáveis. Os nomes inalienáveis se referem à relação de parentesco, termos relativos a partes do corpo humano, de animais, plantas e objetos estritamente ligados ao homem. Os nomes alienáveis referem-se a tipos de ferramenta, utensílio doméstico e armas (cf. SEKI, 2000, p. 54-55).

localizam na terra Indígena Porquinhos, município de Barra do Corda (MA), com estimativa de uma população de 458 indivíduos<sup>30</sup> (cf. ALVES, 2004).

Apãniekrá, pertencente à Família Macro-Jê, é uma língua predominantemente ergativo-absolutiva. O sistema de marcação de caso nas orações independentes do Apãniekrá, segundo Alves (2001a), está relacionado ao fator tempo que condiciona uma mistura dos sistemas ergativo e acusativo nas relações sintáticas das sentenças simples. No entanto, Alves (2001c) mostrou que, ainda que o sujeito dos verbos transitivos não venha marcado pela posposição *te*, a língua assume características do sistema ergativo. Uma análise mais detalhada do sistema de marcação de caso revelou que essa é uma língua ativo-estativa (ARAÚJO, 1989 citado por ALVES, 2004). Além desses, os sistemas nominativo-absolutivo, é condicionado pela ocorrência de operadores pós-verbais (aspectuais e modais), e ergativo-absolutivo, condicionado pela expressão do tempo passado simples, operam na língua Apãniekrá.

Alves (2004) argumenta que, em Apãniekrá a natureza semântica dos verbos intransitivos e transitivos orienta a marcação de caso do sujeito intransitivo e transitivo, ou seja, a marcação de caso orientada semanticamente não se restringe aos verbos intransitivos. Sendo assim, a autora acredita que a língua Apãniekrá não é predominantemente de estrutura ativa.

O estudo descritivo de Alves (2004) mostra as características sintáticas apresentadas exclusivamente pelo nome, que foram descritas e analisadas nos seguintes termos: (i) os nomes como núcleo do SN e/ou como objeto de posposição desempenham as funções gramaticais básicas (sujeito, objetos direto e indireto) e (ii) os nomes ocupam o SN à esquerda, enquanto os outros elementos são seus modificadores se posicionando à direita na sentença.

Há, ainda, verbos transitivos bivalentes, trivalentes e os verbos transitivos com o sujeito experienciador. Os verbos transitivos bivalentes possuem dois argumentos: o sujeito e o objeto direto. Já os trivalentes possuem três argumentos: o sujeito, o objeto direto e o objeto indireto, e os verbos transitivos com sujeito experienciador possuem dois argumentos básicos: sujeito no dativo e objeto direto. Todas essas relações gramaticais foram necessárias para a descrição dos dados, apresentados a seguir com o intuito de mapear a realização da função sujeito na língua Apãniekrá (Família Macro-Jê) com base nos estudos de Alves (2004).

---

<sup>30</sup> Dados da autora fornecidos pela Funai, Barra do Corda, 2000.

### 3.5.1.1 Ordem de palavra na língua Apãniekrá

A ordem de palavra numa oração simples (declarativas básicas) em Apãniekrá é OV consistentemente rígida. Contudo, é possível observar que existem várias ordens nessa língua, como mostrado no quadro a seguir. Tal variação ocorre em orações marcadas (clivadas, topicalizadas e interrogativas).

#### Quadro 03. Ordem de constituintes nucleares.

1ª posição	2ª posição	3ª posição	4ª posição	predicado	pós verbal
S	Tempo/aspecto ou itens de negação	Locativo e/ou instrumental	Benefactivo ou malefactivo	OV	operador

Fonte: Alves (2004).

Entre as exceções apresentadas quanto à posição dos constituintes, é interessante ressaltar as que se referem diretamente à realização da função sujeito, conforme Alves (2004, p. 93): (i) a ordem do sujeito, quando diz respeito a partículas de aspecto e clítico de negação, vai depender do tipo de sujeito, se expresso por um nominal ou por um pronome livre ou preso, e de qual (ou quais) partícula ocorre(m) na oração e; (ii) algumas partículas de aspecto (ramã, kormã) (53) e a negação expressa pela ocorrência do clítico *nẽ* (52) ocorrem mais produtivamente depois do sujeito, quando expresso por um nominal ou por um pronome livre. Já a partícula que expressa aspecto progressivo ocorre sempre depois do sujeito.

(52) sentença que expressa negação

ku nẽ apu pa-pahɜmnõ nare  
 1incl NEG PRG 1incl-namorar NEG  
 'nós não estamos namorando'

(53) sentença que expressa aspecto

ka kormã mẽ kɜhok kahit  
 2 ASP PL estudar  
 'vocês ainda estão estudando'

(ALVES, 2004, p. 94)

As partículas que expressam aspecto aparecem em primeira posição quando o sujeito de 3ª pessoa pronominal é {ɜ}, mas, prototipicamente, o sujeito ocupa a primeira posição na sentença.

### 3.5.1.2 Predicado nominal e algumas relações sintáticas

Os nomes em Apãniekrá desempenham tipicamente as funções gramaticais de sujeito, objeto direto e objeto indireto, e predicado nominal. Alves (2004) utiliza como critério o aspecto semântico para a definição do sujeito<sup>31</sup>. No nível semântico os “sujeitos” podem ser identificados como: agentes (com verbos ativos), pacientes (com verbos não ativos) ou experienciadores (geralmente verbos com “sujeito” no dativo).

Os dados a seguir exemplificam o predicado nominal e algumas situações gramaticais na língua Apãniekrá.

(54) Os nomes atuando como núcleos do SN ou como objeto de posposição que ocupam tipicamente as funções gramaticais de ‘sujeito’, ‘OD’, ‘OI’:

‘sujeito’	‘OD’	‘OI’		
<i>hũmrɛ</i>	<i>apu</i>	<i>ko</i>	<i>tɔ=m̃</i>	<i>rɔp wɛr</i>
homem	PRG	água	CAUS=ir	cachorroDIR
‘o homem está levando água para o cachorro’				

(ALVES, 2004, p. 49)

(55) Realização do sujeito gramatical no predicado nominal;

<i>ku</i>	<i>pe</i>	<i>paʔhi</i>
3	COP	cacique
‘ele é cacique’		

(ALVES, 2004, p. 49)

Os nomes podem também ocorrer como complementos de um sintagma posposicional:

(56 a)

<i>jañ</i>	<i>te</i>	<i>paʔh̃</i>	<i>ø</i>	<i>pupun</i>
Jañ	POSP(ERG)	Pahñ	(ABS)	ver
‘A Jañ viu a Pahñ’				

(56b)

<i>hũmrɛ</i>	<i>pe</i>	<i>pur</i>	<i>pok</i>
homem	POSP(MAL)	roça	queimar
‘A roça do homem queimou’			

(ALVES, 2004, p. 49)

<sup>31</sup> Alves (2004, p. 54) afirma que a função sujeito ainda não parece estar definida, mas que a partir do estudo das relações gramaticais desenvolvido posteriormente será possível definir a categoria de sujeito dessa língua.

Alves (2004) acredita que a relação desse sujeito com o verbo ativo determina a sua agentividade, uma vez que, quando o verbo é mais ativo, influencia no estabelecimento do sujeito responsável pela posição inicial, bem como o controle da ação.

(57) verbo mais ativo  
 pe ku katɔ  
 PD 1incl sair  
 'nós saímos'

(58) verbo mais ativo  
 ke ha mē apɔ  
 3 IRR PL comer  
 'eles vão comer'

(ALVES, 2004, p. 55)

Por outro lado, com verbos não-ativos, o sujeito será paciente. Tais verbos denotam estados, qualidades ou ações não-controladas, e apresentam um único argumento, subjacente (59, 60, 61) ou derivado (62 e 63), pela incorporação do objeto.

(59)  
 i-kakrɔ  
 1-estar.quente  
 'eu estou com febre'

(60)  
 a-tɛrtɛt  
 2-tremer  
 'você está tremendo'

(61)  
 paʔ-pəm  
 1incl-cair  
 'nós caímos'

(ALVES, 2004, p. 55)

(62)  
 ka ha =mē a-ɲ-ĩ= kuto  
 2 IRR =PL 2-PR-carne= emagrecer  
 'vocês vão emagrecer'

- (63)  
 pe wa i-ŋ-õ= j-ahĩ  
 PD 1 1-PR-comida=PR-vomitar  
 'eu vomitei'

(ALVES, 2004, p. 56)

Os verbos não-ativos na língua Apãniekrá podem ainda denotar sentimentos fisiológicos ou psicológicos e seus sujeitos serão marcados pelo dativo com a partícula **mã**:

- (64)  
 i-mã pa  
 1-DAT sentir.medo  
 'eu estou com medo'

- (65)  
 keha i-mã kri  
 FUT 1-DAT sentir.frio  
 'eu vou ficar com frio'

(ALVES, 2004, p. 56)

Em sentenças no passado simples, a construção ergativa pode ser estendida aos sujeitos ativos desses verbos. Assim, o sujeito agente é expresso por um pronome dependente prefixado ao verbo por um nominal ou prefixo pronominal seguido pela posposição de ergativo.

A morfologia ergativa não ocorre quando os sujeitos são semanticamente pacientes ou experienciadores, ou seja, quando estes não iniciam ou não têm controle sobre a ação.

- (66)  
 \*ku-te i-kre pĩn i?-pəm  
 3-ERG 1-casa LOC 3-cair  
 'ele caiu de cima da minha casa'

(ALVES, 2004, p. 61)

As orações no passado simples vão ter a morfologia ergativa que pode ser estendida aos sujeitos ativos desses verbos. O sujeito agente é expresso por um pronome dependente prefixado ao verbo, por um nominal ou prefixo pronominal seguido pela posposição de ergativo.

(67)  
 hūmre te karə kām iʔ-katōk  
 homem ERG veado LOC 3-atirar  
 ‘o homem atirou no veado’

(68)  
 a-te i-mā a-kakok  
 2-ERG 1-DAT 2-falar  
 ‘você conversou comigo’

(ALVES, 2004, p. 61)

### 3.5.1.3 O estabelecimento da concordância na língua Apãniekrá

No estabelecimento da concordância com o sujeito, em verbos intransitivos com objeto indireto, marca da concordância do sujeito em relação ao verbo não poderá ser omitida, independentemente se o sujeito for também expresso por um pronome livre ou por um nominal ou prefixo pronominal seguido por posposição de ergativo<sup>32</sup>. Por lado, os verbos intransitivos ativos com um único argumento numa sentença que expressa futuro não estabelecerão concordância com o verbo, como em (69a).

(69a)  
 wa ha pur wər ma mō  
 1 IRR roça DIR MOVir  
 ‘eu vou para a roça’

(69b)  
 \*wa ha pur wər ma i-mō(r)  
 1 IRR roça DIR MOV1-ir  
 ‘eu vou para a roça’

(ALVES, 2004, p. 61-62)

Em (69b) a concordância torna a sentença agramatical, ao passo que nesse caso ela não será realizada, por questões relacionadas ao tipo de verbo e ao tempo na oração.

Alves (2004, p. 62) observa que, quando a oração está no passado simples, neutraliza-se a diferença entre os verbos intransitivos ativos e os intransitivos ativos com objeto indireto, devido “à morfologia ergativa que pode se estender também aos intransitivos ativos, nas

<sup>32</sup> Segundo Alves (2004), ocorre apenas para o verbo com sujeito agente, como em (64) e (65).

construções em que o sujeito parece ser topicalizado e quando há um sintagma posposicional entre o sujeito e o verbo”. Ainda, no passado simples, o sistema de marcação de caso que opera é o ergativo-absolutivo, em que o verbo ocorre em sua forma não-finita e o sujeito intransitivo pronominal é expresso por um prefixo. Assim, mesmo que o sujeito da transitiva derivada seja deslocado para a posição inicial da sentença, o verbo continua marcado como o prefixo correferente ao sujeito ergativo.

Verbos intransitivos ativos realizam o sujeito representado por nominais ou por pronomes dependentes (tempo passado simples) e por pronomes. Por outro lado, os verbos intransitivos não ativos, além de codificarem ações não controladas pelo sujeito, expressam significados adjetivos. O sujeito pode ser deslocado para posição esquerda quando há topicalização.

#### 3.5.1.4 Hierarquia de pessoa na língua Apãniekrá

A língua Apãniekrá possui os verbos ativos e não ativos que se consolidam como uma marca do sistema ativo-estativo. Assim, é necessário considerar a hierarquia quando o sujeito é de 2ª pessoa (a-) e o objeto é de 3ª pessoa (ku-). Sendo assim, o objeto pode ser um nominal representado por nominalizador (**hĩ**) e o sujeito é expresso por um pronome livre de 1ª ou 2ª pessoa.

(70)

wa	apu	hĩ	ku
1	PRG	carne	comer
'eu estou comendo carne'			
hĩ	wa	apu	ku-ku
carne	1	PRG	3-comer
'carne, eu estou comendo'			
ka	apu	hĩ	ku
2	PRG	carne	comer
'você está comendo carne'			

(Alves, 2004, p. 104)

Em suma, Alves (2004) afirma que os verbos em Apãniekrá quando têm objeto direto são denominados transitivos e os demais são considerados intransitivos. Os intransitivos são

ativos, não-ativos, com sujeito dativo e com objeto indireto. Os transitivos: bivalentes, trivalentes e com sujeito dativo. Por isso, na análise dessa língua deve-se considerar as relações gramaticais estabelecidas por morfemas (por exemplo, o morfema {**nê**} conjunção que se refere ao mesmo sujeito em uma oração e o morfema {**mã**} que se refere a sujeitos diferentes numa oração) e a agentividade do verbo em relação à função sujeito na sentença.

### 3.5.2 A realização da função sujeito na língua Akwê Xerente

Sousa Filho (2007) realiza um estudo morfossintático da língua Akwê-Xerente, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e à família Jê. A comunidade Xerente está situada em Tocantínia-TO, município localizado à direita do Rio Tocantins, próximo à cidade de Palmas-TO.

Para identificarmos como a função sujeito se realiza na língua Akwê-Xerente, partiremos dos aspectos morfossintáticos descritos pelo autor. Nesse sentido, é necessário observar que a língua Xerente se caracteriza tipologicamente como aglutinante, ou seja, as funções gramaticais estabelecem uma ligação direta com partículas responsáveis por tais funções.

#### 3.5.2.1 Ordem de palavras no Akwê-Xerente

A ordem SOV é considerada a mais produtiva entre os falantes. Entretanto, Sousa Filho (2007) afirma que há o uso variável dos tipos SOV e SVO nos enunciados produzidos pelos falantes em todas as faixas etárias. A ordem SOV ocorre frequentemente em sentenças declarativas simples.

(71)				
wa	wat	sika	kmǎdiki	
eu	1PAS.PERF.REAL	galinha	ver	
'Eu vi a galinha'.				

(SOUSA FILHO, 2007, p. 300)

Em orações intransitivas o sujeito aparece em posição pré-verbal. Segundo Greenberg (1963), as línguas que apresentam núcleo inicial (VO) tendem a ser preposicionais e línguas

com núcleo final (OV) tendem a ser posposicionais. Assim, a língua Xerente possui posições, que seguem os nomes aos quais se relacionam.

Quanto à posição, numa sentença nominal constituída por dois nomes, há a inserção de um morfema copula *to*, sendo o primeiro nome o determinante (desempenha a função sujeito) e o segundo nome o determinado (desempenha a função de objeto).

Posição dos elementos nominais define a sua função nos predicados equativos. Sousa Filho (2007, p. 213) afirma: “as sentenças realizadas com o morfema cópula *to* alinham dois elementos que partilham propriedades similares para produzir sentenças nominais ou não verbais. Assim, nos referidos enunciados, o primeiro nome funciona como argumento nuclear e o segundo como predicativo deste, mediante a operação do morfema cópula. Tal fato nos permite dizer que os elementos constitutivos das sentenças nominais Xerente são: o argumento (determinado) e o predicativo (o determinante)”.

(72)

<i>Sinval</i>	to	rɔwahtukwa
N.Pes	COP	professor
‘Sinval é professor’.		

rɔwahtukwa	to	<i>Sinval</i>
professor	COP	N.Pes
‘O professor é o Sinval’.		

(SOUSA FILHO, 2007, p. 212)

### 3.5.2.2 A organização sintática

A organização argumental atenderá à constituição da ordem básica, na qual o nome ocupa o núcleo do sintagma nominal (SN) que desempenha a função sujeito (argumento externo) e a função objeto (argumento interno), e o verbo é selecionado pelo sujeito.

Segundo Sousa Filho (2007), em Akwẽ- Xerente, o sujeito de uma sentença com verbo transitivo em orações circunstanciais se posiciona como agente, marcado por *-te ~ -t* como caso ergativo na 2ª pessoa. Em oração não circunstancial o sujeito pode ocorrer com marcador enfático *-hã*, ou quando não marcado indica o sujeito de verbos intransitivos (S) ou de verbos transitivos (A). O objeto (O) de um verbo transitivo não recebe nenhuma marca. A seguir, um exemplo da estrutura oracional de uma sentença com verbo transitivo, em que se aceita mais

de um argumento nominal, sendo um argumento com função sujeito e os demais com função de objeto:

(73)

tahã	mãt	kdi	kãto	kwihí	kmẽ	pã (ri)
ele	3PAS.PERF. REAL	anta	CONJ	jacaré	PART	matar(DU)-NSG
<b>ARG1</b>		<b>ARG2</b>		<b>ARG2</b>		<b>V</b>

'Ele matou antas e jacarés'.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 142)

(74) Estrutura oracional em que aparecem três argumentos;

dakmãdkikwa	mãt	sadu	ĩ-m-kamõ
chefe	3PAS.PERF.REAL	cocar	1-DAT-dar
<b>ARG1</b>		<b>ARG2</b>	<b>ARG3 V</b>

'O chefe me deu o cocar'.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 143)

Segundo o autor, não há verbo cópula em Xerente, as orações equivalentes são compostas de dois nominais, e o primeiro é o sujeito.

Os nomes podem ocorrer como formas livres, quando expressam a função de argumento de orações verbais ou nominais:

(75) Sentença em que a categoria nome (N) aparece como uma forma livre;

sika	mãt	õ-diri
(N)		
galinha	3PAS.PERF.REAL	3-morrer

'A galinha morreu'.

(76) Sentença circunstancial;

keti-te	samũru	kmãdik	kõdi
N.Pes-ERG	N.Pes	ver	NEG

'Kêti não viu Samũru'.

(77) Sentença não circunstancial.

keti-hã	mãto	samũru	kmãdiki
N.Pes-ENF	3PAS.PERF.REAL.Ev.	N.Pes	ver

'Kêti (sim, de fato ela) viu Samũru'.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 87)

Na sentença (75), o nome (N) desempenha a função sintática sujeito, e ocorre como uma forma livre, isto é, não possui nenhum morfema agregado em si. Tal afirmação se justifica por ser uma língua em que o “nome (N) é uma classe lexical dotada de flexão” (idem, p. 87).

A agentividade não é uma forma, necessariamente, associada à identificação da função sujeito, uma vez que o agente é especificado pelo nível morfológico, através do sufixo derivacional **kwa** associado ao verbo, que funciona como nominalizador do verbo.

(78) Sufixo derivacional como marca morfológica de agentividade;

<b>nmẽ-nõĩ</b>	<b>da-kmẽdki-kwa</b>	<b>mẽ-p</b>	<b>t-sinẽ</b>
qual-NSG	PIH-ver-NMZ	3PAS.INT	3-chegar (PL)
‘Quais chefes chegaram?’.			

Em Xerente, esse sufixo {-kwa} é muito produtivo. Segundo Sousa Filho (2007), ele é usado para fazer referência a pessoas diferentes da 1ª pessoa e também para indicar relações de parentesco.

Para codificar os conceitos de propriedade, no Xerente são usados modificadores. Nesse sentido, na estrutura frasal a classificação parte do núcleo de um SN que ocupa uma posição de sujeito.

(79) sujeito de predicado nominal;

<b>dasa-ka-mar-m-zẽ</b>	<b>rẽ-di</b>
comida-CLAS-Pron-Ind-DAT-NMZ	branca-PRED
‘A colher está limpa’ (lit.: ‘Coisa-côncava para dar comida’.)	

(80) sujeito de verbo intransitivo;

<b>wde-krẽĩkuzẽ-krẽ</b>	<b>mõt</b>	<b>ø-waptẽr</b>
pé de laranja-CLAS	3PAS.PERF.REAL	3-cair
‘A laranja caiu’. (lit.: ‘Pé-laranja-fruta caiu’.)		

(81) objeto de verbo transitivo.

<b>wazum-zĩ</b>	<b>wakdi</b>	<b>waza</b>	<b>we</b>	<b>ka-ki</b>
feijão-CLAS	preto	1FUT.IMP.IRRE	DIR	CLAS-pegar
‘Vou trazer feijão preto’.				
(lit.: ‘Feijão-semente preto eu pra cá coisa côncava-trazer’.)				

(SOUSA FILHO, 2007, p. 113)

## 3.5.2.3 O estabelecimento da concordância

Como já mencionado e verificado nos dados, a língua Akwẽ-Xerente apresenta a concordância, assim como outras propriedades sintáticas, através de partículas que determinam suas funções.

Nesse estudo, o autor divide o predicado verbal em quatro tipos (idem, p. 227): o predicado intransitivo, o predicado estendido com dois argumentos, o predicado transitivo com dois argumentos e o predicado transitivo estendido com três argumentos.

Os predicados intransitivos são constituídos por um argumento e pelo núcleo do predicado (verbo) estabelece concordância com o sujeito duplicado, pela série de marcadores pessoais da série A – nominativos – e por marcadores pessoais da série B – absolutivos – ou concorda apenas com os prefixos pessoais absolutivos, dependendo dos padrões nominativo-absolutivo ou ergativo-absolutivo:

(82)

wdekrẽĩkuzẽkrẽ	mõt	ø-waptẽr
laranja	3PAS.PERF.REAL	3-cair

‘A laranja caiu’.

(83)

toka	bit	he-hawi	ai-waptẽk
você	2PAS.PERF.REAL	cima-ABLA	2-cair

‘Você caiu de cima’.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 227)

Assim, em predicados intransitivos estendidos com dois argumentos, o verbo concorda duplamente com o sujeito absolutivo e com o objeto de posições comitativas, locativas e instrumentais.

(84)

toka	tẽza	wa-i-mẽ	za	ai-mõr
você	2FUT.IMP.IRRE	eu-VL-COM	FUT	2-ir

‘Você irá comigo’.

- (85)
- |          |                |     |         |             |
|----------|----------------|-----|---------|-------------|
| kubazawɛ | m̃t            | m̃ĩ | akwẽ    | ∅-s-õrɛ     |
| barco    | 3PAS.PERF.REAL | DIR | Xerente | 3-R2-trazer |
- ‘O barco trouxe os Xerente’.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 229)

Predicados transitivos com dois argumentos podem ocorrer ou com objeto direto ou com sintagma posposicional, objeto indireto. O verbo concorda com o sujeito diante do uso dos marcadores do nominativo, e com o objeto a partir dos marcadores do absoluto, no padrão nominativo-absolutivo e no ergativo-absolutivo. A concordância tanto com o sujeito quanto com o objeto ocorre com o uso dos marcadores do absoluto.

- (86)
- |          |                |          |        |                 |
|----------|----------------|----------|--------|-----------------|
| ambinõrĩ | m̃t            | ponkwanẽ | kuihi  | põr-kwa         |
| homem    | 3PAS.PERF.REAL | dois     | jacaré | matar (DU)-2NSG |
- ‘Os homens (eles dois) mataram dois jacarés’.

- (87)
- |      |               |         |
|------|---------------|---------|
| toka | tɛza          | ĩ-prɛkɛ |
| você | 2HAB.IMP.IRRE | 1-bater |
- ‘Você bate em mim’.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 230)

Predicados transitivos estendidos com três argumentos ocorrem com objeto direto e com objeto indireto. As posposições que regem o objeto indireto são dativas, ou seja, podem ser benefactiva e malefactiva:

- (88)
- |      |                |              |        |       |
|------|----------------|--------------|--------|-------|
| ambi | ñt            | ambinõrai-wi | tɛnõzɛ | ki    |
| ele  | 3PAS.PERF.REAL | homens-MAL   | anzol  | pegar |
- ‘Ele pegou o anzol (sem o consentimento) dos homens’.

- (89)
- |             |                |       |          |             |
|-------------|----------------|-------|----------|-------------|
| dakmõdkikwa | m̃t            | sadu  | saktẽarɛ | ĩ-m-sõ(m̃ĩ) |
| chefe       | 3PAS.PERF.REAL | colar | muitos   | 1-BEN-dar   |
- ‘O chefe me deu muitos cocares’.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 230)

Sousa Filho (2007) parte das postulações da GG, mais especificamente, da noção de categoria vazia, para definir o comportamento da função sujeito na língua Akwẽ-Xerente, uma vez que a classifica como uma língua *pro-drop*. Portanto, ocorre a omissão da função sujeito tanto na oração transitiva (S) quanto na oração intransitiva (A) e também do sujeito da ergativa em 2ª pessoa com pronomes enfáticos.

(90) Omissão de sujeito

...(pikõ)	mãt	ø-wi
...(mulher)	3PAS.PERF.REAL	3-chegar

‘...ela (a mulher) chegou’.

(SOUSA FILHO, 2007, p. 133)

### 3.5.3 A realização da função sujeito na língua Avá-Canoeiro

Segundo Borges (2006), a língua Avá-Canoeiro, pertencente à família Tupi-Guarani, é falada por menos de vinte pessoas. A maioria desses indígenas vive na aldeia Canoanã, na Ilha do Bananal, próximo à cidade de Formoso do Araguaia (To), e ainda, há outros que moram em Goiás. O Avá-Canoeiro é uma língua ativo-estativa, ou de estrutura ativa.

Borges (2006) num estudo tipológico do Avá-Canoeiro aborda os aspectos fonológicos e morfossintáticos dessa língua, em especial, a categoria de nome, e, conseqüentemente, a marcação de caso e as funções do sintagma nominal, relevantes para o estudo da função sujeito.

Borges (2006, p. 115) afirma que o prefixo relacional {i-} em nomes terminados tanto em vogal quanto em consoante desempenha as seguintes funções: (i) marca o possuído de terceira pessoa, de quem se falava antes ou que pode ser recuperada pelo contexto, (ii) indica função sujeito de terceira pessoa de verbos intransitivos descritivos (So), desempenhando a função de um pronome de terceira pessoa e, (iii) marca o objeto de uma posposição.

Segundo a autora, no Avá-Canoeiro existem três tipos de marcação de caso: o sufixo de caso nuclear {-a}, o caso não marcado {-∅} e o locativo {-pe}, que ocorrem como núcleo dos sintagmas nominais. O sufixo {-a} identifica a classe de ‘nome’ na língua Avá-Canoeiro realiza-se como /-a/ ou /-∅/, e é responsável pelas funções sintáticas, como, por exemplo, a função sujeito, e os verbos intransitivos (Sa) e (So).

(91) Sujeitos de verbos intransitivos ativos<sup>33</sup> (Sa) e descritivos<sup>34</sup> (So)

Sa	V	
enem-a	o-wewe	‘O besouro está voando’
besouro-CN	3sgSa-voar	
[e 'nēmə	o 'G <sup>w</sup> eG <sup>w</sup> e]	
tutau-a	o-em	‘Tutau saiu’
nome próprio-CN	3sgSa-sair	
[t <sup>h</sup> u 't <sup>h</sup> awə	o 'ēmə]	
So	V	
tukaŋ-a	i-aî	‘A (picada da) formiga doeu muito’
formiga-CN	3So-ter dor	
[t <sup>h</sup> u 'k <sup>h</sup> əŋə	'jaî]	
mae-ɛ-o-a	i-pîka	‘A carne está crua’
caça-rel-carne-CN	3So-estar, ser cru	
[,mae 'kəə	ɪ 'p <sup>h</sup> îkə]	

(BORGES, 2006, p. 119)

As sentenças (91) representam o caso nuclear, que, por sua vez, são reconhecidos por casos argumentativos. Nesse sentido, os verbos intransitivos ativos (Sa) expressam ação ativa e os verbos intransitivos descritivos (So) qualificam algo ou alguém, assim como, descrevem um evento.

## (92) Sujeito de verbos transitivo (A)

A	V	P	
moj-a	o-mokon	aɔakare-Ø <sup>158</sup>	‘A cobra engoliu a galinha’
cobra-CN	3sgA-engolir	galinha-CN	
[ 'moʒə	o 'moqõnɪ	,aɔa 'k <sup>h</sup> arɪ]	

## (93) Objetos diretos (P)

<sup>33</sup> Os verbos intransitivos ativos (Sa) indicam a categoria de pessoa por meio dos prefixos que expressam predominantemente atividades e atos de volição e controle de ação.

<sup>34</sup> Os verbos intransitivos descritivos (So) do Avá-Canoeiro exprimem conceitos codificados por meio de verbos descritivos. Semanticamente expressam conceitos referentes a dimensão, idade, valor, cor, propriedade física, propensão humana e velocidade, que são os tipos semânticos associados à classe de palavra ‘adjetivo’, segundo Dixon (1977, 2002) citado por Borges (2006).

<b>P</b>	<b>V</b>	
tam-a	a-jok <sup>w</sup> iɛ	‘Eu amarrei a corda’
corda-CN	lsgA-amarrar	
[ 't <sup>h</sup> õmɐ	a 'ʒok <sup>w</sup> iɛɐ]	
<b>V</b>	<b>P</b>	
a-putat	i-a	‘Eu quero água’
lsgA- querer, gostar	água-CN	
[a 'p <sup>h</sup> utat <sup>ʔ</sup>	'iɐ]	

## (94) Predicado nominal

<b>Sujeito</b>	<b>Predicado</b>	
put{idʒawa	t{i=∅-pikir-a	‘Putdjawa é minha irmã’
nome próprio	lposs=rel-irmã-CN	
[,p <sup>h</sup> ut{i'dʒawɐ	,t{iipi'k <sup>h</sup> iɾɐ]	

(BORGES, 2006, p. 129)

Os dados do Avá-Canoeiro mostram algumas funções sintáticas expressas na estrutura oracional básica pelo sufixo nuclear. No entanto, Borges (2006) afirma que, o caso nuclear, também denominado ‘caso argumentativo’ por outros estudiosos de línguas Tupi-Guarani (cf. RODRIGUES, 1996, 2000, 2001; e CABRAL, 2000 citado por Borges, 2006) poderá ser representado pelo sufixo {-a}, mas também pelo sufixo {-∅}.

Borges (2006, p. 122) afirma que os dados do Avá-Canoeiro indicam que “o caso nuclear está deixando de ser rigorosamente marcado pelo alomorfe /-a/, sendo sinalizado apenas em alguns argumentos, e em outros pelo alomorfe /-∅/”. Assim como o sintagma nominal objeto pode ser opcionalmente marcado com o alomorfe /-a/, o sujeito também pode ou não vir marcado com o /-a/. Na coordenação de sintagma nominal, os sujeitos de verbos intransitivos ativos, transitivos e descritivos, e objetos podem ser coordenados (como outras funções), sem conectivos, apenas por meio da justaposição, podendo ser marcados pelo caso nuclear {-a}.

## 3.5.3.1 Hierarquia de referência na língua Avá-Canoeiro

A pessoa a ser marcada dependerá da *hierarquia de pessoa* uma vez que, se o paciente for hierarquicamente superior ao agente, o verbo será marcado com um prefixo de objeto, se ocorrer o contrário, então o verbo será marcado com um prefixo de sujeito no verbo.

Numa posição hierárquia, a 1ª pessoa precede a 2ª pessoa e, conseqüentemente, precedem a 3ª pessoa. O agente tem precedência ao paciente. Assim, será marcado no verbo o participante mais alto hierarquicamente.

(95a)

<b>A</b>	<b>P</b>	<b>pref.pess.I-V</b>	
tʃi=tõ	ni=tõ	a-kutuk <sup>195</sup>	
pron.pess.=part.	pron.pess.=part.	1sgA-furar	
[ 'tʃitõ	'nitõ	a 'qutukʔ]	
‘Eu furei você’			<b><u>1A &gt; 2P</u></b>

(95b)

ni=tõ	tʃi=kutuk		
pron.pess.=part.	1sgP=furar		
[ 'nitõ	tʃɪ 'kʰutukə]		
‘Você me furou’			<b><u>1P &gt; 2A</u></b>

(BORGES, 2006, p. 158)

Os dados do Avá-Canoeiro mostraram as funções sintáticas de sujeito de verbos transitivos, e intransitivos ativos e descritivos. Os sintagmas nominais sujeitos e objetos podem ser coordenados por meio da justaposição, todos marcados pelo caso nuclear {-a}, sem o uso de elementos conectivos.

### 3.5.4 A função sujeito na língua Kamaiurá

A língua Kamaiurá pertence à família Tupi-Guarani. O povo Kamaiurá habita as mediações da lagoa Ypawu, na região dos formadores do rio Xingu, e a população é constituída por aproximadamente trezentas pessoas distribuídas em duas aldeias (SEKI, 1991).

Segundo Seki (2000), a língua Kamaiurá, pelas suas características morfológicas, sob o ponto de vista da tipologia de conteúdo, se caracteriza como uma língua de estrutura ativa-estivo, com cisões condicionadas pela natureza semântica do nominal e do verbo.

No âmbito da primeira pessoa do plural, a língua Kamaiurá apresenta uma distinção entre a 1ª pessoa do plural inclusiva ('nós, incluindo o interlocutor') e 1ª pessoa do plural exclusiva ('nós, excluindo o interlocutor'). A distinção é marcada tanto nos pronomes livres, quanto nos marcadores de pessoa junto ao verbo.

(96a)

(jene) ja-maraka  
 (nós Incl.) 1.a incl-cantar  
 'nós, incluindo você) cantamos'

(96b)

(ore) oro-maraka  
 (nós Excl) 1.a excl-cantar  
 'nós, excluindo você) cantamos'

(SEKI, 2000, p. 240)

Segundo Seki (2000), em Kamaiurá há outros recursos morfossintáticos usados para marcar a atitude do falante em relação à mensagem transmitida, permitindo-lhe reforçar ou modular suas asserções e comandos, indicar a fonte da informação, assumindo ou não a responsabilidade pelo seu conteúdo e também assinalar o modo de acesso ao conhecimento do enunciado.

#### 3.5.4.1 Organizações sintáticas

O Kamaiurá distingue as classes de nomes, verbo, advérbio, pronome, demonstrativo, posição e partícula. O uso recorrente de partículas marca suas características morfológicas, que a inclui entre as línguas de relações pura e complexa. Pela maneira de expressar conceitos se insere na tipologia aglutinativo-fusionante (SAPIR, 1971), associando, assim, mecanismos morfossintáticos aglutinados para expressar as funcionalidades da língua.

Segundo Seki (2000) a ordem básica da língua Kamaiurá é AOV e SV. Pode-se notar a ocorrência da ordem VO.

(97) Ordem de constituintes SOV

wararuwijawa mōia o-uʔu  
 cachorro cobra 3p.-morder  
 'o cachorro mordeu a cobra'

(SEKI, 2000, p. 244)

Contudo, a ordem de constituintes ou palavras oscila dependendo de fatores sintáticos. O Kamaiurá é uma língua em que apresenta consistência posposicional, em que o genitivo precede o nome e o auxiliar flexionado segue o verbo principal, mas, podem aparecer partículas interrogativas em posição inicial, dentre outros. Nesse sentido, podem-se admitir as ordens marcadas OAV, OVA e VO. No entanto, a posição prototípica não marcada do sujeito é a inicial.

A marcação de pessoa dependerá da hierarquia de pessoa, ou seja, a seleção do participante depende da pessoa em função de sujeito e de objeto. Nesse sentido, em dados dos dois participantes A e O, aquele que for hierarquicamente mais alto será expresso junto ao verbo pelo pronome correspondente.

## (A)

(98) a-etsak

**1sg.** vs 3

‘eu o vejo’

ja-etsak

**1pi** vs.3‘**nós (incl)** o vemos’

oro-stcak

**1pe** vs 3‘**nós (excl.)** o vemos’

## (O)

(99) je= r- etsak

**3** vs. **Rel.** 1sg.

‘ele me vê’

jene= r-etsak

**3** vs. **Rel.** 1pi

‘ele nos (1 incl.) vê’

ore= r-etsak

**3** vs. **Rel.** 1pe.

‘ele nos (1excl.) vê’

ne= r- etsak

**3** vs. **Rel** 2sg.

‘ele te vê’

pe= r- etsak

**3** vs. **Rel** 2pl.

‘ele vê vocês’

Como exemplificado em (98) e (99), na hierarquia de referências, a primeira pessoa tem precedência sobre a segunda pessoa e a segunda pessoa tem precedência sobre a terceira pessoa (1>2>3) e a A tem precedência sobre O.

Na língua Kamaiurá a função sujeito é classificada em três tipos: Sujeito de verbo intransitivo (S), sujeito de verbo transitivo ativo (Sa) e sujeito de verbo transitivo descritivo (So).

As orações transitivas admitem dois argumentos nucleares, um com a função de A e outro com a função de O. Os elementos pronominais ocorrem junto ao verbo, marcando a concordância ou com A ou com O, ou ambos, segundo a hierarquia de referência pessoal. A concordância com O deve ser marcada no verbo, quando A for 2ª ou 3ª pessoas e O for 1ª pessoa, como exposto em (98) e (99).

As orações intransitivas ativas (Sa) têm por predicado um verbo intransitivo ativo e admitem apenas um argumento nuclear em função de (Sa). Este vem obrigatoriamente codificado no verbo por prefixos de série I.

Os prefixos *portmanteau*<sup>35</sup>, nessa língua, são usados com verbos transitivos nos modos indicativo e exortativo para marcar um sujeito de 1ª pessoa e um objeto de 2ª pessoa singular (**oro-**) e um sujeito de 1ª pessoa com um objeto de 2ª pessoa plural.

As orações intransitivas descritivas possuem como predicado um verbo descritivo e têm como argumento nuclear em função (So). Sendo esse, um argumento único codificado ao verbo pelos mesmos elementos pronominais que exprimem outras propriedades sintáticas como: possuidor na locução possessiva, pronomes clíticos e prefixos relacionais, e pode também ocorrer com nominal, marcado no caso nuclear, ou com um pronominal.

### 3.6 O QUE AS LÍNGUAS ROMÂNICAS, AS NÃO ROMÂNICAS E AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS RELEVAM SOBRE A FUNÇÃO SUJEITO?

Os estudos da função sujeito e dos demais fenômenos gramaticais relativos às línguas apresentadas anteriormente favorecem algumas conclusões.

---

<sup>35</sup> É quando um mesmo elemento referencial pode desenvolver-se como outras funções.

Em relação às línguas românicas, a função sujeito prototípica tem as mesmas características de codificação, sendo expressas: (i) pela ligação (a subordinação entre os elementos da sentença, que têm relação com a valência, com a centralidade do verbo, e com a seleção de argumentos); (ii) pela concordância; e (iii) pelas relações temáticas.

As línguas românicas apresentam um sujeito prototípico que marca o caso nominativo-acusativo e são predominantemente línguas flexionais. Entretanto, os estudos linguísticos gramaticais revelaram que a função sujeito em contexto situacional de comunicação se comporta de maneiras distintas.

Verificamos também que, mesmo pertencendo à mesma família linguística, as línguas românicas dispõem de mecanismos linguísticos distintos para manifestação discursiva do sujeito.

Na língua espanhola, a função sujeito no nível sintático se realiza através do SN, que pode ser representado por um nome ou pronome pessoal, os quais indicam a pessoa do discurso. Por ser uma língua que admite sujeito nulo, a função sujeito no Espanhol poderá, em alguns contextos, ser identificada pela sua omissão ou ser recuperada pelo contexto situacional. A regência do sujeito à flexão verbal é um critério questionável, pois, nem sempre o sujeito de uma sentença estabelecerá concordância com o verbo e, conseqüentemente, não será possível identificar o sujeito pelo morfema de flexão.

No Espanhol, no nível semântico, o sujeito cumpre o papel de agente, e de paciente. No nível informacional, a função sujeito é acionadora de uma cadeia de referencialidade, ou seja, faz que uma entidade existente no mundo seja colocada em evidência no discurso, assumindo a função de tema. Desse modo, é relevante ressaltar que, na língua espanhola, assim como na francesa e na italiana, geralmente, o tópico ou deslocamento à esquerda, não é uma função recorrente.

Na língua francesa, uma especificidade é a inversão do sujeito, ou seja, a posposição ao verbo ocorre apenas se for representada por pronomes “fortes” que não sejam de 3ª pessoa.

A função sujeito na língua francesa será sempre expressa por um SN, que pode ser representada por nome e pronomes. Entretanto, quando em posição posposta ao verbo, não poderá ser realizado por um sujeito pronominal de 3ª pessoa. Assim, em sentenças com o sujeito pós-verbal não é permitida a sua realização inicial, se não for acompanhado pelo elemento *Qu-* à esquerda.

Uma especificidade da língua italiana diz respeito a algumas restrições centradas no nível sintático na manifestação do sujeito não prototípico. A posição final do sujeito pode ser alterada se se considerar a entonação e a presença de advérbios como *completamente*, *bene*,

como foi mostrado nos dados. E, no nível informacional, o sujeito em VS recebe sempre interpretação de informação nova e, por isso, a focalização exerce o papel principal no licenciamento de sujeitos pós-verbais. As sentenças que apresentam o sujeito VS com focalização poderão atribuir a interpretação de tópico como a informação “velha” e o foco como a informação “nova”.

Em relação às línguas não românicas representadas pelo Inglês, Islandês e o Warlpiri (língua australiana), o fato de não pertencerem à mesma família linguística pode favorecer maior divergência entre elas quanto ao sistema de acionamento do sujeito.

O Inglês é língua de caso nominativo-acusativo e possui como ordem prototípica SVO, mais recorrente nas sentenças declarativas. A função sujeito mais prototípica no Inglês é marcada por pronomes, e, por ser uma língua de sujeito pleno, supõe-se que essa função será sempre marcada linguisticamente. A posição do sujeito vai depender do tipo de sentença (declarativa, negativa, interrogativa etc.).

Em sentenças com gerúndio (construções *while + ing*) o princípio do sujeito pleno pode ser quebrado e pode ocorrer a omissão do sujeito, pois, pelos princípios de interpretação semântica, os usuários da língua atentam para a correferência dos sujeitos.

No Islandês, o sujeito pode ser identificado, prototipicamente, pela posição pré-verbal (em frases sem topicalização), pela marcação de caso nominativo, e concordância com o verbo.

Na língua warlpiri, a função sujeito se relaciona à marcação de caso, uma vez que o SN sujeito nem sempre é um nominativo. A língua warlpiri marca o caso ergativo. Desse modo, o sujeito pode ser identificado pelo absoluto, bem como pode haver referência cruzada com um dativo, em que a forma dos marcadores não é diretamente determinada pelo SN referencial, mas parece ser estabelecida pela distinção entre sujeito e objeto nas relações gramaticais.

As línguas indígenas brasileiras são, aqui, representadas pelo Apãniekrá (Família Macro-Jê), Akwẽ-Xerente (Família Jê), Avá-Canoeiro e Kamaiurá (Família Tupi-Guarani).

Apãniekrá apresenta uma marcação complexa, no sentido de ser mista, é predominantemente ergativa-absolutiva, apresenta traços ativo-estativos e, também marca o sistema nominativo-absolutivo.

A função sujeito na língua Apãniekrá está correlacionada a fatores semânticos, identificada como: agente (com verbos ativos), paciente (com verbos não ativos) ou experienciador (geralmente verbos com sujeito no dativo). A língua, prototipicamente, marca

a função sujeito através da sua posição inicial, quando não há topicalização e considerando a relação com o tipo de verbos e aspecto.

Na língua Apãniekrá, a função sujeito dependerá da semântica do verbo. Assim, se o verbo for mais ativo, influenciará no estabelecimento do sujeito responsável pela posição inicial, bem como o controle da ação. A posição do sujeito dependerá da pessoa do discurso, uma vez que se for um sujeito pronominal de 3ª pessoa, o aspecto ocupará a primeira posição na sentença em detrimento da posição do sujeito.

Na língua Akwẽ-Xerente, a função sujeito ocorre prototipicamente em obediência a aspectos morfossintáticos, basicamente marcados por pronomes pessoais, e mais precisamente, pelos SNs.

Por ser uma língua aglutinativa, no Akwẽ-Xerente é recorrente o uso de prefixos pessoais nas sentenças que desempenham sujeito e o objeto de verbos transitivos. O sujeito pode ser omitido, a depender de sua relação sintática com outros elementos da sentença. A posição prototípica do sujeito é a inicial. Em Akwẽ-Xerente, a identificação do sujeito está relacionada à marcação de caso. O SN sujeito pode ser representado por um pronome livre e por nome.

A língua Avá-Canoeiro apresenta a função sujeito relacionada ao tipo de verbo. Por ser uma língua de estrutura ativa, marca o sujeito da intransitiva de verbos ativos (Sa) e sujeito da intransitiva de verbos descritivos (So) e o sujeito de verbos transitivos (A), tais funções são desempenhadas pelo SN, que dependerá da semântica do verbo. O caso não marcado { $\emptyset$ } ocorre no Avá-Canoeiro quando há formas citacionais e quando os nomes aparecem isoladamente, tipo de sentença com pergunta e resposta.

A língua Kamaiurá apresenta a função sujeito relacionada à flexão do verbo. Os tipos de sujeitos no Kamaiurá revelam uma organização sintática que depende da marcação de caso apresentada e das flexões de pessoa com o verbo. Outra característica dessa língua é a variedade de partículas responsável em identificar funções sintáticas. É uma língua de estrutura ativo-estativa.

O quadro a seguir compara as línguas apresentadas anteriormente em relação à constituição do sistema envolvido na definição da função sujeito e a marcação de caso.

**Quadro 04. Línguas, sujeito e marcação de caso.**

<b>Sujeito em línguas nominativo- acusativas</b>	
Espanhol Francês Italiano Inglês	O sujeito da oração intransitiva (S) é marcado da mesma maneira que o sujeito da oração transitiva (A) e diferente do Objeto da transitiva (O). As línguas marcam no caso nominativo a função sujeito e no caso acusativo a função objeto. O alinhamento nominativo-acusativo pode ser representado por: <b>S=A≠ O</b>
<b>Sujeito em línguas ergativo-absolutivas</b>	
Warlpiri Islandês Apãniekrá Akwẽ-Xerente	As línguas ergativo-absolutivas marcam o sujeito das orações intransitivas (S) da mesma maneira que o objeto (O) dos verbos transitivos, diferentemente de (A) sujeito de verbo transitivo. Assim, essas línguas atribuem a função sujeito dependendo do tipo de oração (A ou S). A relação gramatical das línguas de sintaxe ergativa pode ser representada pelo alinhamento <b>S = O ≠ A</b> .
<b>Sujeito em línguas ativo-estativas</b>	
Avá-Canoeiro Kamaiurá	As línguas de estruturas ativo-estativas marcam o sujeito, semanticamente, de acordo com o tipo de ação expressa pelo verbo, (ativo e inativo/descriptivo). No aspecto sintático, o sujeito se manifesta num sistema cindido, ('Split-S System'), conforme Dixon (1994), em que os verbos transitivos (A) coincidem com os verbos intransitivos ativos (Sa), por outro lado, o objeto direto (O) coincide com os verbos intransitivos descritivos (So). O alinhamento do sistema ativo-estativo pode ser representado por: <b>Sa= A e So=O</b>

O quadro a seguir faz uma comparação entre as línguas apresentadas e quanto aos tipos de língua.

**Quadro 05. Sujeito Vs Tipos de língua.**

<b>Línguas analíticas</b>	<b>Sujeito em línguas flexionais</b>
Espanhol Francês Italiano Inglês <sup>36</sup>	A tipologia flexional está relacionada à afixação de elementos modificadores, em que predominam prefixos e sufixos. O sujeito pode ser identificado pelo SN que, em alguns contextos, pode estabelecer concordância. Este é um dos critérios convergentes usado nessas línguas.
<b>Línguas sintéticas</b>	<b>Sujeito em língua aglutinante</b>
Islandês Walrpiri	Apresentam partículas morfológicas aglutinativas que modificam e identificam a função sujeito na sentença. Por meio de afixação como fusão e justaposição. A função sujeito pode ser identificada pelas partículas presentes na sentença.
<b>Línguas polissintéticas</b>	
Apãniekrá Akwẽ-Xerente Avá- Canoeiro Kamaiurá	As línguas polissintéticas apresentam afixos de derivação ou mudanças simbólicas do radical, apresentam noções mais abstratas incluindo as relações sintáticas, como se expressam por vocábulos. O uso de partículas e as relações sintáticas são alguns mecanismos que identificam a função sujeito nessas línguas. Devido ao seu complexo sistema gramatical, função sujeito está estritamente relacionada a partículas que definem a sua posição e a sua realização depende da relação sintáticas de outras partículas que desempenham outras funções.

<sup>36</sup> Segundo Sapir (1971, p. 116), o inglês é uma língua de tendência analítica, mas ainda é regularmente sintética, se comparada ao Francês, por exemplo.

Esse quadro é apresentado para mostrar a aproximação entre as línguas, independentemente da família a que pertençam, mas Sapir (1971) tem consciência de que as línguas podem apresentar tipos mistos, ou seja, uma língua flexional pode ser analítica, sintética ou polissintética.

Em suma, observamos que a marcação de caso é um fator de importante significância na identificação da função sujeito, independentemente do tipo ou da família de língua. Outro critério primário para identificação do sujeito é a marca de SN e que mesmo em línguas como uma morfologia complexa, os nomes e os pronomes pessoais foram categoriais para com a função sujeito.

Quanto à marcação de pessoa, notamos que há uma hierarquia de pessoa ou de referência, e a 3ª pessoa apresentou menos saliência na manifestação comunicativa, pois, a não pessoa é mais funcional no papel de objeto (O).

A função sujeito se estabelece como uma ponte entre a expressão e o mundo. Desse modo, para a identificação da função sujeito, além dos critérios sintáticos, devemos mostrar os critérios semânticos e pragmático-discursivos expressos pelas línguas aqui estudadas.

No quadro a seguir, apresentamos alguns aspectos semânticos e pragmático-discursivos relativos à funcionalidade da função sujeito nas línguas analisadas.

**Quadro 06. A função sujeito e seus reflexos nas configurações semântica e pragmático-discursivos das línguas.**

<b>Línguas Românicas</b>	
Espanhol Francês Italiano	<p>No Espanhol, a omissão do sujeito é permitida desde que se possa recuperá-lo, ou pela estrutura morfológica ou pelo contexto pragmático. Diferentemente da língua francesa, em que a omissão do sujeito não é permitida, portanto, tende a não ser possível a recuperação de sujeito pelo contexto pragmático.</p> <p>No Italiano, as sentenças que apresentam sujeitos pós-verbais, com focalização, podem atribuir a interpretação de tópico como a informação “velha” e o foco como a informação “nova”. A agentividade é um critério semântico, prototípico, que ajuda na identificação da função sujeito nessas línguas românicas.</p>

<b>Línguas Não Românicas</b> Inglês Warlpiri Islandês	Nos dados apresentados do Inglês, a manifestação semântica do sujeito é abordado por meio sua omissão, através de critérios semânticos, o que significa que o SN revela sua função através de relações gramaticais. No Warlpiri, o critério semântico é reponsavel pela omissão do sujeito, uma vez que pode ser retomado pelo contexto pragmático. No Islandês, a omissão do sujeito é um mecanismo bem produtivo, uma vez que depende de fatores semânticos que estão além do papel de agente.
<b>Línguas Indígenas Brasileiras</b>	
Apãniekrá	Em Apãniekrá, os nomes são, semanticamente, caracterizados como: alienáveis e inalienáveis; +humano e -humano, podendo ainda, tipicamente, desempenhar a função sintática de sujeito. Os sujeitos se classificam como; agentes (verbos ativos), pacientes (verbos não-ativos) e experienciador (com verbos com o sujeito no dativo). Sendo assim, a definição de sujeito em Apãniekrá e orientada semanticamente e, conseqüentemente, reflete na estrutura argumental.
Akwê-Xerente	Em Akwê-Xerente, o sujeito de uma sentença com verbo transitivo em orações circunstanciais se posiciona como agente, marcado por uma partícula com o caso ergativo na 2ª pessoa. A agentividade não está necessariamente associada à identificação do sujeito, mas quando o sujeito é agentivo recebe um morfema correspondente.
Avá-Canoeiro Kamaurá	As línguas Avá-Canoeiro e Kamaurá apresentam os papéis semânticos por meio de partículas, o que não significa uma relação direta com a função sujeito. Nessas línguas, observamos que o sujeito do verbo intransitivo é codificado de acordo com a classe semântica do verbo (ativo ou não ativo). O nível semântico é de suma importância para a identificação da função sujeito.

Segundo Keenan (1976), o papel semântico do referente de um b-sujeito (sujeito de uma sentença básica) é previsível a partir da forma do verbo principal. Algumas informações de categoria semântica, por exemplo, a animacidade, geralmente, também é previsível, mas restrições semânticas em objetos, geralmente, são mais específicas do que no sujeito. Nesse sentido, o sujeito de uma sentença básica, normalmente, expressa o agente da ação, se houver sujeito. Obviamente, que a propriedade semântica não pode ser usada para identificar o sujeito de sentenças em que não há um agente.

As línguas que apresentam variedade de partículas ou morfemas para definir funções linguísticas, certamente, interferirão nos critérios de análise nos níveis semânticos e sintáticos, como mostrados nos dados linguísticos.

Como apresentado neste estudo, as línguas apresentam maneiras distintas para identificar a função sujeito. Ao partirmos, da prototipicidade e marcação de caso, como critérios linguísticos para o mapeamento do sujeito, nos deparamos com vários mecanismos sintáticos e também semânticos responsáveis pela realização de tal fenômeno.

Assim, foi possível realizar um mapeamento de estruturas sintáticas e semânticas, uma vez que resta, ainda, realizar um estudo mais preciso sobre os níveis pragmático-discursivos e sobre processamento cognitivo, para uma análise mais ampla da função sujeito, considerando o seu reflexo no processo de interação linguística.

## CONCLUSÕES

O presente estudo buscou analisar a função sujeito a partir de um estudo bibliográfico, de trabalhos gerativistas e funcionalistas, e de resultados de estudos tipológicos.

Segundo a perspectiva gerativa, diferentemente da visão funcionalista, o sujeito sempre possui uma posição a ser ocupada na estrutura oracional, mesmo que sua manifestação não seja morfologicamente visível, o que leva a uma discussão, pois envolve os elementos lexicais e os aspectos discursivos que interferem na organização sintática.

O estudo tipológico-funcional forneceu importantes informações quanto a essa função no aspecto interlinguístico, a partir do qual se pode compreender de que maneira as línguas prototipicamente realizam a função sujeito. E, principalmente, verificar que a marcação de caso é responsável pela realização da função sujeito, uma vez que as línguas possuem marcação de caso (ergativo-absolutivo, nominativo-acusativo e ativo-estativo) que projetam a organização argumental.

A comparação e a análise das funções sintáticas, em línguas que não estão inseridas na mesma família linguística, bem como de outras famílias linguísticas são interessantes por despertar as possibilidades distintas de como uma determinada língua dispõe de mecanismos sintáticos para a realização da função sujeito.

As pesquisas revelaram aspectos divergentes e convergentes em relação à realização e à funcionalidade da função sujeito nas línguas, independentemente da família ou tipo a que pertençam.

Nossa atenção centrou-se nesses fatores divergentes, a fim de verificar como a função sujeito se mostra nas línguas, de modo geral, e como essas informações podem ser condensadas para que se possa apresentar um mapeamento da função sujeito.

A pesquisa em sua complexidade nos levou a vislumbrar um sujeito prototípico, mas o sujeito menos prototípico favoreceu uma análise mais ampliada, no sentido do reconhecimento de que para o entendimento desse fenômeno há de se considerar os diferentes níveis de constituição linguística.

Para Neves (1997), a integração entre os níveis está implicada no modelo de interação verbal. A integração dos níveis da sintaxe e da semântica, dentro de uma teoria pragmática, envolve intervenção: (i) dos papéis envolvidos nos estados de coisas designados pelas predicções (funções semânticas); (ii) da perspectiva selecionada para apresentação dos

estados de coisas na expressão linguística (funções sintáticas); e (iii) do estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo em que eles ocorrem (funções pragmáticas). Logo, o sujeito é visto como uma entidade essencialmente gramatical, mas na função interacional ele é determinado a partir da escolha da pessoa do discurso (falante (1ª p.), ouvinte (2ª p.) ou de quem se fala (3ª p.)).

Provavelmente, é por isso que o pronome é uma categoria que representa a função sujeito por excelência. Neves (1997) e Andrews (2007) compartilham da mesma opinião quanto à realização do sujeito estabelecida no nível discursivo-pragmático, por representar a pessoa do discurso.

Os resultados desta pesquisa confirmam, em alguns aspectos, a nossa hipótese formulada no início dos estudos. Uma vez que foi exposto que mesmo com a existência de divergências teóricas sobre a noção sujeito, verificamos que em todas as análises realizadas sobre a discussão da função sujeito, existem princípios que se complementam epistemologicamente, devido ao caráter complexo da função sujeito, pois só se compreende a função sujeito se se atentar para um nível abstrato, pré-verbal, e um nível verbal, discursivo, de constituição do ato enunciativo.

Com base no modelo de camadas proposto por Dik (1989), este estudo nos leva a reconhecer que a estruturação da frase se constitui pelo predicado, que designa relações entre os elementos da estrutura oracional básica, em que a casa representada pelo SN1 poderá ser preenchida. Assim, no momento em que se preenche SN1, a flexão se estabelece para constituir a predicação, ou seja, a função sujeito se realiza a partir do momento em que é preenchido o SN. Desse modo, a função sujeito pode ser considerada do nível da predicação. Logo, o SN1 sujeito pode ou não ser o argumento externo, visto que o argumento é uma potencialidade abstrata, e no momento em que é marcado se define a função.

O SN1 poderá ou não assumir a função de sujeito e, conseqüentemente, ser ou não ser o controlador da concordância. Essas considerações vão ao encontro da postulação gerativista de que só há sentença quando houver flexão, e quando são acionadas as relações de *Tense* e *Agreement* no enunciado, na gramática funcional, o nível da predicação.

Assim, quando a função sujeito se realiza, a predicação e, conseqüentemente, o enunciado é ancorado deiticamente, e, por isso essa função é básica para o estabelecimento da enunciação. É por isso que o pronome pessoal é forte candidato à função sujeito, ou seja, a categoria de pessoa instaura o evento dêitico, posicionando as pessoas do discurso, no aqui e agora.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. J. A. **Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português**. Veredas: revista de estudos lingüísticos. Juiz de Fora, v. 3, n. 2 - p. 21-30, 2009.

ALVES, F. C. **O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, p. 49-94, 2004.

ALVES, F. C. (2001a) **Aspectos da ergatividade cindida em Apãniekrá (Jê)**. In SANTOS, L. (2001). Línguas Jê: textos vários. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

ALVES, F. C. **Processos desencadeados pelo uso da negação nas orações independentes do Apãniekrá (Jê)**. Trabalho apresentado no VII Seminário de Teses em Andamento, no IEL/Unicamp, 2001c.

ANDREWS, A. D. **Core grammatical functions**. In: SHOPEN, T. **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 145-174, 2007.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, pp. 223-224, 2012.

BELLETTI, A. **“Inversion” as focalization**. Università di Siena, pp. 02-03, 1999.

BORGES, M. V. **Aspectos fonológicos e morfossintáticos da Língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 2006.

CAMACHO, R. G. **Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado** Alfa, São Paulo, 1993.

CANDIOTTO, K. B. B. **Epistemological fundamentals of Jerry A. Fodor's modular theory of mind**. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 119-135, 2008.

CARDOSO, V. F. **Tipologia e funcionalismo: sistemas de marcação de caso Guavira**. Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Graduação e Pós-Graduação em Letras, Três Lagoas, v. 1, n. 1, 2005.

- CASSEB-GALVÃO, V. C. **Roteiros de aulas**. Goiânia: UFG/FL, Goiânia, 2008.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht, Netherlands: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. **Three Factors in Language Design**. *Linguistic inquiry*, v.36, n.1, 2005.
- COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology: syntax and morphology**. 2. ed. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1989.
- CORBETT, G. G. **Agreement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. (Cambridge textbooks in Linguistics)
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática de Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DIK, S. C. **Gramática funcional**. Trad. de Leocadio Martin Mingorance e Fernando Serrano Valverde. Madrid: Soc. Gen. Española de Librería, 1978.
- \_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar**. Part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- \_\_\_\_\_. **The theory of Funcional Grammar: complex and derived constructions**. Part 1, 2. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- DIXON, R. M. W. **Ergativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- DUARTE, M. E. L. 1993. **Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito nulo no português do Brasil**. In: ROBERTS, I. KATO. M. A (Orgs.). *Portugues brasileiro: uma viagem diacronica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio “evite pronomes” no português brasileiro**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 1995.

FODOR, Jerry A. **A modularidade da mente um ensaio sobre a psicologia das faculdades**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.

GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

GARCIA, A. L. **Gramática del Español**. v. II. Madrid: Arco/Libros, 1996.

GIVÓN, T. **Compreendendo a gramática**. Trad. de Maria Angélica Furtado da Cunha. Natal: EDUFRN, 2012.

\_\_\_\_\_. **Syntax**. v. I e II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

\_\_\_\_\_. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

\_\_\_\_\_. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GREENBERG, J. (ed.). **Universals of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1963.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 3. ed. New York: Edward Arnold, 1985.

\_\_\_\_\_. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. São Paulo: Global Universitária, 1973.

\_\_\_\_\_; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Hodder Education, 2004.

ILARI, R. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1992.

KEENAN, E. L. Towards a universal definition of subject. In: Li. C. (Org.). **Subject and Topic**. New York: Academic Press. 1976.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_; MARTELOTTA, M. E. T. **A visão funcionalista da linguagem no século XX**. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. T. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003. p. 17-28.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LYONS, J. **Introduction to theoretical linguistics**. London: Cambridge University Press, 1968.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **Novos horizontes da linguística**. São Paulo: Cultrix, 1976.

MAGALHÃES, T. M. V. **Aprendendo o sujeito nulo na escola**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.

MARINS, J. E. **O parâmetro do sujeito nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MIOTO, C. *et al.* **Novo manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2007.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A gramática funcional**. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **A gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2007.

NICOLA, J. de; INFANTE, U. **Gramática contemporânea da Língua Portuguesa**. 13. ed. São Paulo: Scipione, 1994.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PEZATTI, E. G. **A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado**. Alfa, São Paulo, p. 159-178, 1993.

PEZATTI, E. G. **A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais**. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Paulista.

\_\_\_\_\_; CAMACHO, R. G. **Aspectos funcionais da ordem de constituintes**. DELTA [online], v. 13, n. 2, p. 191-214, 1997.

PILATI, E. **Considerações sobre sujeitos pós-verbais em português do Brasil, francês e italiano**. Anpoll, p. 08-11, 2004.

PONTES, E. S. L. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

PRAÇA, W. N. **Morfossintaxe da língua Tapirapé**. Tese de doutoramento. Brasília: UnB, 2007.

RAMOS, J. **Marcação de caso e mudança sintática no Português do Brasil**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1992.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

ROBINS, R. H. **Comparação Linguística**. In: \_\_\_\_\_. **Linguística Geral**. 2. ed. Porto Alegre: Rio de Janeiro, 1981.

RODRIGUES, A. D. (1986). **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 2002.

SAPIR, E. Os tipos de estrutura linguística. In: \_\_\_\_\_. **A linguagem**. Introdução ao estudo da fala. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1971. pp. 99-116.

SEKI, L. **Gramática do Kamaiurá. Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI**. Revista Impulso, Campinas: Unicamp, v. 27, 2000.

\_\_\_\_\_. **História e conhecimento linguístico dos povos indígenas do Parque Xingu**. Projeto integrado de pesquisa (CNPq). Campinas: Unicamp, 1991.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (Org.). **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, v. 5, p. 509-523, 1998.

SOUSA FILHO, S. M. **Aspectos morfossintáticos da Língua Akwe-Xerente (Jê)**. Tese de doutoramento. Goiânia: UFG, 2007.

TARALLO, F. **Por uma Sociolinguística românica "Paramétrica"**: Fonologia e Sintaxe. Ensaio de Linguística, 1987.

TARALLO, F.; KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralinguística. In: **Preedição 5**, Campinas, Unicamp, p. 315-353, 1989.

VIEIRA, S. R. *Concordância Verbal*. In: Vieira, S. R & Brandão, S. F. (Org.). **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.p. 85-102.

WHALEY, L. J. **Introduction to Typology. The unity and diversity of language**. London: Thousand Oaks / New Delhi: Sage Publications, 1997.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.